



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JASCIRA DA SILVA LIMA

**IDENTIDADES E RELAÇÕES DE GÊNERO EM MOVIMENTOS NO TERRITÓRIO  
DOS COCAIS-PI.**

SÃO LUÍS- MA

016.

JASCIRA DA SILVA LIMA

IDENTIDADES E RELAÇÕES DE GÊNERO EM MOVIMENTOS NO TERRITÓRIO DOS  
COCAIS-PI.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCSoc, na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como requisito obrigatório para obtenção do título de doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Nascimento Sousa.

São Luís – MA  
2016.

**Lima, Jascira da Silva.**

**Identidade e relações do gênero em movimentos no território dos Cocais - PI / Jascira da Silva Lima. — São Luís, 2016.**

**165f.**

**Orientadora: Sandra Maria Nascimento Sousa.**

**Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, 2016.**

**1. Identidade. 2. Relações de gênero. 3. Quebradeira de coco babaçu – Cocais – PI. 4. Território. 5. Movimentos sociais – Mulheres.**

**I. Título.**

Jascira da Silva Lima

IDENTIDADES E RELAÇÕES DE GÊNERO EM MOVIMENTOS NO TERRITÓRIO DOS  
COCAIS-PI.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCSoc, na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como requisito obrigatório para obtenção do título de doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Nascimento Sousa.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Sandra Maria Nascimento Sousa (PPGCSoc – UFMA)

---

Profa. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva (PPGHEN-UEMA)

---

Prof. Dr. Acildo Leite da Silva (PPGE-UFMA)

---

Prof. Dr. Álvaro Roberto Pires (PPGCSoc – UFMA)

---

Prof. Dr. Paulo Fernandes Keller (PPGCSoc – UFMA)

São Luís-MA, setembro de 2016.

À família Silva Lima.

A minha mãe Benedita Ferreira da Silva, a meu pai Melciades da Silva Lima e a meus irmãos:

Domingos da Silva Lima, Murilo da Silva Lima e Valdimir da Silva Lima.

## AGRADECIMENTOS

À minha família pela partilha de valores basilares de minha formação pessoal, pela compreensão e apoio tanto financeiro, quanto moral durante este longo período de estudo no doutorado.

Aos amigos pelo convívio e incentivos, em especial Rosemberg Batista e Aline Soraya, com quem tenho partilhado sentimentos, conhecimentos, sorrisos e também as lágrimas inerentes aos processos da vida.

Às mulheres do Território dos Cocais que ao longo desse processo se tornaram amigas, com as quais partilhei conhecimentos, experiências e angústias. Em especial Helena, Neném, Aline, Carminia, Inês, Claudina e Daluz, mulheres guerreiras incansáveis na luta pelos direitos das mulheres.

Aos agentes governamentais (no âmbito dos municípios do Território dos Cocais, as Secretarias de Governo do Piauí e o Governo Federal, através do MDA/SDT) e aos movimentos sociais, em especial ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB e o Centro Feminista 8 de Março.

Agradeço a Universidade Federal do Maranhão por ter concedido afastamento de minhas atividades docentes em meu último ano de doutoramento (2015 e 2016). Agradeço a FAPEMA pela concessão de bolsa de estudo durante meu primeiro ano de doutorado (2012). A Pró-reitoria de Pós-graduação, em especial o Prof. Dr. Fernando Carvalho. Agradeço ao conjunto de professores do campus VII, da cidade de Codó, em especial Ilka Cristina Diniz Pereira, Alex Lima, Aragão Silva, Cristiane Costa, pelo apoio e companheirismo. Agradeço de forma especial ao Prof. Dr. Acildo Leite e Rodrigo Bianchini, pelo apoio e compreensão nos momentos mais difíceis deste doutorado.

Ao conjunto de professores do PPGCSoc, em especial a Profa. Dra. Sandra Maria Nascimento Sousa, pelas preciosas contribuições teóricas e metodológicas que deu a este trabalho e pela tolerância pedagógica com que me orientou ao longo da construção desta tese. Todas as vezes que nos encontramos para orientação me disse algo que atravessava meu pensamento e interferia positivamente na construção do meu trabalho.

Por fim, agradeço a inigualável riqueza do convívio com os colegas do doutorado. Foi uma experiência de enriquecimento teórico em aulas e nas apresentações individuais de trabalhos.

***Lamento Sertanejo***

*Por ser de lá  
Do sertão, lá do cerrado  
Lá do interior do mato  
Da caatinga do roçado  
Eu quase não saio  
Eu quase não tenho amigos  
Eu quase que não consigo  
Ficar na cidade sem viver contrariado  
Por ser de lá  
Na certa por isso mesmo  
Não gosto de cama mole  
Não sei comer sem torresmo  
Eu quase não falo  
Eu quase não sei de nada  
Sou como rês desgarrada  
Nessa multidão boiada caminhando a esmo.*

*(Gilberto Gil/Domiguinhos)*



## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo problematizar as formas de manifestações identitárias das mulheres, em especial a de extrativista do babaçu, acionada nos conflitos em torno da luta pelo “babaçu livre”, e, as diferenças e desigualdades nas relações do gênero em espaços e esferas públicas de poder, aqui ilustradas pelo Conselho Territorial dos Cocais, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB e o Comitê de Mulheres. A realidade empírica observada foi o Território dos Cocais, no estado do Piauí, durante o processo de implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário -PNDRSS, iniciado em 2010. Este escolhido por ter a atuação das três esferas de governo e dos novos movimentos sociais, onde destaco a atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia - AEGRE, como principais interlocutores do governo, e, do Centro Feminista 8 de março, como interlocutor do movimento de mulheres no debate sobre gênero e políticas públicas. Entre estas “forças vivas” e atuantes que habitam o território há conflitos de interesse, opinião e perspectivas que exigem uma dinâmica diferenciada para os processos de discussões, negociações, priorização e implementação das ações e projetos para o ambiente rural. Neste mesmo ambiente são observadas e problematizadas as diferenças do gênero que reproduzem formas de subordinação e violência contra as mulheres, bem como suas estratégias de organização e participação política em esferas públicas de poder como forma de enfrentamento a desigualdade e a exclusão social. Para análise reflexiva das tensões em torno da identidade e das relações do gênero em movimentos usei o aporte teórica da vertente de pensamento do pós-estruturalista, pois, de modo geral, os autores/as desta corrente de pensamento, como Stuart HALL (2011), Joan SCOTT (1995), Judith BUTLER (2003) são aqueles que rejeitam definições que encerrem verdades absolutas sobre o mundo. Para estes, e, também para mim, a verdade dependeria do contexto histórico de cada indivíduo, o que me permitiu tratar a experiência das mulheres como construção social em constante processo de mudança.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade, Relações do Gênero, Território, Diferença e Quebradeira de Coco Babaçu.

## ABSTRAT

The present study aims to problematize the forms of identity manifestations of women, especially the extractivist of babaçu, triggered in the conflicts surrounding the struggle for free babaçu, and the differences and inequalities in gender relations in spaces and spheres The Cocais Territorial Council, the Intersectoral Movement of Babaçu Coco Breakers - MIQCB and the Women's Committee. The empirical reality observed was the Cocais Territory, in the state of Piauí, during the process of implementation of the National Plan for Sustainable Rural Development and Solidarity - PNDRSS, started in 2010. This chosen for having the performance of the three spheres of government and new Social movements, highlighting the work of the Ministry of Agrarian Development (MDA) and the Special Advisory Office on Gender, Race and Ethnicity (AEGRE), as the main interlocutors of the government, and the Feminist Center March 8, as the interlocutor for the women's movement in the debate on gender and public policies. There are conflicts of interest, opinions and perspectives that demand a differentiated dynamic for the processes of discussions, negotiations, prioritization and implementation of actions and projects for the rural environment. In this same environment are observed and problematized the gender differences that reproduce forms of subordination and violence against women, as well as their strategies of organization and political participation in public spheres of power as a way of coping with inequality and social exclusion. For the reflexive analysis of the tensions around gender identity and relations in movements, I have used the theoretical contribution of the poststructuralist strand of thought, since, in general, the authors of this current of thought, such as Stuart HALL (2011), Joan SCOTT (1995), Judith Butler (2003) are those who reject definitions that contain absolute truths about the world. For them, and for me, the truth would depend on the historical context of each individual, which allowed me to treat the experience of women as a social construction in a constant process of change.

**KEYWORDS:** Identity, Gender Relations, Territory, Difference and Crack of Coco Babaçu.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: ilustração da palmeira do babaçu.

Figura 02: ilustração do cacho de coco babaçu e divisões da amêndoa do babaçu

Figura 03: ilustração das divisões da amêndoa do babaçu

Figura 04: roda de mulheres na floresta de babaçu durante a quebra do coco.

Figura 05: mapa dos territórios rurais do estado do Piauí.

Figura 06: Territórios da Cidadania do Nordeste Brasileiro priorizados como área de atual do Projeto Mulheres e Autonomia, coordenado pelo CF8.

Figura 07: Territórios da Cidadania do estado do Piauí priorizados como área de atual do Projeto Mulheres e Autonomia, coordenado pelo CF8.

Figura 08: ilustração dos cartazes de divulgação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR.

## LISTA DE SIGLAS

ABEEF - Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal  
AEGRE - Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia  
ASA - Articulação do Semiárido  
ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão  
ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária  
CCD – Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação  
CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar  
CDTS - Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável  
CEAA - Centro de Educação Ambiental e Assessoria  
CEDS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável  
CEPES - Centro de Educação Popular Esperantinense  
CEPRO - Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí  
CF8 - Centro Feminista 8 de Março  
CIMI - Conselho Indigenista Missionário  
CIMQCB - Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu  
CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CNDRSS - Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento  
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
COOTAPI - Cooperativa de Técnicos Agrícolas do Piauí  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf  
DEAM - Delegacia Especializada em Defesa da Mulher  
EBC – Empresa Brasileira de Comunicação  
EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí  
FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil  
FETAEMA - federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão  
FETAG - Federações de Trabalhadores na Agricultura  
FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
FUFPI - Fundação da Universidade Federal do Piauí  
GTZ - Agência de Cooperação Alemã no Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEAGRO – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento de Negócios Criativos.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC - Ministério da Educação e Cultura

Minc - Ministério da Cultura

MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

TEM - Ministério do Trabalho e Emprego

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMT - Organização Mundial do Trabalho

ONG - Organização Não Governamental

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAISM - Programa de Atenção Básica a Saúde da Mulher

PDBR - Política de Desenvolvimento do Brasil Rural

PJR - Pastoral da Juventude Rural

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNDRSS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PNDTR - Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PPA - Pescadores e Pescadoras Artesanais

PPGA- Programa de Pós Graduação do Amazonas

PPGCSoc – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

PPGDA - Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental

PPGE – Programa de Pós-graduação em Educação

PPGHEN – Programa de Pós-graduação em História, Ensino e Narrativas

PPGSCA - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTC – Programa Território da Cidadania

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SOF - Sempre Viva Organização Feminista

STTR - Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFAM – Universidade Federal da Amazônia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

USP – Universidade Estadual de São Paulo

## LISTA DE SITES CONSULTADOS

[www.miqcb.org](http://www.miqcb.org)

[www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)

[www.cf8.com.br](http://www.cf8.com.br)

[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

[www.contag.org.br](http://www.contag.org.br)

[www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)

[novacartografiasocial.com](http://novacartografiasocial.com)

[www.fflch.usp.br/da/ppgas/numas/](http://www.fflch.usp.br/da/ppgas/numas/)

[www.youtube.com/watch?v=D0nxPmpgS4w](http://www.youtube.com/watch?v=D0nxPmpgS4w)

<http://www.coletivomargaridaalves.org/>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>1. CAPÍTULO I .....</b>	<b>30</b>
<b>1.1. Território, ambiente rural e identidade: múltiplos desafios para mudanças culturais e políticas .....</b>	<b>30</b>
<b>1.2. Elementos para reflexão sobre a luta dos movimentos sociais em defesa da representação e da garantia de direitos para grupos minoritários .....</b>	<b>35</b>
<b>2. CAPÍTULO II .....</b>	<b>41</b>
<b>2.1. Contextualizando a Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e a articulação/inclusão dos movimentos sociais de mulheres .....</b>	<b>41</b>
<b>2.2. Percursos de uma construção identitária e estratégias de visibilidade das quebradeiras de coco babaçu no Território dos Cocais-PI: a mata dos cocais e os subprodutos do babaçu .....</b>	<b>52</b>
<b>2.3. Os agentes sociais e a dinâmica que impulsiona o surgimento de lideranças e movimentos de mulheres no território .....</b>	<b>60</b>
<b>2.4. O percurso de articulação dos espaços e esferas públicas de poder do território e as marcações de diferenças e desigualdades do gênero: o caso do Conselho Territorial e do Comitê de Mulheres .....</b>	<b>90</b>
<b>2.5. Interesses, opiniões e perspectivas, o jogo político no território dos Cocais-PI ..</b>	<b>105</b>
<b>3. CAPÍTULO III .....</b>	<b>111</b>
<b>3.1. As controvérsias das relações do gênero e os dilemas identitários no ambiente de implementação das políticas públicas no Território dos Cocais-PI .....</b>	<b>114</b>
<b>3.2. Sistemas simbólicos de representação social e inclusão/exclusão de novas identidades</b>	



<b>sociais no Território dos Cocais-PI .....</b>	<b>125</b>
<b>3.3. As imbricações da diferença e da desigualdade do gênero nos espaços públicos de poder do Território dos Cocais-PI .....</b>	<b>128</b>
<b>3.4. Limites e possibilidades para interseccionalidade do gênero no Território dos Cocais-PI .....</b>	<b>133</b>
<b>3.5. As identidades territoriais e seus múltiplos apelos .....</b>	<b>138</b>
<b>3.6. A dinâmica do território e as diferenças do gênero .....</b>	<b>144</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>148</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>150</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>156</b>
<b>Anexo A: TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMANTES .....</b>	<b>157</b>
<b>Anexo B: TABELA DE EVENTOS OBSERVADOS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO .....</b>	<b>158</b>
<b>Anexo C: TABELA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS NA PESQUISA DOCUMENTAL .....</b>	<b>159</b>
<b>Anexo D: FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMANTES .....</b>	<b>161</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>162</b>
<b>Apêndice A: Roteiro de Entrevista 1 .....</b>	<b>163</b>
<b>Apêndice B: Roteiro de Entrevista 2 .....</b>	<b>164</b>
<b>Apêndice C: Roteiro de Entrevista 3 .....</b>	<b>165</b>

## INTRODUÇÃO

A tese principal que defendo neste trabalho é que a manifestação identitária e a atuação política das mulheres, em especial as extrativistas do babaçu, em espaços públicos de poder, aqui ilustradas pelo Conselho Territorial<sup>1</sup>, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB<sup>2</sup> e o Comitê de Mulheres<sup>3</sup> é força viva e atuante, articulada a partir de conflitos sociais em torno da luta pela terra e livre acesso aos babaçuais. A manifestação desta identidade no Território dos Cocais no estado do Piauí, sua auto-organização, sua busca por visibilidade e reconhecimento provoca mudanças nas relações sociais estabelecidas com base nas diferenças e nas desigualdades do gênero.

A primeira ideia a ser arrolada, como alerta BOURDIEU (1998), foi a de apreender esta pesquisa como atividade racional e não como busca mística. Coube, portanto, esforço para desconstruir as pré-noções e o senso comum sobre o papel periférico e de subordinação que as mulheres ocupam no interior da sociedade. A partir daí então buscar identificar as novas maneiras dessas mulheres de se manifestarem, de se organizarem, de compreender quais, como e onde estabelecem relações sociais, seu modo de vida e, principalmente, como se inserem em espaços e esferas públicas de poder, em que geralmente são discutidas e definidas as políticas públicas para o ambiente rural.

O estudo de BOURDIEU (1998) aponta como fundamental da análise sociológica reflexiva a construção e o esmiuçar do objeto. Nesse sentido e a partir do pressuposto de que a questão fundamental para o sociólogo deve ser sempre a dúvida, foi necessário possuir tanto

---

<sup>1</sup>O Conselho Territorial dos Cocais é o órgão máximo de deliberação das políticas públicas que nortearão a ação governamental no território (LEI COMPLEMENTAR N°. 87, DE 22 DE AGOSTO DE 2007).

<sup>2</sup>O MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Movimento Social que agrupam as quebradeiras de coco babaçu nascem de forma organizada a partir da segunda metade da década de 1980, num processo de enfrentamento de tensões e conflitos específicos pelo acesso e uso comum das áreas de ocorrência de babaçu, que haviam sido cercadas e apropriadas injustamente por fazendeiros, pecuaristas e empresas agropecuárias a partir das políticas públicas federais e estaduais para as regiões Norte e Nordeste. (disponível em <http://www.miqcb.org>)

<sup>3</sup>O Comitê de Mulheres articulado no Território dos Cocais-PI tem caráter de discussão, mobilização, articulação, coordenação e encaminhamentos das demandas de mulheres rurais do território, particularmente aquelas relacionadas às políticas ofertadas pelo MDA/AEGRE. Portanto tem uma relação direta com o Conselho de Desenvolvimento do Território. Participam do GT de Mulheres do Território dos Cocais representantes de grupos produtivos de mulheres, assentadas de reforma agrária, agricultoras familiares, artesãs, quebradeiras de coco, representantes dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, de Associações, das Igrejas (Pastorais Sociais), de Organizações Não Governamentais e do Poder Público local (Câmara de Vereadores de Pedro II) todas imbuídas do firme propósito de discutir as temáticas que envolvem mulheres, território da cidadania, políticas públicas e uma agenda positiva para as mulheres do rural. Norteadas por uma metodologia que valoriza a produção coletiva do conhecimento, a valorização do saber e a capacidade das mulheres, a percepção da realidade e a possibilidade de transformá-la. (MDA/CF8, 2014).

um domínio satisfatório das técnicas de pesquisa e das correntes teorias relacionadas ao tema da identidade e das relações do gênero, quanta alguma familiaridade com o objeto estudado. Dessa forma, a partir deste ponto de vista privilegiado busquei determinada maneira que fosse possível vislumbrar algo ainda oculto e ir além do que já foi dito sobre as formas de subordinação de identidades historicamente marcadas por indicadores de diferença e desigualdade social, como gênero, raça e etnia.

Entre o grupo de mulheres observadas e os acontecimentos sociais há o que BOURDIEU (1998) chama de *campo*, em que estão inseridos os agentes e as instituições que de forma geral produzem, reproduzem ou difundem os valores, os costumes, as tradições percebidas nas manifestações culturais, nas ciências e na política. Para o referido autor é a estrutura constitutiva do espaço do campo que comanda a forma das relações visíveis de interação e o próprio conteúdo destas.

Sem desconsiderar toda diversidade de agentes e instituições sociais que dinamizam os processos sociais do território, a partir de conflitos e tensões oriundas de suas formas de estabelecer relações no interior da sociedade priorizo meu olhar, por motivos detalhados mais adiante, sobre o grupo das extrativistas do babaçu e sua forma de organização. Isso, sem desconectá-las das teias das relações mais gerais que estabelecem em torno da luta pela preservação do ambiente e do enfrentamento a violência contra a mulher. Pois, como alerta BOURDIEU (1998), não é meramente a descrição das atitudes, opiniões e aspirações individuais que tem a possibilidade de proporcionar o princípio explicativo do funcionamento de uma organização, mas a apreensão da lógica objetiva da organização é que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações. Para BOURDIEU (1998) toda operação, por mais rotineira ou rotinizada que seja, deve ser repensada tanto em si mesma quanto em função do caso particular.

Ao identificar as manifestações identitárias, a articulação, a participação e a intervenção das mulheres dentro dos espaços e esferas públicas de poder do Território dos Cocais-PI<sup>4</sup>, pude constatar que a força da manifestação identitária das quebradeiras de coco

---

<sup>4</sup>Dentro desta política de governo o *território* é concebido como sendo espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidade e campo caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. Essa mesma estratégia concebe *território rural* como: onde conforme o conceito de território, os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territoriais, apresenta explícita ou implicitamente, a predominância de elementos rurais. Em geral, o ambiente rural é caracterizado como espaço natural, pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo-pastoris; baixa densidade demográfica, população pequena; base na economia primária e seus encadeamentos

babaçu, sua auto-organização através do MIQCB, sua mobilização para compor o Comitê de Mulheres e o Conselho Territorial são estratégias utilizadas por elas como forma de adquirir visibilidade e reconhecimento público, o que lhes garante o recebimento de benefícios públicos, no campo das políticas públicas.

No processo de construção deste estudo busquei identificar, de forma especial, quais as motivações e os interesses que impulsionam o surgimento da identidade de quebradeira de coco babaçu, as lutas e as parcerias que estabelecem na defesa e na reivindicação do acesso a terra e, as riquezas do babaçual. Além de abordar questões relacionadas à inserção das mulheres nos processos decisórios das ações e projetos territoriais, refletindo se a transitoriedade delas, entre um espaço e outro, tem implicações nas relações de poder, inclusive entre homens e mulheres.

Para compreender o reconhecimento público e conquistas, no campo das políticas públicas que as mulheres obtiveram foi necessário identificar, para além dos vínculos institucionais que estabelecem ou mesmo rompem dentro do contexto social em que vivem, como é realizada a atividade de coletar, quebrar e extrair os derivados do coco babaçu, bem como se realizam, paralelamente, atividades domésticas de cuidados com a casa, as crianças e idosos, questionando se a execução destas tarefas interferia ou não na mobilidade, na organização e na construção de sua autonomia<sup>5</sup> para reivindicar direitos coletivos, tais como o direito a terra e, conseqüentemente, o livre acesso ao babaçual, ao crédito, dentre outros.

Neste estudo concordo com o pensamento político de Michel FOULCAULT (1993), quando argumenta não existir na sociedade determinada estrutura de poder central em que possa se concentrar, ser identificado, combatido ou reforçado. Para este autor o poder no mundo contemporâneo se diluiu em vários poderes que estão espalhados pelo interior das sociedades. Portanto, o poder não pode ser limitado à figura de um governante, por exemplo, mas se dilui entre as pessoas, em cada mínimo espaço dentro da sociedade de tal forma que todas as relações sociais de alguma maneira são relações de poder. Mesmo partilhando desta argumentação de FOULCAULT (1993), tive que, pelos rigores acadêmicos, delimitar e

---

secundários e terciários; hábitos culturais e tradições típicas do universo rural. Nesses territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades (com até 50 mil habitantes), além das vilas e povoados. (MDA/CONDRAF, 2005).

<sup>5</sup>Autonomia aqui é pensada como uma necessidade sociocultural, uma vez que a nova sociedade traz, em suas contradições produtivas um amplo movimento cultural de superação de velhas concepções de mundo, exigindo uma nova direção das relações sociais e a elaboração de um novo comportamento chamado "reflexivo". Sob este aspecto, a autonomia torna-se necessidade política, pois somente um indivíduo autônomo possui condições de entender as contradições do mundo globalizado, questionando-as e agindo no sentido de canalizar as oportunidades para mudanças qualitativas. (GIDDENS, 1993)

explicar a escolha do Conselho Territorial, do MQCB e do Comitê de Mulheres como espaços públicos de poder, em que foi possível identificar e analisar de forma marcante a manifestação identitária das mulheres e sua atuação política. Ao fazer a investigação prioritariamente dentro destes espaços não tive a intenção de limitar a atuação política das mulheres, como se suas vidas cotidianas não fizessem parte da vida política e vice-versa. Mas a tentativa é de compreender se as questões do cotidiano interferem ou não em sua atuação política. Dentro do Conselho Territorial, por ser a instância máxima de poder e definição das políticas públicas para o território observado, lugar onde conflitos de interesses divergentes entre grupos identitários de mulheres e/ou grupos mistos (homens e mulheres) se tornam visíveis, o que ocorre quando cada grupo distinto apresenta suas demandas específicas de projetos. No MIQCB, por se auto declarar movimento de mulheres e sua aproximação ou distanciamento com o movimento feminista<sup>6</sup>. E, por fim no Comitê de Mulheres como arranjo institucional criado pelo governo para fomentar e assessorar o Conselho no debate sobre gênero e políticas públicas.

O lugar propriamente dito da pesquisa é o Território dos Cocais, no Estado do Piauí. Neste primeiro momento tomado apenas como orientado pela política do MDA/CONDRAF, a partir do ano de 2005, ou seja, como espaço físico geograficamente delimitado. Fiz esta opção não para escapar das dificuldades de conceituação deste termo, que vão desde a botânica à sociologia, passando pela antropologia, a geografia e a economia, várias são as tentativas de conceituar a ideia de território, o que me arriscarei a fazer mais a frente, pois, por enquanto é suficiente toma-lo como espaço físico onde foi possível identificar experiências concretas de políticas públicas implementadas pelo Estado, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, da Secretária de Desenvolvimento Territorial – SDT e da Secretaria Estadual

---

<sup>6</sup>Destaco aqui a segunda onda do feminismo (a partir dos anos 1960), por questionar radicalmente a naturalização dos papéis sociais de gênero. É quando as mulheres se dedicam a denunciar as formas como os processos de socialização ensinam meninos e meninas a cumprirem seus papéis de dominantes e dominadas. Essas feministas sustentam que o masculino e o feminino são criações culturais, comportamentos que aprendemos desde cedo. Por ser um processo histórico e não uma fatalidade biológica, a hierarquia entre os sexos pode então ser combatida em todas as áreas. A partir dessa constatação as frentes de luta do feminismo não param de se multiplicar. Algumas das suas principais bandeiras são o fim da violência doméstica e da cultura do estupro, a descriminalização do aborto, a liberdade sexual, o fim da desigualdade salarial e o reconhecimento do trabalho doméstico como um trabalho não pago. Dentro do feminismo alguns grupos também se organizam a partir das suas reivindicações e experiências específicas, a exemplo das mulheres negras, das mulheres trans e das lésbicas. Em todas as suas representações diversas, o objetivo comum das feministas é o empoderamento da mulher e o fim do machismo como um todo, desde as esferas políticas até os meios de comunicação. (ALVES, 1985).

de Planejamento do Estado do Piauí – SEPLAN, que são as instituições públicas que mais diretamente atuam no processo de organização da gestão das políticas públicas para o ambiente rural, e, conseqüentemente interferem no processo de mobilização e representação dos grupamentos sociais que compõem o Conselho Territorial e o Comitê. Neste território, também houve a assessoria do Movimento Social de Mulheres, em especial a Sempre Viva Organização Feminista - SOF<sup>7</sup> e do Centro Feminista 8 de Março – CF8<sup>8</sup>, instituições articuladoras e mediadoras das relações entre o Estado e os movimentos sociais de mulheres, no tocante à discussão e definição das políticas públicas que beneficiam as mulheres no ambiente rural.

De forma geral, a investigação considerou o contexto histórico recente de implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidária - PNDRSS, iniciada no ano de 2005 pelo Governo Federal, através do MDA em parceria com os estados, municípios e os movimentos sociais do campo, em especial a Via Campesina<sup>9</sup> e a

---

<sup>7</sup>A SOF é uma organização não governamental feminista em funcionamento desde 1963, com sede na cidade de São Paulo e atuação em âmbito nacional. Com o objetivo de contribuir na construção de uma política feminista articulada ao projeto democrático-popular, que esteja presente na formulação de propostas e nos processos organizativos e de luta dos movimentos sociais. Esta política deve transformar as relações de gênero e favorecer a autodeterminação das mulheres. O público prioritário são as mulheres organizadas no movimento autônomo de mulheres, movimento popular e sindical, rural e urbano. ([www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)).

<sup>8</sup>O Centro Feminista 8 de Março (CF8) é uma organização não governamental que surgiu em março de 1993 a partir de ações voltadas à reivindicação da instalação da Delegacia Especializada em Defesa da Mulher (DEAM), em Mossoró/RN. Atualmente, a entidade desenvolve ações alicerçadas em três elementos: feminismo, organização e formação. Suas atividades têm como finalidade proporcionar o fortalecimento das organizações de mulheres nos espaços sociais, em especial as trabalhadoras rurais, oferecendo apoio, assessoria e formação em gênero aos grupos de mulheres, comissões de mulheres dos sindicatos rurais, entidades de assessoria técnica, gerencial e organizativa que atuam no meio rural e urbano de Mossoró e região. Sua visão de mundo e o que quer transformar se dá a partir de uma visão crítica das relações de dominação e entende que análise deve articular as questões de classe, gênero e raça/etnia. Dentro dessa visão geral da dominação prioriza a construção de uma política feminista que integre com essa globalidade. Mas reafirma que somente a partir da auto-organização as mulheres poderão conquistar sua autonomia. Ao longo de seus 17 anos, o Centro Feminista 8 de Março tem se constituído como uma entidade de referência na formação em gênero no Rio Grande do Norte e com assessorias em outras instituições em alguns estados vizinhos. O Centro Feminista 8 de Março vem articulado a parceria com a cooperação internacional (Geneve Tiers Monde - Suíça, Manos Unidas - Espanha e Actionaid - Grécia/Brasil) e também com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esta última deu ao CF8 a oportunidade de mostrar e desenvolver seu trabalho no Nordeste brasileiro, potencializando discussões nos grupos de mulheres e contribuindo no debate da produção da agricultura familiar. Suas atividades em nível local estão integradas à inserção de ações nacionais por meio do movimento feminista Marcha Mundial das Mulheres, o que tem favorecido na construção de uma atuação forte e sólida, principalmente, no debate sobre relações de gênero, ajudando a transformar em realidade a organização de uma sociedade igualitária e justa para todas as pessoas. ([www.miqcb.org](http://www.miqcb.org)).

<sup>9</sup>A Via Campesina é uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo. A organização visa articular o processo de mobilização social dos povos do campo em nível internacional. No Brasil é composta pelos seguintes movimentos: MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores; MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens; MMC - Movimento de Mulheres Camponesas; FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil; CPT - Comissão Pastoral da Terra; PJR - Pastoral da Juventude Rural; ABEEF - Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal; CIMI - Conselho Indigenista Missionário; Pescadores e Pescadoras Artesanais. (<http://www.mst.org.br>).

CONTAG<sup>10</sup>. Neste contexto interessava investigar e tentar compreender como governo e movimento social dialogam com as questões relacionadas às diferenças identitárias e a dimensão das relações do gênero nas políticas públicas. Dentre vários programas, ações e projetos desenvolvidos por esta política e que caracterizam a intencionalidade do enfrentamento das desigualdades do gênero, destaco de forma especial o projeto “Mulheres e Autonomia<sup>11</sup>”. Isso porque propõe o acesso das trabalhadoras rurais às políticas públicas nos Territórios da Cidadania do Nordeste Brasileiro. Este projeto tem como objetivo contribuir para pautar e fortalecer a discussão sobre igualdade de gênero na definição e implementação das políticas públicas para o ambiente rural. A tentativa foi de identificar de que maneira as ações deste projeto contribuirão, ou não, para a inclusão de grupos identitários de mulheres nos espaços decisórios das políticas públicas do território. Como também, buscar refletir se os incentivos do governo para que elas tivessem acesso ao programa de documentação da trabalhadora rural, a titularidade da terra, ao crédito, dentre outras ações, interferem na construção da autonomia delas.

Para a problematização das questões relacionadas à identidade e as relações do gênero procurei utilizar os estudos da vertente pós-estruturalista, pois, de modo geral, os autores/as desta corrente de pensamento são aqueles que rejeitam definições que encerrem verdades absolutas sobre o mundo. Para estes, a verdade dependeria do contexto histórico de cada indivíduo, o que me permitiu tratar a experiência das mulheres como construção social em constante processo de mudança.

Stuart HALL (2011), considerado sociólogo pós-estruturalista que estuda as identidades culturais no contexto da pós-modernidade apresenta *o sujeito pós-moderno* como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas formada e transformada continuamente, sofrendo a influência das formas como é representado ou interpretado nos e pelos diferentes sistemas culturais de que toma parte. O que coube perguntar sobre o sistema cultural do qual fazem parte as mulheres do território, se a afiliação a determinado sistema cultural influencia nas diversas formas de se manifestarem.

---

<sup>10</sup>A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Atualmente, é formada por 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados. Compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. (<https://www.contag.org.br>).

<sup>11</sup>(Convênio MDA/SOF/CF8 nº. 701362/2008).

Segundo HALL (2011), na pós-modernidade o sujeito assume contornos históricos e não biológicos, como também adere a identidades diversas em diferentes contextos que são, via de regra, contraditórias, impulsionando suas ações em inúmeras direções, de modo que suas identificações são continuamente deslocadas, o que coube perguntar se há contradições nas formas identitárias das mulheres, frente à multiplicidade de significações e representações sobre o que pode ser o homem na pós-modernidade, pois, o sujeito se confronta com inúmeras e cambiantes identidades possíveis de se identificar, mas sempre de forma temporária. Logo, o sujeito pós-moderno se caracteriza pela mudança, pela diferença, pela inconstância, e as identidades permanecem abertas. A questão, a saber, é, que implicações isso pode produzir sobre suas formas de representação e posicionamentos dentro das estruturas de poder.

Apesar desta visão de sujeito soar como perturbador visto seu caráter de incerteza e imprevisibilidade resultante do deslocamento constante, segundo o autor, ela tem características positivas, pois, se de um lado, desestabiliza identidades estáveis do passado, de outro, abre-se a possibilidade de desenvolvimento de novos sujeitos. Quando trato das identidades das mulheres do território não é no sentido de tentar universalizá-las dentro de uma única categoria, nem tão pouco tomá-las como seres desprovidos de marcações que estabelecem diferenciações sociais (como raça, etnia, geração, etc.), mas de tentar compreender como estas, ao longo de sua história adquirem diferentes identificações que lhes garantem reconhecimento e trânsito em espaços públicos de poder.

Também, estudos dentro dessa mesma corrente de pensamento como os de Joan SCOTT (autora declaradamente pós-estruturalista), em seu artigo sobre *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995) entende o gênero como um saber sobre as diferenças sexuais onde há uma relação inseparável entre saber e poder, gênero estaria imbricado nas relações de poder, sendo assim, esta seria uma primeira forma de dar sentido a estas relações. Então, quando analisei as relações de gênero no interior dos espaços públicos de poder do território considerei-as como sendo relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, que são os atores principais que discutem e definem as prioridades de ações e projetos territoriais a curto, médio e longo prazo, e, que são executadas, em sua maioria, por órgãos de governo com escassos recursos gerenciados pelo MDA.

Judith BUTLER (outra autora considerada pós-estruturalista), em sua obra *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, publicada originalmente em 1990 discorda da ideia de que só podemos fazer teoria social sobre o gênero se o sexo pertencer ao corpo e a natureza, ou seja mediante a uma mulher-natureza (ligada ao sexo).



Esta discussão de BUTLER (2003) se aplica à forma como, ainda hoje, nas políticas públicas há tendência à validação do determinismo social das condutas femininas, através da determinação da figura de uma “mulher” a ser protegida e beneficiada com a ação do Estado. Assim é necessário buscar compreender se a noção de gênero dentro das políticas públicas não passaria de uma vaga noção de validação da identidade feminina, associada à fragilidade e docilidade. Nesse aspecto as políticas públicas não rompem com a base do patriarcado como forma de organização e dominação masculina presente no interior das sociedades, mas se configura, de acordo com meu ponto de vista, como desafio não somente para o Estado, mas também para os movimentos sociais de mulheres.

Discutida por autores/as considerados pós-estruturalistas ou próximos às teses pós-estruturalista, a abordagem sobre a complexidade das relações do gênero busca destacar o caráter histórico das diferenças entre os gêneros e a própria construção social da percepção da diferença sexual em diferentes contextos. O processo de observação da experiência das quebradeiras de coco babaçu demonstrou que as relações do gênero envolvem, entre outras experiências, situações de subordinação e de dominação das mulheres. Porém, constatei que, necessariamente dentro de uma construção histórica e cultural como esta, as relações de poder entre homens e mulheres, tanto na esfera pública como na privada, não podem ser interpretadas apenas como reprodutora de um formato dualista e hierarquizante do poder.

Para compreender como as políticas públicas, programas e projetos governamentais abordam a discussão sobre identidade e relações do gênero, tive que fazer o percurso da identificação das políticas, especialmente aquelas que atendem as demandas das mulheres, bem como as instituições que as gerenciam. Para tanto utilizei como fontes de pesquisa registros disponíveis decorrentes de documentos oficiais do governo (federal, estadual e municipal) tais como: leis, decretos, resoluções, planos, relatórios (anexo C) através dos quais pude apresentar argumentos sobre os processos de sensibilização, mobilização e organização das instâncias de poder decisório das políticas públicas no território, especialmente no período de 2005 a 2015, quando foram intensificadas ações e projetos governamentais que tem orientação para inclusão de novas identidades sociais. A ideia inicial era verificar em que medida estas instâncias de poder favorecem a inclusão das identidades das mulheres, bem como se contribuía, ou não, mesmo que de forma embrionária, para modificar o padrão de desigualdade de poder entre homens e mulheres. Isso porque, segundo os estudos no campo das políticas públicas para as mulheres, de pesquisadoras como Miriam Nobre, Nalu Faria, Maria Lúcia Silveira (2005), a desigualdade social entre mulheres e homens ainda tem se

mostrado profundamente arraigada na sociedade brasileira, especialmente pela ausência de representação das mulheres nos espaços decisórios.

Segundo LEININGER (1995) é importante na pesquisa um processo sistemático de observar, detalhar, descrever, documentar e analisar os padrões específicos de uma cultura ou subcultura, pois isto possibilita melhorar sua compreensão. O caráter descritivo da pesquisa deve-se a familiaridade com o campo e com as pessoas escolhidas para serem entrevistadas (compus a equipe técnica de assessores do território investigado no período de 2008 a 2011).

BOURDIEU (1998) alerta que quando existe familiaridade ou proximidade social entre o pesquisador e o pesquisado as pessoas ficam mais a vontade e se sentem mais seguras para colaborar. O autor sugere falar a mesma língua do pesquisado a fim de diminuir a violência simbólica que é exercida através das diferenciações entre os saberes, porém isso não significa descuidar-se do rigor com relação a aplicação do conjunto de técnicas.

As etapas e os procedimentos por meio dos quais fiz a investigação foram processuais e dinâmicos. Em princípio o produzido e analisado neste trabalho não se restringem as observações do Conselho Territorial dos Cocais, do Comitê de Mulheres e do MIQCB-PI, nos quais destaquei a significativa sensibilização, mobilização e participação das mulheres quebradeiras de coco babaçu do Território dos Cocais, durante os anos de 2012 a 2015. Para produzir esta análise, as informações não foram levantadas em momentos estanque, visto que acumulo experiência de observação deste campo desde 2005, durante os processos de mobilização dos atores sociais para a implementação da política de desenvolvimento territorial no Estado do Piauí, relatado na monografia intitulada: A Organização Institucional no Território dos Carnaubais – PI: participação, atores e processos, trabalho produzido como requisito para obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável. A observação dessa experiência se estendeu até os estudos das institucionalidades territoriais e da dinâmica de projetos territoriais no Piauí, sistematizados na dissertação de mestrado intitulada: A Face Inovadora das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural: uma análise da política de desenvolvimento territorial no Estado do Piauí. Ambas as experiências de pesquisa aconteceram em conjunto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - PB.

Contudo espero que esta experiência venha a contribuir para uma melhor compreensão dos processos sociais de desenvolvimento não planejados e de longo prazo que, como diria Norbert ELIAS (2006), produzem as condições para a prática de planejamento de nossos dias. Para este autor, todo desenvolvimento social planejado é, intrinsecamente, ligado

à imersão nos processos da atualidade, que nos impossibilita perceber com mais nitidez os fatos ocorridos e os impactos a médio e longo prazo. O que vem ocorrendo agora no território tem uma ligação direta com os processos que vivenciei no passado, da mesma forma que imagino as análises de agora intervindo e melhorando análises futuras.

Reconheço que a sensibilidade aliada às razões valorativas, também, foram determinantes na escolha do objeto de estudo e na importância por mim atribuída ao seu significado social e político, pois também sou mulher, venho do ambiente rural e, já fui assessora técnica dos movimentos sociais, nos quais militei no estado do Piauí<sup>12</sup>. Portanto, o trabalho que apresento não é somente o resultado de estudo realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCSoc, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito obrigatório para a obtenção do título de doutora, mas é, também, experiência de vida das mulheres.

Retomando as questões metodológicas e técnicas de pesquisas utilizadas ao longo desse período, ressalto que os usos de ferramentas tecnológicas como a internet me possibilitaram fazer um levantamento das produções acadêmicas nas Universidades Federais do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará (por serem universidades localizadas nas áreas de atuação do MIQCB e por desenvolverem trabalhos de pesquisas mais diretamente ligadas a este campo), que tratam das questões relacionadas ao extrativismo do babaçu. Porém nos trabalhos encontrados há pouca aproximação entre as quebradeiras de coco babaçu e a discussão sobre identidade e gênero, para citar um exemplo.

Optei pela observação participante como técnica de pesquisa de campo por ser caracterizada, segundo BOGDAN e TAYLOR (1975), por interações sociais intensas entre o investigador e o sujeito, sendo o procedimento da observação participante o momento em que os dados são recolhidos de forma sistematizada. Com o uso desta técnica procurei compreender os sujeitos e suas instituições no contexto da ação (durante as assembleias, reuniões de grupo e seminários temáticos).

A seleção dos eventos para observação no âmbito do MIQCB considerou o planejamento das ações dentro de um horizonte temporal de quatro anos (2012 a 2015), período em que ocorreu, para além das reuniões da Regional do Piauí, o planejamento

---

<sup>12</sup> As motivações deveram-se, também, ao fato de que, no período de 2009-2010, assumi junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, através da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia - AEGRE, em parceria com o CF8 e a SOF o cargo de Educadora Popular, tendo como principal função sensibilizar, mobilizar e organizar dentro dos Territórios do Vale do Canindé e Cocais, no estado do Piauí, os Comitês Territoriais de Mulheres, como um produto para o projeto Mulheres e Autonomia. A Educadora Popular tem o papel de sensibilizar, mobilizar e organizar dentro dos Territórios Rurais as mulheres com vistas a inserção nas arenas públicas de tomada de decisão das políticas públicas.

estratégico das ações do movimento previstas até o ano de 2018 e o VII Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, onde ocorreu a eleição da coordenação interestadual do movimento. No âmbito do Conselho Territorial considero as oficinas de definição do PRONAF<sup>13</sup> Infraestrutura, especialmente dos anos de 2010 e 2011, em que foram discutidos os critérios para priorização das ações e projetos, bem como o público prioritário para ser beneficiário direto dos projetos territoriais. Também destaco que foi na assembleia de 2010 que foram priorizados os projetos das quebradeiras de coco babaçu.

Para além das observações e das descrições fiz uso das entrevistas por ser um importante instrumento de coleta de dados subjetivos. Segundo HAGUETTE (1997), a mesma vem sendo utilizada pela sociologia por ser uma técnica que favorece a interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informação da parte do outro, o entrevistado.

Ainda sobre o uso da entrevista semi-estruturada, SELLTIZ (1987), reforça que devem ter um formato cujos informantes tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O entrevistador deve apenas ficar atento em conduzir a discussão para o tema que o interessa, fazendo uso de perguntas adicionais com o objetivo de elucidar questões que não ficaram compreensíveis no contexto da conversa. Segundo este autor, a entrevista semi-estruturada possibilita entrevistar pessoas que não sabem ou tem determinadas deficiências na leitura e na escrita, além de possibilitar a correção de enganos que não podem ser corrigidas em questionários escritos. E, como tenho relação afetiva/pessoal com as entrevistadas, o longo tempo de duração das entrevistas terminou por favorecer as respostas espontâneas sobre os significados pessoais de suas atitudes e comportamentos, da mesma forma que instigaram novas questões. Durante as entrevistas foi necessário fazer uso de recursos visuais, tais como folder e fotografias de eventos passados com relevância para o tema pesquisado, a fim de contribuir para o resgate da memória dos eventos em que as entrevistadas participaram.

Minhas intenções preliminares sobre a escolha da entrevista como instrumento de coleta de informações foi concatenada com meu objeto de estudo sem, contudo, estabelecer rigidez quanto à necessidade de reavaliação dos mesmos ou inclusão de técnicas complementares. Pois, como ressalta BOURDIEU (1998), mesmo os manuais de metodologias enfatizando o fazer correto é nosso dever ter a consciência de que esse correto é algo construído e que também é dado historicamente. Durante as entrevistas com as

---

<sup>13</sup>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na categoria de garantias de infraestrutura para a produção dos agricultores(as) familiares.

quebradeiras de coco babaçu, na sede do MIQCB-PI, por vezes o gravador foi dispensando, pela necessidade que as mulheres tinham de deslocar-se entre um espaço e outro da casa.

A escolha das informantes foi norteada por alguns critérios pensados muito subjetivamente. A maioria dos contatos mantidos com elas ocorreu durante os eventos observados. Portanto tive que considerar a agenda governamental e dos movimentos sociais, bem como a dinâmica processual do território, que impõe as informantes uma intensa agenda de eventos locais, territoriais, estaduais, nacionais e até internacionais. De forma geral, para a definição das entrevistadas, busquei contemplar:

1. A representação das instâncias investigadas: o MIQCB, o Conselho Territorial e o Comitê, bem como de instituições, tais como o MDA, Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí – SEPLAN, ONGs, que tem atuação no território;
2. Mulheres lideranças cujo posicionamento e os interesses são conflitantes com relação aos homens;
3. Ilustrar as percepções gerais de representantes do MIQCB Interestadual sobre o tema da identidade e do gênero, a fim de demonstrar como estas se articulam com aquelas do Território dos Cocais;
4. Representantes da coordenação do MIQCB-PI e do Conselho, assim como dos movimentos sociais de mulheres para resgatar elementos da história recente de articulação das mulheres em espaços públicos de poder.
5. Facilidades de acesso às entrevistadas, bem como sua disponibilidade para conceder as informações, dentre outros.

Realizei ao longo do trabalho de campo quatorze entrevistas (anexo A) com roteiro semi-estruturado (apêndice A, B e C), observei e descrevi 09 (nove) eventos, dentre estes, encontros interestaduais, reuniões estaduais, territoriais e municipais (anexo B). A imersão no campo, a observação e a descrição de tais atividades foi o que mais ocupou o tempo desta pesquisadora.

Os critérios de organização do texto tiveram a intenção de apresentar no primeiro capítulo a compreensão sobre território, a dinâmica do rural e dos movimentos sociais, como elementos conceituais que acredito serem fundamentais para articular o trabalho com questões mais gerais em torno da globalização e da dinâmica democratizante das relações de poder no interior das sociedades. O segundo capítulo apresenta o contexto geral da PNDRSS, além da ambientação do Território dos Cocais e dos agentes sociais que dinamizam o mesmo. O terceiro capítulo tem a intenção de problematizar a discussão sobre a manifestação identitária

das mulheres, bem como as questões relacionadas à diferenciação das relações do gênero, o que vem seguido de minhas conclusões finais.

Por fim, este estudo orientou-se por intencionalidades e por um conjunto de procedimentos científicos, cuja expectativa é qualificar o trabalho não só como gerador de conhecimento, mas também como provocador de reflexões em torno de políticas públicas de inclusão social.

Destaco ainda que, na escrita deste trabalho, a proposta não foi descrever detalhadamente sobre o longo processo de organização das mulheres e da implementação de políticas públicas em um único capítulo, nem tão pouco discorrer longamente sobre a corrente teórica que subsidia este trabalho, mas apresentar as informações e suas análises na medida em que o texto foi sendo construído.

## 1. CAPÍTULO I

O desafio que me proponho neste primeiro capítulo é apontar os caminhos pelos quais acredito ter sido possível articular questões mais gerais em torno da globalização<sup>14</sup> e da dinâmica democratizante das relações de poder no interior das sociedades com experiências empíricas concretas. Isso ocorreu a partir da observação e análise das manifestações identitárias de grupos sociais historicamente marcados por diferenças e desigualdades como os grupos de mulheres extrativistas do babaçu. Tal experiência me permitiu refletir sobre formas de exclusão social de grupos minoritários, especialmente de mulheres, dentro de contextos sociais de implementação de políticas públicas, cujo ambiente aproxima o Estado e os movimentos sociais, particularmente aqueles do rural.

Esta reflexão implica, em princípio, problematizar o que é o território, em que consiste, onde se localiza e como pode ser demarcado, visto que a implementação das políticas públicas apropria-se das formas de organização territorial como estratégia de inclusão e desenvolvimento do ambiente rural, pois considera não apenas os elementos constitutivos da natureza, mas, também, o ambiente cultural que oportuniza e potencializa a manifestação de diferentes identidades, estas sujeitas a acumulação de variadas formas de discriminação, mas que desenvolvem estratégias de luta e reconhecimento.

O fundamental aqui é apreender o território e os agentes que o compõem como “forças vivas”, sejam elas as forças dominantes ou não, coesas ou conflitantes, mas que tenham as condições políticas e institucionais de visibilidade e intervenção nos processos sociais de busca pela democratização do poder.

### *1.1. Território, ambiente rural e identidade: múltiplos desafios para mudanças culturais e políticas.*

Para analisar a experiência do Território dos Cocais-PI foi necessário questionar em que ele consiste e como pode ser demarcado, chegando, assim, a duas possibilidades para concebê-lo, sem que uma forma anule a outra. A primeira está relacionada à lógica de demarcação geográfica dos espaços como forma de organização do Estado para criar unidades de planejamento governamental para gerenciar políticas públicas, que será apresentado mais

---

<sup>14</sup>É o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival. (SANTOS, 2003).

adiante. E, a segunda relacionada àquilo que SEGATO (2007) chama de espaço marcado com os emblemas identificadores de sua ocupação por um grupo particular, que por sua vez inscreve com suas características a identidade desse grupo considerado próprio e que nele transita livremente. Nesse sentido a “territorialidade” precisou ser relacionada à experiência particular, histórica e culturalmente definida do grupo observado e suas formas de manifestações identitárias.

Para produção de entendimento de realidades complexas como a que estou tratando, SOUZA (1995), aconselha perguntar-se quem domina ou influencia e como domina ou influencia neste espaço? Dessa forma, torna-se possível o entendimento de que, dependendo dos objetivos dos sujeitos que produzem o território, a ação de poder pode configurar apropriação, dominação ou influência, de acordo com as estratégias que estes desenvolvem para se fazer perceber dentro dos espaços institucionalizados de poder.

Para SEGATO (2007), grupos que se comportam como pátrias secundárias em suas formas de organização e apelam à lealdade e, em especial, à exibição ritualizada de fórmulas que expressam essa lealdade, expandem-se criando franjas de identidade comum e apropriação territorial. Poder-se-ia dizer que as pessoas carregam os marcadores territoriais e que se trata de territórios extensíveis, que crescem à medida das suas respectivas adesões. De forma gradual, um povo pareceria não mais ser definido como o conjunto dos habitantes de um território geograficamente delimitado, mas sim como grupo que porta a heráldica de uma lealdade comum e, com isso, institui um território no espaço que ocupa. SEGATO (2007) cita como exemplo a igreja, cujo território, hoje, são seus fiéis. Nesse mesmo sentido, o território agora passa a desprender-se de suas ancoragens materiais fixas e adquire mobilidade. No contexto em que observei, as formas de organização que apelam para um sistema de lealdade do grupo foram cruciais para entender se há um novo paradigma territorial ou nova forma de territorialidade em curso a partir de formas diferenciadas de identificação dos grupos sociais.

Já na periodização da história das formas de governo proposta por FOUCAULT *apud* SEGATO (2007), o modelo feudal do governo de território entendido como espaço de terra sob o poder de um senhor ou monarca com todas as coisas que dentro dele se encontram é sucedido, a partir do século XVIII, pelo governo da população. Este entendido como a administração em um regime pastoral da vida do grupo humano que se assenta em determinado território. O que SEGATO (2007) sugere é o encontro frente à emergência de um terceiro período, em que o governo pastoral da população-rebanho, própria do período anterior, se exacerba, porque esta passa lentamente a desacoplar-se do território e perde



vigência a premissa da localização e da ancoragem espacial da população a ser governada. Para a autora não se trata de um processo de desterritorialização, nem sequer de uma nova relação com o território, mas de uma nova produção de território. Pode-se dizer que o Ocidente tardio não só produz seus sujeitos por meio do poder de controle pastoral, mas que também, nesse mesmo movimento produz territórios e maneiras de apropriação territorial, ou seja, novas políticas espaciais (SEGATO, 2007).

Nesse sentido, as instabilidades com relação à discussão da localização do sujeito se somam as dificuldades de sua identificação. Stuart HALL (2011) usa o argumento de que as concepções de identidade sejam elas iluministas (indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação), ou sociológicas (formada na "interação" entre o eu e a sociedade), estariam, também, em processo de mudança. O sujeito, previamente vivido como tendo identidade unificada e estável está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura estão entrando em colapso como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Para esse teórico este processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade, então, torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida então historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em momentos distintos, identidades que não são unificadas ao redor do "eu" coerente. Dessa forma, dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando-nos em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Segundo HALL (2011), se sentirmos que temos identidade unificada desde o nascimento até a morte, é apenas porque construímos a cômoda história sobre nós mesmos ou a confortadora "narrativa do eu" (veja Hall, 1990).

Neste aspecto, e, especificamente sobre as mulheres, a discussão de SEGATO (2007), sobre território extensivo e a de HALL (2011), sobre identidade móvel requer determinados cuidados, pois, com relação à história de vida das mulheres dos movimentos rurais não pude desconsiderar as localizações e as identificações as quais manifestam sentimentos de pertencimento, como morar nos babaçuais, ser extrativista, participar de

movimentos sociais, ser mulher do lar, cuidadeira, meiga e frágil, ou seja, dentro de um padrão de comportamento social que, de forma geral, ainda se sustenta naquilo que as estudiosas do feminismo radical chamam de *patriarcado*, isto é, uma forma de organização da sociedade que sistematicamente beneficia o espaço público ao privado, o homem em detrimento da mulher. Esta é uma realidade cuja observação da dinâmica da vida das mulheres ajudou a desconstruir.

Particularmente defendo que a resignificação das mulheres e das relações do gênero podem ser apreendidas no ambiente rural pelas variadas configurações que apresenta em torno de símbolos e identificações que estão para além das fronteiras geográficas e da fixação de identidades.

Para WANDERLEY (1998), autora do texto sobre a “reconstrução da ruralidade e a relação sociedade-natureza”, considerado uma espécie de guia metodológico para novos estudos do rural, ao que interessa neste trabalho, apresenta o ambiente rural como sendo construído mediante a diversidade de atividades, com processos produtivos e culturais que combinam diferentes tipos de saberes. Portanto, os sujeitos que nele transitam constroem relações com a natureza e retomam processos de gestão que fazem uso de recursos, na maioria das vezes naturais, assim, reconstróem relações socioambientais que são expressas no cotidiano pelas interações simbólicas comunitárias no campo<sup>15</sup>. Neste caso as características do território com os quais os sujeitos se identificam é marcada não apenas com elementos do material, mas com sentimentos de lealdade, valores e símbolos partilhados entre os grupos, como já frisados por SEGATO (2007).

Para WANDERLEY (1998), a afirmação da permanência do rural como espaço integrado, porém específico e diferenciado, é reforçada quando se leva em conta as representações sociais a seu respeito. Considero particularmente fértil, nesta reflexão, a ideia de que, mesmo quando se atinge certa homogeneidade no que se refere aos modos de vida e a chamada paridade social, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas e, por sua vez têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade. No que diz respeito à representação das identidades nos grupos sociais, no ambiente rural, a questão, a saber, é se a multiplicidade de identificações possíveis é, também, reveladora das

---

<sup>15</sup>Ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo-pastoris; baixa densidade demográfica população pequena; base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários; hábitos culturais e tradições típicas do ambiente rural.

múltiplas opressões as quais as próprias identidades podem estar sujeitas dentro do território.

Kimberlé CRENSHAW (2002), ao estudar os direitos das mulheres com múltiplas opressões, por exemplo, sugere o uso do termo interseccionalidade como conceituação chave para análises de problemas que buscam capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, neste caso específico, aquelas que podem ser percebidas nas diversas identificações das mulheres.

Os estudos da autora citada tratam da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros já conhecidos sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, negras, pobres, dentre outros marcadores de diferença. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que podem ser notadas dentro de tais eixos, constituindo aspectos ativos do desempoderamento das mulheres.

Para CRENSHAW (2002), que tem vasta experiência nesse campo de estudo, por natureza, a subordinação interseccional é frequentemente obscurecida, tanto porque tende a atingir aqueles que são marginais mesmo dentro de grupos subordinados, como pelo fato de que os paradigmas existentes não preveem de forma consistente esse tipo de discriminação. Há poucos padrões que fornecem um gancho investigatório sobre as circunstâncias, por vezes complexas, que contribuem para a subordinação interseccional. Para a autora isso não deve nos causar nenhuma surpresa, pois é lógico que, se o dano específico não é previsto torna-se difícil revelá-lo através do uso de ferramentas analíticas afinadas somente com os paradigmas prevaletentes de discriminação.

No meu estudo, mesmo tratando da diversidade do mundo rural, à medida que foi se aprofundando foram inúmeras as surpresas. Ao tentar compreender as diferenças e as desigualdades na relação do gênero, por exemplo, passei a entender, pelas lágrimas de uma das entrevistadas quando questionada sobre como ela se auto identificava, que não era fácil reconhecer ser mulher, negra, pobre, do ambiente rural e quebradeira de coco, muito menos admitir, ou, reconhecer ter sofrido violência sexual. Ou seja, para mim os discursos generalizados, seja do governo ou dos próprios movimentos sociais, sobre a diversidade do rural podem, ainda, esconder sistemas de discriminação aos quais, em especial, a mulher pode estar sujeita por acumular diferentes marcadores de diferença que geram discriminação social.

Os protocolos interseccionais exigem que se focalize, além do reconhecimento da aceitação dos desafios desta problemática, principalmente, a análise contextual. Portanto, a atenção à subordinação interseccional de mulheres exigiu determinada estratégia de análise,

sendo ela de baixo para cima e começando com o questionamento acerca da maneira como vivem suas vidas dentro do longo e contínuo processo que envolve diferentes formas de identificação com as quais buscam visibilidade e reconhecimento público.

Ainda no diálogo com Kimberlé CRENSHAW (2002), a autora ressalta, em suas pesquisas sobre o tráfico de mulheres, que na discussão dos aspectos da discriminação racial relativos ao gênero é necessário dá maior relevo às consequências materiais da interseccionalidade. Porém, como ela mesma destaca, há outros aspectos da superposição entre a subordinação de raça e gênero que merecem ser observados. Mulheres de comunidades que são racial, cultural ou economicamente marginalizadas precisam ser observadas, principalmente por estarem se organizado ativamente em pequena ou grande escala, com o objetivo de modificar suas condições de vida. O que cabe investigar é se enfrentam obstáculos que lhes são exclusivos quando estão dentro de seus grupos identitários e, se manifestam identidades diferentes daquelas que o caracterizam, de tal forma a lhes impor questionamentos com relação aos níveis de comprometimento e fidelidade com o grupo. Pois esta postura pode ser interpretada pelos demais membros como forma de atrair atenção negativa sobre o grupo, isto pode ocorrer quando alguns de seus membros declaram acumular mais de um indicador de discriminação e subordinação social, como raça e gênero, por exemplo.

Para CRENSHAW (2002), mulheres que insistem em defender seus direitos contra certos abusos que ocorrem dentro de suas comunidades arriscam-se a serem vítimas de ostracismo ou de outras formas de desaprovação por terem presumivelmente traído ou constrangido suas comunidades de origem. Situação que merece ser investigada, não apenas para saber se as mulheres sofrem com múltiplas discriminações, mas onde e como estas ocorrem, e, se isto influencia nas formas de aceitação dos grupos identitários nos espaços públicos de poder.

### ***1.2. Elementos para reflexão sobre a luta dos movimentos sociais em defesa da representação e da garantia de direitos para grupos minoritários.***

Em ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR (2000), ao tempo em que demonstram a hibridez dos movimentos sociais expõem sua falta de reconhecimento e representação em algumas esferas públicas que comprometem os processos de democratização do poder. Isso porque a diversificação identitária dos movimentos promovem diferentes significados e

práticas sociais que desafiam a cultura política dominante no Ocidente, que vem sendo orientada ao longo da história pelo racionalismo, universalismo e individualismo. Para estes autores no jogo geral, processual e controverso, o que está em disputa são os parâmetros da democracia dentro de uma arena política que põe em confronto os atores sociais, suas instituições representativas e os projetos que se pretendem hegemônicos.

Partindo de questões gerais, no livro, *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos*, ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR (2000) apresentam uma importante chave de leitura para a compreensão da maneira como os movimentos sociais contribuem para a mudança cultural e política, chamando a atenção para os dois pilares da dominação na América Latina, quais sejam, o neoliberalismo econômico e a democracia representativa. Esta análise negligencia a existência de possibilidades que arenas públicas não governamentais ou extras institucionais (enquanto espaços de articulação, organização, discussão e tomada de decisão com inclusão de novas identidades sociais) têm para a consolidação de uma cidadania democrática significativa destinada a grupos e classes sociais subalternas. Ao observar a realidade brasileira considero os processos de democracia representativa que vem ocorrendo desde a Constituição Federal de 1988 e, de forma mais expressiva, os esforços das gestões governamentais das duas últimas décadas, como tendo o propósito de incentivar a participação da sociedade civil através da criação dos conselhos, conferências, fóruns, assembleias, comitês, dentre outras.

Segundo esses autores, a política cultural é um processo posto em ação quando o conjunto de atores sociais moldados e encarnados em diferentes significados e práticas culturais entram em conflito uns com os outros, o que fomenta o debate no interior de espaços dinâmicos, controversos e híbridos devendo ser encarada como sendo ativa e relacional (ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR, 2000).

Nas últimas décadas os Movimentos Sociais latino-americanos desenvolveram versões plurais de uma cultura política e resignificam: direitos, espaços públicos e privados, ética, igualdade e diferença. Sendo com isso subversores da ordem do sistema político: poder estatal – partidos políticos – instituições formais. Atuam em redes e teias sociais incluindo diferentes formas de consciência e práticas, além de estabelecerem diferenciações entre: espaços públicos (enquanto zona de ação que possibilita a participação de grupos subordinados) e esferas públicas (espaço definido convencionalmente, segundo normativas de orientação institucional). (ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR, 2000).

Para escapar das generalizações, no ambiente do território que observei busquei

identificar a atuação do movimento social de mulheres, especificamente o MIQCB, bem como as estratégias que se utiliza para garantir visibilidade e reconhecimento frente à abertura de espaços e esferas públicas de poder que as gestões dos governos petistas de Lula (em nível federal) e Wellington Dias (a nível estadual) possibilitaram, bem como, compreender se essa inserção foi capaz de produzir mudanças na cultura política do lugar.

Para ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR (2000), a trajetória dos conflitos sociais que dá origem as lutas dos movimentos sociais contribuem com o entendimento da dinâmica democrática e democratizante do Estado na medida em que impulsiona a criação de espaços públicos de representação, negociação e interlocução de políticas públicas. Estas, por sua vez promovem ao longo de décadas garantias de direitos (a exemplo da Constituição Federal de 1988, quando houve as garantias de espaços públicos de participação e representação de sujeitos coletivos de direitos na tomada de decisão – conselhos de direitos). Os personagens desse processo histórico: operários, moradores pobres, famílias sem-teto, minorias discriminadas (mulheres, negros, índios, homossexuais) carregam valores, tradições, necessidades e aspirações e tendem a se pronunciar sobre aquilo que é justo ou injusto na sociedade. São sujeitos capazes de se organizarem e se fazerem representar em espaços de interlocução pública, o que desestabiliza e subverte hierarquias simbólicas de poder. Além de propor critérios igualitários de reconhecimento e princípios democráticos de legitimidade dentro destes espaços, aqui entendidos como uma zona de ação que pode ser percebida, mas não reduzida apenas às assembleias, formalmente constituídas pelo Estado ou pelos movimentos sociais, pois também podem ser percebidas em outros espaços de encontro e conversas dos atores sociais, como mercados, florestas e até mesmo quintais.

O importante a ressaltar é que os mesmos oportunizam a participação dos grupos marginais que assumem um caráter reivindicativo, passando a serem reconhecidos dentro das esferas públicas convencionais que são os conselhos, fóruns, conferências, dentre outros. Ainda segundo ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR (2000), mesmo que através de ações afirmativas<sup>16</sup> e da linha tênue da política de cotas, estes grupos têm garantido seus direitos.

---

<sup>16</sup>No Brasil as principais políticas de cotas são: Cotas Raciais, Cotas de Gênero Sexual, Cotas Socioeconômicas. Elas têm por objetivo desenvolver a igualdade social, porém, grupos contrários à sua implantação dizem, em seus discursos, que a implantação de cotas fere o direito constitucional da igualdade que diz que todos são iguais perante a lei. Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos. As ações afirmativas podem ser de três tipos: com o objetivo de reverter a representação negativa dos negros; para promover igualdade de oportunidades; e para combater o preconceito e o racismo. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que as ações afirmativas são constitucionais e políticas essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país. As ações afirmativas no Brasil partem do conceito de equidade expresso na constituição, que significa tratar os desiguais de forma desigual, isto é, oferecer estímulos a todos aqueles que não tiveram igualdade de oportunidade devido a discriminação e racismo. As mulheres negras

Elementos mais gerais pontuados por Boaventura de Sousa SANTOS (2003), sobre políticas de reconhecimento de diferentes sujeitos sociais, que historicamente são marcados por múltiplas diferenciações sociais e que indicam subordinação e dominação, tais como: gênero, raça, etnia, etc., me ajudaram a refletir sobre a questão desafiadora com que os movimentos sociais, que se estruturam segundo critérios organizativos múltiplos, apoiados em princípios ecológicos, de gênero e de base econômica não homogênea se organizam e reivindicam reconhecimento. O que lhes confere por parte do Estado e de outros movimentos sociais do território o *status* de sujeito social com visibilidade e reconhecimento em espaços e esferas públicas de poder.

Nos estudos de caso apresentados por SANTOS (2003), as lutas de movimentos sociais identitários por redistribuição e reconhecimento são travadas em um contexto histórico em que, deixa de ser possível atribuir a um ator coletivo por excelência, como o proletariado global (defendido pelo marxismo) o papel principal nas lutas dirigidas contra formas diferentes de opressão e de dominação, envolvendo a emergência da correspondente diversidade de sujeitos coletivos. O reconhecimento dos processos sociais como característicos das desigualdades do capitalismo, que geram contradições e lutas de classe, em escala espacial nacional, supranacional e subnacional, sugerem novamente questionamentos à ideia de que o antagonismo de classe seria o ponto privilegiado das contradições do sistema. Em concordância com o autor, o estudo que fiz foi no sentido de identificar de que forma outros elementos relacionados ao sistema de identificação dos sujeitos podem ser indicativos de opressão e subordinação dos mesmos dentro de um sistema com articulações em nível global, nacional e local. O autor ressalta que as lutas das mulheres, dos ambientalistas, dos movimentos antirracistas ou pelo reconhecimento de identidades étnicas tem o papel de nos recordar que, tanto a dominação quanto a resistência se fazem ao longo de diversos eixos e, que estes não estão subordinados, de maneira definitiva, a uma contradição, qual seja o antagonismo de classe. Desprender-se desta máxima não foi tarefa fácil, principalmente, por buscar analisar os conflitos inerentes à visibilidade e o reconhecimento de um grupo de mulheres cujos marcadores de diferença e desigualdade social estão para além do gênero.

---

no Brasil sofrem duplamente: por serem mulheres e por serem negras. Casos de racismo, sexismo, discriminação e privação de oportunidades são frequentes. A nível federal a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, trabalha para a garantia de direitos e o empoderamento da mulher negra, atendendo a prioridades apresentadas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, assim como no Estatuto da Igualdade Racial. São ações focadas para enfrentar a prática de racismo e o sexismo. A Seppir participa também do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, e trabalha em conjunto com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) na elaboração e acompanhamento de políticas públicas para as mulheres negras. (SEPPIR, 2015).

Para chegar à compreensão de que nem todas as questões e dilemas sociais das mulheres estão subordinados apenas a conflitos sociais de classe e gênero foi necessário considerar a capacidade que elas têm de mobilizar-se, articular-se em busca de alternativas de sobrevivência a partir da superação de dificuldades que são materiais, mas, também, subjetivas. Portanto não estão relacionadas apenas aos aspectos econômicos, ou aquilo que produzem, mas também às práticas culturais, na defesa de saberes e de tradições do território onde vivem.

Uma proposta alternativa apresentada por SANTOS (2003), para não incorrer em riscos de valorização dos aspectos materiais em detrimento do cultural passa pela reconceitualização do político em termos distintos das tradições liberais e marxistas, e, também, das narrativas nacionalistas da descolonização e da independência dos novos Estados, tributários dessas tradições. A referência à cultura se torna um recurso indispensável a este modo de pensar, pois o cultural incorpora e dá forma a racionalidades alternativas, sem constituir sempre e em todos os pontos um campo distinto da vida social. No meu entendimento, isto significou considerar que as variações em torno das alternativas, a subordinação e a opressão não podem ser vistas, de forma geral, apenas como resultado dos processos de globalização capitalistas ou da reação a esta, pois desta forma, as reivindicações de justiça, de reconhecimento da diferença ou da cidadania seriam inteligíveis apenas na linguagem do Estado moderno e da cidadania moderna, independentemente dos sujeitos coletivos que as formularam. Desta forma, a resistência e as alternativas criadas por grupos minoritários teriam possibilidades de sucesso apenas na medida em que fossem capazes de alcançar reconhecimento e legitimidade por parte do Estado, o que desconsideraria e limitaria o olhar, negando a diversidade de identidades emergentes nos novos espaços de resistência, de luta e de novas práticas políticas, as quais busquei demonstrar neste estudo. (SANTOS, 2003).

Através das produções de pesquisadores como ALMEIDA (1995), que já desenvolveu investigação sobre os grupos sociais de mulheres extrativistas do babaçu foi possível afirmar que, ao se auto definirem pela atividade complementar e extrativa, envolvendo simultaneamente critérios ecológicos e de gênero, as mulheres extrativistas alcançam certo consenso que serve de alavanca para reposicioná-las política e economicamente face às ações governamentais e aos circuitos de mercado. Elas evocam novas solidariedades a partir destes critérios universais (gênero, ecologia, diversidade econômica), e logram uma dupla ruptura com o localismo geográfico ao se projetarem em articulações transnacionais com entidades ambientalistas e empresas correlatas, driblando os



rígidos controles de uma economia oligopolizada<sup>17</sup>.

A experiência junto as extrativistas do babaçu que aqui ponho em questão apontou como a manifestação e a transformação das suas identidades pode variar de acordo com os espaços e os interesses em jogo, pois diante de tensões e conflitos desenvolvem capacidades e habilidades políticas que interferem nas relações hierarquizadas de poder entre homens e mulheres nos espaços e esferas públicas de poder. A visibilidade que o movimento social de mulheres e sua inserção nestes espaços têm hoje, no território, são indícios de que estão ocorrendo flexibilizações nas estruturas de poder dominadas majoritariamente pelos homens. Isto implica na transformação das referências identitárias masculinas do passado (que são consideradas como ancoragem unificada, completa, segura e coerente) em detrimento da fantasiosa ideia de que as identidades das mulheres, por serem construídas a partir de vínculos com o espaço privado da casa, seriam passivas a situações de opressão e subordinação, ou mesmo que seriam desprovidas de poder.

---

<sup>17</sup>Corresponde a uma estrutura de mercado de concorrência imperfeita, no qual o mercado é controlado por um número reduzido de empresas, de tal forma que cada uma tem que considerar os comportamentos e as reações das outras quando toma decisões de mercado. No oligopólio, os bens produzidos podem ser homogêneos ou apresentar alguma diferenciação sendo que, geralmente, a concorrência se efetua mais ao nível de factores como a qualidade, o serviço pós-venda, a fidelização ou a imagem, e não tanto ao nível do preço. (ALMEIDA, 2007).

## CAPÍTULO II

Neste capítulo apresento as concepções mais gerais da Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PNDRSS que considero fundamentais para as reflexões e compreensão das articulações entre o Estado e os movimentos sociais com vistas à elaboração das políticas públicas para o ambiente rural. Esta política é uma das principais ações do MDA para o ambiente rural e chama a atenção, especialmente, a proposta de inclusão de novas identidades pelas políticas públicas, bem como pelo tratamento dispensado às relações do gênero. Esta proposta é imersa nos processos de construção e reconhecimento das múltiplas identidades da mulher nos espaços públicos e privados onde se estruturam as relações de poder.

Apresento, também, os elementos constitutivos da realidade e da diversidade da mata dos cocais no Piauí, pois configura o ambiente natural (no sentido da relação com a natureza) onde vivem as quebradeiras de coco babaçu, consideradas como sujeito social que dinamizam a vida das comunidades rurais dos territórios onde habitam, bem como seus espaços de articulação, mobilização e organização.

### *2.1. Contextualizando a Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e a articulação/inclusão dos movimentos sociais de mulheres.*

Para fins de contextualizar o/a leitor/a sobre as discussões, elaboração e a implementação das políticas públicas que consideram as diferenciações e as desigualdades do gênero no ambiente rural, bem como o reconhecimento e a inclusão de novas identidades sociais creio ser necessário apresentar, mesmo que de forma geral, como o Estado em parceria com os chamados “novos movimentos sociais” tem abordado essa temática dentro da PNDRSS, nas duas últimas décadas.

Tenho a consciência de que a retrospectiva e análise como forma de recuperar as marchas e contramarchas da longa transição democrática brasileira ajuda a compreender alguns dos dilemas da atual conjuntura em que vivem as mulheres e suas organizações representativas. Porém, meu propósito aqui não é fazer a reprodução da vasta literatura sobre os dilemas enfrentados pelas mulheres na busca por reconhecimento e inclusão nas esferas públicas de poder, porque boas reflexões sobre aproximações com esse tema já foram devidamente problematizadas e registradas por ALVARES (1988), CEPAL (2003), FARAH

(1998), dentre outros, e, me servem de base de leitura para compreender o contexto que me proponho estudar. Como argumenta KINZO (2001), se considerarmos que no Brasil, se ampliaram as condições de contestação pública e participação política (com significativa inserção das mulheres no debate público) houve, por parte dos governos, a negação da existência de problemas na qualidade da contestação pública e da participação do cidadão no funcionamento efetivo do processo decisório democrático. Isso continua gerando inquietações por parte dos movimentos sociais, especialmente o de mulheres, pelo fato de questionarem quais as condições de inclusão e participação social em que são historicamente alvo e não protagonistas, especialmente no campo das políticas públicas para o ambiente rural.

Estas são questões que nos remetem à longa história de luta em torno da democratização do Estado brasileiro, particularmente aos conflitos entre os Movimentos Sociais e o próprio Estado no ambiente rural, tais como os enfrentados pela Via Campesina, a CONTAG, os povos e comunidades tradicionais, como as extrativistas do babaçu, que ocorreram e ainda ocorrem em torno da luta pela terra para morar e nela produzir. Sem negar esta história de conflitos sociais que geram aproximações, distanciamentos, pactuações, conquistas e frustrações entre os sujeitos envolvidos, destaco aqui, as especificidades de um debate que foi iniciado no ano de 2003, por ocasião da primeira gestão do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores quando foi criado, a partir do diálogo desta gestão de governo com os movimentos sociais do ambiente rural, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, como sendo os órgãos do Governo Federal responsáveis não somente pela proposição e mediação, mas também pela implantação de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares<sup>18</sup>.

Esta relação é marcada por tensões entre o governo e os movimentos sociais do campo no tocante a elaboração da política nacional para o ambiente rural, sendo que destaco aqui aquelas relacionadas à abordagem das relações do gênero. Neste contexto a SOF e o CF8 (representantes do movimento social das mulheres que mais diretamente dialogaram com o governo sobre a abordagem do gênero nas políticas públicas para o ambiente rural) defendiam que paralelo ao processo de inserção delas em esferas de gestão da política, tais como os

---

<sup>18</sup> Agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural.

Conselhos, defendiam também, processos de formação e capacitação em momentos distintos, ou seja, além da representação das mulheres defendiam que se fazia necessário a orientação metodológica sobre relações do gênero alicerçada em pelo menos três elementos, quais sejam: feminismo, organização e formação, dentro de uma visão crítica de mundo, das relações de dominação entre homens e mulheres, o que lhes possibilitaria analisar e articular as questões de classe, gênero e raça/etnia, garantindo condição menos desigual frente aos homens no debate e na definição das políticas, como argumenta a coordenadora do CF8:

Para que as mulheres cheguem nesses espaços em condições de dialogar e propor projetos que as valorizem como sujeito social é necessário criar espaços paralelos, onde possam passar por processos de formação e capacitação que contribua com sua autonomia como mulher. Do contrario continuaremos sempre como depositária das políticas (Conceição Dantes, coordenadora do CF8, durante a formação das Educadoras populares em 2010, Mossoró-RN).

Deste debate entre movimento e governo surgiram ações voltadas para o fortalecimento da autonomia das mulheres, como o projeto: Mulheres e Autonomia, que detalharei mais a frente.

Agora, retomo o processo de elaboração conjunta do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PNRSS por ter representado não somente a construção de um instrumento estratégico para a participação e inserção do rural no desenvolvimento nacional, mas também por ter amortizado as tensões entre o governo e os movimentos sociais neste ambiente. Este plano foi consolidado durante a Segunda Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - 2ª CNDRSS (que ocorreu em Brasília, em outubro de 2013), realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF<sup>19</sup>. O PNRSS traz objetivos, metas e iniciativas de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento rural brasileiro. Foi gestado e acordado dentro de um amplo processo de debate e negociação, que contou com a presença dos movimentos sociais que representam

---

<sup>19</sup>O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) foi criado em 1999 com o objetivo de propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas ativas. Órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Conselho é um espaço de concertação e articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar. O Conselho conta, hoje, com a representação da diversidade de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, mulheres, jovens, índios, quilombolas, pescadores artesanais e extrativistas. Fazem parte, ainda, várias entidades e organizações, centros de educação por alternância, entidades agroecológicas, do cooperativismo e da economia solidária, entre outras que atuam em redes de organizações de representação e de apoio do Brasil Rural, 14 ministérios e representantes dos municípios e estados. O decreto nº. 4.854, de 8 de outubro de 2003, dispõe sobre sua criação. (<http://www.mda.gov.br>).

a diversidade do rural brasileiro. Os processos de sensibilização, mobilização e definição dos delegados para a conferência ocorreram em todo o país com eventos como as conferências municipais e estaduais, culminando com a conferência nacional.

O Plano Nacional apresenta como objetivos estratégicos: assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia<sup>20</sup>, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso aos alimentos saudáveis; continuidade da reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais; adoção da abordagem territorial<sup>21</sup> como estratégia de desenvolvimento do rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação Inter federativa; promoção da gestão e da participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas; consolidação e fortalecimento, nos espaços internacionais, regionais e multilaterais da agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica; *promoção da autonomia das mulheres por meio da garantia do acesso à terra e à cidadania, da organização produtiva, gestão econômica e qualificação das políticas e serviços públicos*<sup>22</sup> (grifo meu); promoção da autonomia e a emancipação da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos, com ênfase nas políticas educacionais e na organização produtiva, bem como promoção do etnodesenvolvimento<sup>23</sup>, valorizando a agro biodiversidade e os produtos da sociobiodiversidade. (CONDRAF, 2013).

Contudo, anseio destacar que a 2ª CNDRSS representou um marco importante para as mulheres do rural, não só pelo reconhecimento que obtiveram através da defesa de suas demandas, mas também, por ter sido institucionalizado a regra que define a paridade do gênero para eleição dos delegadas e delegadas para as conferências nacionais, garantindo

---

<sup>20</sup>O emprego mais antigo da palavra agroecologia diz respeito ao zoneamento agroecológico, que é a demarcação territorial da área de exploração possível de uma determinada cultura, em função das características e da flora climáticas necessárias ao seu desenvolvimento. A partir de 1980, esse conceito passou a ter outra conotação: para Gliessmann (2001), é a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Para Altieri (1989), a agroecologia é uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia. Para outros, trata-se apenas de uma nova disciplina científica.

<sup>21</sup> O enfoque ou abordagem territorial, na maneira como vem sendo trabalhado pela SDT/MDA, é, assim, uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas. (MDA/SDT, 2005).

<sup>22</sup>Aqui dou destaque às propostas do Plano Nacional Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário relacionadas ao tema transversal das relações do gênero por ser uma dimensão norteadora da discussão ao longo de meu estudo científico, bem como a atenção dispensada aos povos e comunidades tradicionais nos quais são identificadas as extrativistas do babaçu.

<sup>23</sup> Termo adotado desde 2003 no governo federal (O MDA, MTE-SENAES, MEC, Minc, SEPIR e MDS), que se utilizaram desse referencial para elaborar políticas públicas que beneficiassem os povos tradicionais, indígenas e quilombolas.

representação igual entre homens e mulheres nesta esfera de poder. O CONDRAF criou também o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para as Mulheres Rurais<sup>24</sup> e o Comitê Permanente de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia com a intenção de aprofundar o debate e as ações de controle social das políticas da área, estudar e propor fontes alternativas de financiamento para viabilizar políticas públicas. Ou seja, no ambiente rural percebe-se a preocupação dessa gestão de governo em atender as reivindicações do movimento de mulheres em torno de demandas por reconhecimento, tanto das suas identidades como da sua representação nestes espaços de poder. Além disso, a conferência tratou de forma transversal o conjunto de demandas das mulheres, pois traduziram sua luta por autonomia e pela garantia de direitos (CONDRAF, 2013). Neste momento confluíram os interesses dos movimentos sociais de mulheres e do governo, no sentido de que a representação das mulheres se configura como uma ferramenta de monitoramento da implementação das ações do PNDRSS voltadas para elas. No entanto, como parte das estratégias de enfrentamento da desigualdade do gênero nas políticas públicas, a visibilidade e a representação paritária das mulheres não foram suficientes para diluir relações conflitivas entre grupos representativos de homens e mulheres.

A aparente atenção especial que as mulheres deveriam ter tido durante a participação na conferência não foi dada. Nas conversas que tive com elas constatei que essas participações tiveram seu valor enquanto conquistas simbólicas, e, deveu-se ao debate anterior à conferência nacional, em eventos de mobilização municipal, territorial e estadual. Essa ampla participação delas, além das mobilizações específicas durante a própria conferência (pois foram conferencistas vigilantes e propositivas quanto ao que reivindicavam, fazendo painel, debate e místicas<sup>25</sup>) não permitiram o esquecimento das suas demandas das, mas

---

<sup>24</sup> O Comitê Permanente de Promoção de Políticas para as Mulheres Rurais, criado em 2011 por meio da Resolução CONDRAF nº 80, tem as seguintes atribuições: propor, acompanhar e analisar as políticas finalísticas e transversais dirigidas às mulheres, que desenvolvem atividades rurais, nas políticas agrícolas, agrárias, sociais, culturais, pesqueiras, aquícolas e extrativistas; estudar e propor fontes alternativas de financiamento para viabilizar essa política pública a fim de atender as mulheres rurais; propor a realização de estudos e debates sobre a operacionalização e resultados estratégicos das políticas para as mulheres e das ações transversais das demais políticas públicas; manter-se informado sobre o cumprimento das metas gerais programadas para a ação de promoção de igualdade de gênero, desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e pelos demais Ministérios, bem como sobre os resultados do monitoramento e avaliação dos projetos realizados, procurando identificar obstáculos à sua implementação e propondo medidas que assegurem a execução do que foi planejado; solicitar informações que julgar necessárias ao desempenho de suas atribuições ao órgão responsável pelas Ações de Promoção das Políticas para as Mulheres Rurais; sugerir aos conselhos estaduais, territoriais e municipais a constituição de comitês semelhantes para acompanhar a ação de promoção de políticas para as mulheres rurais; pautar o Plenário do CONDRAF de temas relacionados as Mulheres Rurais, assim como, informar suas atividades e resultados, por meio de relatórios periódicos. (CONDRAF, 2011).

<sup>25</sup> Neste caso, chamo de mística os momentos em que as mulheres foram desafiadas a conduzir dinâmicas durante a abertura, os intervalos entre uma atividade e outra, ou no encerramento da conferência, nesses, a condução da

sim, que fossem devidamente priorizadas nos documentos produzidos pelo evento.

As mulheres rurais as quais me refiro e que estavam representadas, tanto na conferência, quanto nos eventos anteriores, se identificam como sendo agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, assentadas do crédito fundiário, mulheres extrativistas, mulheres das águas, pescadoras artesanais, indígenas, mulheres quilombolas, quebradeiras de coco, geraizeiras, mulheres faxinalenses, caiçaras, pantaneiras, mulheres pertencentes às populações de fundo e fecho de pasto, catadoras de mangaba, ciganas e pomeranas, entre outras. (MDA, 2015). O que configura como amostra de que os dilemas específicos enfrentados por cada grupo identitário específico potencializou o conflito nas esferas de discussão e definição da política, o que desafia o governo a criar mecanismo de mediação e promoção de consenso entre os mesmos.

Essa primeira forma de identificação das mulheres comporta uma reflexão sobre a complexidade das possibilidades de conceitualizar a mulher como sujeito. De acordo com a descrição acima, para o governo, este conceito estaria diretamente relacionado às identificações com as atividades que elas realizam, porém para autoras como BEAUVOIR (1970), LOURO (1995), SCOTT (1995), tanto o conceito de mulher como o de homem são construções históricas, portanto não reduzíveis a apenas uma única dimensão da vida, como o trabalho produtivo. Assim, para estas autoras, estes significados só nos poderiam ser dados pela construção histórica das relações sociais destes sujeitos ao longo da sua vida no interior da sociedade.

Chama a atenção também a forma como as próprias mulheres vão construindo identificações que complexificam o conceito, como apresentado por Helena ao se referir a dona Francisca Lera, e, Toinha falando sobre o surgimento de lideranças mulheres, são testemunhos que apresentam uma amostra da diversidade das identificações das mulheres presentes nesses eventos:

Ela é mulher, mas não é qualquer mulher. Ela é dona de casa, é da igreja, do movimento, uma mulher a frente do seu tempo, tudo que sou hoje devo a ela (conselheira). É a maior liderança das mulheres quebradeiras de coco daqui [...] lutou mesmo. (Helena, coordenadora do MIQCB-PI).

---

mística pautava através de cantos, poemas, gestos, símbolos e orações, as questões relacionadas à realidade da mulher na sociedade. Para BOFF E BETTO *apud* VARGAS NETTO, 2007, mística significa o conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e os movimentos na vontade de mudança, inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades, ou, sustentam as esperanças face aos fracassos históricos. [...] Nisso tudo vai uma mística que se recusa a aceitar uma situação dada, uma mística geradora de energia orientada para a construção de um futuro melhor. [...] Não há militância sem paixão e mística, não importando a natureza da causa, seja religiosa, humanística ou política.

A gente construiu a ideia de mulher corajosa, uma mulher liderança foi na luta, sendo as da linha de frente na hora do conflito. Ainda hoje somos conhecidas por isso, por formar mulheres lideranças. No São José dos Mouras a maioria das lideranças são mulheres (Antônia Gomes, conhecida como Toinha, MIQCB-MA, ex-presidente da ASSEMA-MA).

Ao compartilhar do pensamento de Helena e Toinha, assim o faço na busca de entender determinadas evidências, pois é como se mulher sempre comportasse algo mais, que seria impossível ser limitada a uma única representação que esta possa vir a manifestar dentro de esferas públicas de poder institucionalizada, como uma conferência.

Ideias fixas sobre o sujeito mulher vão se desconstruindo à medida que o papel social que elas assumem vai se complexificando, de tal forma que não pude, nesta conjuntura, tomá-las apenas pela atividade produtiva<sup>26</sup> que realizam.

Em artigo sobre Identidade Feminina, um conceito complexo, Juliana Eugênia CAIXETA e Silviane BARBATO (2004), argumentam que até o começo do século XX, informações sobre as mulheres eram obtidas, sobretudo, no espaço doméstico, através de cartas e diários que elas escreviam. Para estas autoras, embora a transformação dos papéis sociais de homens e mulheres tenha começado a acontecer no século XVIII em virtude de importantes mudanças políticas, sociais e econômicas, tais como, a ascensão da burguesia, criação dos estados nacionais, início da industrialização e a formação da sociedade capitalista, neste período, a família extensa feudal desaparece para dar lugar à família burguesa: pai, mãe e filhos/as. É esta ideia de identidade individual, do privado, das residências particulares, da família nuclear que começa a ser construída. Nesta nova família, aparece a figura da criança como aquele membro que precisa de cuidados especiais para se desenvolver bem, afinal, ela é o futuro dos estados nacionais em construção. Portanto, é para atender a essa nova exigência social que a mulher foi confinada à esfera doméstica, em que por amor passou a viver com o objetivo de cuidar dos/as filhos/as, marido e casa. Começa, então, a ser institucionalizada a característica de cuidadora para a mulher, refletida nas suas atuações como mãe, esposa e dona-de-casa.

A mulher passou a viver para o amor: amor a seus filhos, a seu esposo, a sua casa. Para tanto, ela deveria se manter pura, distante dos problemas e das tentações do mundo exterior – o mundo do trabalho – que deveria ficar sob o encargo do homem. (ROCHA-COUTINHO, 1994, *apud* CAIXETA & BARBATO, 2004).

Conceitos como “natureza feminina” passam a ser mencionados com frequência

---

<sup>26</sup>Neste caso, chamo de atividade produtiva todas aquelas que direta ou indiretamente geram renda.



neste período, fruto de todo esse contexto sócio histórico de confinamento da mulher no lar, para cumprir papéis sociais que permitissem a seus homens cuidar do mundo produtivo. Neste contexto, a mulher não só se reconhecia nesse lugar social e subjetivo de “rainha do lar”, frágil, dependente, maternal, como passou a reproduzi-lo, já que era a responsável pela educação dos/as filhos/as.

Para CAIXETA & BARBATO (2004), o discurso social sobre a mulher começou a se modificar no século XX. Durante as duas grandes guerras, as mulheres foram incentivadas a saírem de suas casas e atuarem no mundo produtivo, uma vez que seus homens haviam partido para os campos de batalha. Para viabilizar essa saída, os meios de comunicação e a ciência mostravam as vantagens e encantos do mundo público. No entanto, no pós-guerra, ocorreu o movimento contrário. A volta dos homens para suas casas obrigou o retorno das mulheres ao interior do lar. Mais uma vez, a ciência e a mídia entraram em ação, mas, desta vez, para tratar dos prejuízos para o desenvolvimento dos/as filhos/as que tinham mães trabalhadoras. Criou-se todo um discurso social que culpabilizava a mãe que não se dedicasse, em tempo integral, ao seu papel natural de cuidadeira: mãe, esposa e dona-de-casa.

O que se segue em séculos posteriores são situações em que as mulheres que romperam com esse padrão de comportamento foram sujeitadas, por muitas vezes, à condição de não aceitação na maioria dos grupos sociais nos quais tinham sentimento de pertença. Uma ilustração destas dificuldades foi percebida no testemunho de dona Toinha, quando relatou a situação enfrentada em sua comunidade ao resistir ao enquadramento daquilo que era estabelecido como papel a ser desempenhado pelas mulheres na comunidade.

Terminou o estudo, até o quinto ano, que era o que tinha na comunidade, a gente ficava por ali na comunidade, porque qual era a opção das mulheres rurais? E o desejo dos pais e das mães? Era que as filhas casassem e tivessem filhos. Eu demorei muito a fazer isso, quando eu resolvi me casar eu já tinha 29 anos. Eu demorei muito pra assumir esse papel de mulher, com marido, com lar. Eu queria ser uma mulher livre, independente. Mas pra minha idade, pra minha comunidade isto era uma agressão, era coisa horrível. Na comunidade eu era vista como a mais vaidosa, depravada demais [...] todo modismo da comunidade era levado por nós, era a minha família. O meu pai era analfabeto, mas ele tinha um amor tão grande pela família dele que terminava as pessoas dizendo que: essas filhas é quem governa o pai delas, elas fazem o que querem, vão para onde querem. Ele da muita liberdade, não tem rédea pra essas meninas. E terminou assim, nada prende a nossa liberdade, mesmo casando, tendo marido, filho, mas sempre na ideia de não se aprisionar, não viver da forma que vive a maioria das mulheres nas comunidades rurais. (Toinha, MIQCB-MA/ASSEMA).

Em proporções diferenciadas, respeitados os tempos e as histórias pessoais de cada uma das mulheres entrevistadas nesta pesquisa e daquelas que participaram ativamente dos

eventos públicos articulados pelo MDA/CONDRAF, tentarei demonstrar que, particularmente, na experiência das quebradeiras de coco babaçu, o elemento que pesa na desconstrução desta concepção de “mulher cuidadeira” está relacionado ao fato de que no período dos conflitos pela posse da terra elas assumiram “a linha de frente dos embates”. A ausência dos homens neste momento de conflito fez com que as mulheres assumissem papéis que até então não concebiam como sendo passivo de ser exercido por elas, como o de liderança política, capazes inclusive, de organizar um movimento social de mulheres da dimensão do MIQCB e de representa-lo em espaços e esferas públicas de poder colocando em jogo os interesses das mulheres.

Outro destaque que faço no PNDRSS é sobre a discussão dos Povos e as Comunidades Tradicionais, visto que em minha pesquisa de campo o grupo com o qual estabeleço uma relação direta é o das extrativistas do babaçu, estas reconhecidas como povos e comunidades tradicionais. Os conferencistas apresentaram ações para o Plano Nacional voltadas para este segmento, que representa cerca de 25 milhões de brasileiros/as, distribuídos entre povos indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores/as artesanais, povos de terreiro, fundo e fecho de pasto, povos ciganos, faxinalenses, pantaneiros/as, pomeranos/as, seringueiros/as, castanheiros/as, quebradeiras de coco-de-babaçu, ribeirinhos/as, caiçaras, praiheiros/as, sertanejos/as, jangadeiros/as, açorianos/as, campeiros/as, varjeiros/as, geraizeiros/as, caatingueiros/as, barranqueiros/as, catadoras de mangaba, andirobeiras, morroquianos/as, vazanteiros/as, apanhadores de flores sempre-vivas, cipozeiros/as, isqueiras, retireiros/as do araguaia, veredeiros/as, piaçaveiros/as, ilhéus, raizeiros/as, entre outros, sendo caracterizados pelas atividades que desenvolvem e que configura o público expressivo do Brasil rural (CONDRAF, 2013).

Para contemplar essa diversidade da agricultura familiar, representada também pelos povos e comunidades tradicionais, a 2ª CNDRSS discutiu e aprovou o etnodesenvolvimento como tema transversal a todos os outros eixos temáticos. Além disso, teve uma delegação específica que elaborou quarenta propostas que consideram as especificidades destes povos e comunidades e que foram contempladas no Plano Nacional (CONDRAF, 2013).

Ao pontuar as questões da conferência relacionadas à inclusão e à representação das mulheres e dos povos e comunidades tradicionais, o que trago para o debate é o entendimento de que, no campo das políticas públicas, abre-se para as extrativistas do babaçu pelo menos duas possibilidades de inclusão social com vistas a superação das desigualdades, visto que se identificam como mulher e como povo e comunidade tradicional, pois elas fazem uso deste

reconhecimento de acordo com os espaços, com os tempos e os interesses em jogo.

A CNDRSS elaborou uma Política de Desenvolvimento do Brasil Rural – PDDBR, cujos desafios e temas estratégicos apontam, dentre outras questões, para a superação das desigualdades de gênero. Segundo o movimento de mulheres isso se deve a luta que estas travam por reconhecimento, contra a invisibilidade histórica que sofreram pela inegável persistência de processos que se perpetuam na divisão sexual do trabalho, na discriminação, na segregação e na violência contra a mulher no meio rural. A proposta do Plano Nacional é que a promoção de condições de socialização dos cuidados e ampliação das ações de enfrentamento às desigualdades entre homens e mulheres dê continuidade a ações articuladas e integradas do Estado em parceria com os movimentos sociais, para potencializar os instrumentos vigentes, incorporar novas ferramentas e efetivar procedimentos de monitoramento para inclusão, valorização, reconhecimento e promoção da autonomia das mulheres rurais. Estes, como já frisado, são aspectos considerados determinantes da promoção da igualdade entre mulheres e homens no ambiente rural (MDA, 2003). Dada à experiência que observei pontuar estas questões não tem significado superação de tensões e conflitos entre movimento e governo, mas do contrário tende a potencializá-los.

O movimento de mulheres argumenta que a criação e/ou ampliação destas políticas só é possível se for considerado a cultura e os saberes tradicionais destas mulheres, pois são estes que possibilitam a construção de diversas alternativas a partir das experiências concretas desenvolvidas por elas, tais como: visibilidades de quintais produtivos, vivências agroecológicas, a construção de redes de economia solidária e soberania alimentar, dentre outras. Portanto, na construção da autonomia das mulheres, vários elementos são fundamentais e vão desde a sua auto-organização até um modelo de aplicação de políticas que reconheçam as mulheres rurais como protagonistas na construção de um mundo igual (SOF/CF8, 2009).

Em certa medida foi possível compreender que estas questões ampliam a complexidade da concepção de mulher, por incorporar questões relacionadas à cultura, saberes tradicionais, às práticas cotidianas, através das quais lidam com temas e questões complexas como a geração de renda e à superação da violência.

Quando relato sobre a parceria entre os governos e o movimento social de mulheres, não estou tentando universalizar a existência, as necessidades, à organização social representativa das mulheres a uma única, mas refiro-me aos esforços realizados pela SOF e o CF8 (com as quais mantive contatos) com vistas ao seu reconhecimento. Como também

refiro-me ao desenvolvimento de ações, programas e projetos no ambiente rural que, não só estreitam as relações entre o poder público e a sociedade civil, mas também alimentam e mantêm vivo o debate sobre a existência e a necessidade de superação das desigualdades do gênero no interior da sociedade. Sobre essa parceria discorrerei mais a frente.

Nos estudos e pesquisas na temática do gênero e políticas públicas, nos quais fiz consultas, como os de Marta FARAH (2003), apontam que, superada a resistência inicial do movimento de mulheres com relação à colaboração com o Estado, as propostas no campo das políticas públicas emanadas de movimentos e entidades feministas passaram a integrar, como um de seus componentes fundamentais, a ideia da articulação de ações, projetos e programas com participação de organizações governamentais, tanto na formulação da política como na sua execução. O movimento passa a exigir, além da inclusão das mulheres como beneficiárias diretas das ações, a sua inserção entre os que participam da formulação, da implementação e do controle social das políticas públicas.

As conclusões da maioria destes estudos corroboram com as mudanças ocorridas no feminismo brasileiro, e também no mundial. São mudanças expressas não somente no movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mas mudou também em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo 1980 e 1990, quando se constata ações, programas e projetos pensados e executados pelos governos e o movimento. Para pesquisadoras como ALCANTARA COSTA (2005), estas mudanças ocorrem cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas, pois, para esta, no movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz.

Apresento a seguir alguns dos elementos característicos da mata dos cocais, onde vivem as extrativistas do babaçu, por acreditar na ideia de que, o ambiente onde vivem estas mulheres contribui para a compreensão da extensão da identidade de quebradeira de coco babaçu com a qual são reconhecidas. E, também, para posteriormente pontuar as parcerias que estabelecem com vistas ao reconhecimento e a representação nos espaços e esferas públicas de poder em que buscam garantir participação na elaboração das políticas públicas.

## 2.2. *Percursos de uma construção identitária e estratégias de visibilidade das quebradeiras de coco babaçu no Território dos Cocais-PI: a mata dos cocais e os subprodutos do babaçu.*

Segundo o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia<sup>27</sup> e o movimento das quebradeiras de coco babaçu, a mata dos Cocais está localizada na zona de transição dos biomas da Amazônia e da Caatinga nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará e norte do Tocantins. No entanto, a zona dos cocais aparece de forma predominante nos estados do Maranhão e Piauí. Ao todo no território brasileiro são mais de 18 milhões de hectares cobertos por florestas secundárias de palmeiras de babaçu. Estima-se que entre 300 a 400 mil mulheres extrativistas ocupem essas áreas, desenvolvendo atividades da cadeia produtiva do babaçu.

Nos Cocais a vegetação é caracterizada pelo predomínio da palmeira do babaçu, mas há também as palmeiras de carnaúba e buritis. Esta mata tem grande importância comercial, pois do babaçu as mulheres quebradeiras de coco extraem, entre outras substâncias: o óleo, o carvão e o mesocarpo<sup>28</sup>. Com frequência essa matéria prima é utilizada pela indústria de cosméticos, medicamentos e alimentos.

É da palmeira do babaçu que as quebradeiras de coco extraem subprodutos que garantem a sobrevivência da família. A palmeira é caracterizada pelo tronco cilíndrico e copa em formato de taça, a árvore alcança altura entre quinze e vinte metros, a cada florada produz em torno de quinhentos frutos por planta (figura 01). O desenvolvimento da palmeira depende das condições de luz, sendo que numa floresta fechada necessita de mais tempo do que em locais abertos para chegar à idade adulta. Suas folhas arqueadas medem até oito metros de comprimento e, suas flores se aglomeram formando cachos, que podem chegar a seis metros por palmeira. Os frutos são em formato oval alongado, de coloração marrom claro, que na palmeira ficam em cachos pêndulos. O fruto não é uniforme, varia de tamanho e de quantidade de amêndoas por cacho, podendo pesar entre noventa e trezentos gramas, apresentando entre duas até cinco amêndoas. As partes de fora para dentro apresentam a seguinte composição percentual em peso: 11% de epicarpo, 23% de mesocarpo, 59% de

---

<sup>27</sup>Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Coordenado pela Equipe da pesquisa Guerra Ecológica nos Babaçuais, composta por: Alfredo Wagner Berno de Almeida (PPGSCA-UFAM), Joaquim Shiraishi Neto (PPGDA-UEA) e Cynthia Carvalho Martins (PPGA-UFF). (2005).

<sup>28</sup> Mesocarpo, pó de babaçu ou farinha de babaçu é rica em amido, vitaminas e sais minerais. A massa de babaçu pode ser utilizada em bolos, tortas, vitaminas e sucos de fruta. É uma farinha que tem propriedades anti-inflamatórias e analgésicas, portanto é indicada para o tratamento de reumatismos, artrite, reumatoide, úlceras, tumores e inflamações em geral, especialmente no útero e ovário. (MIQCB, 2014).

endocarpo e 7% de amêndoa. Epicarpo é a primeira camada de fibras; mesocarpo (amido) tem 0,5 a 1,0 cm de espessura; o endocarpo tem camada muito resistente que mede entre dois e três centímetros de espessura; e, as amêndoas têm entre dois a seis centímetros de comprimento e um a dois centímetros de largura (MIQCB, 2015).

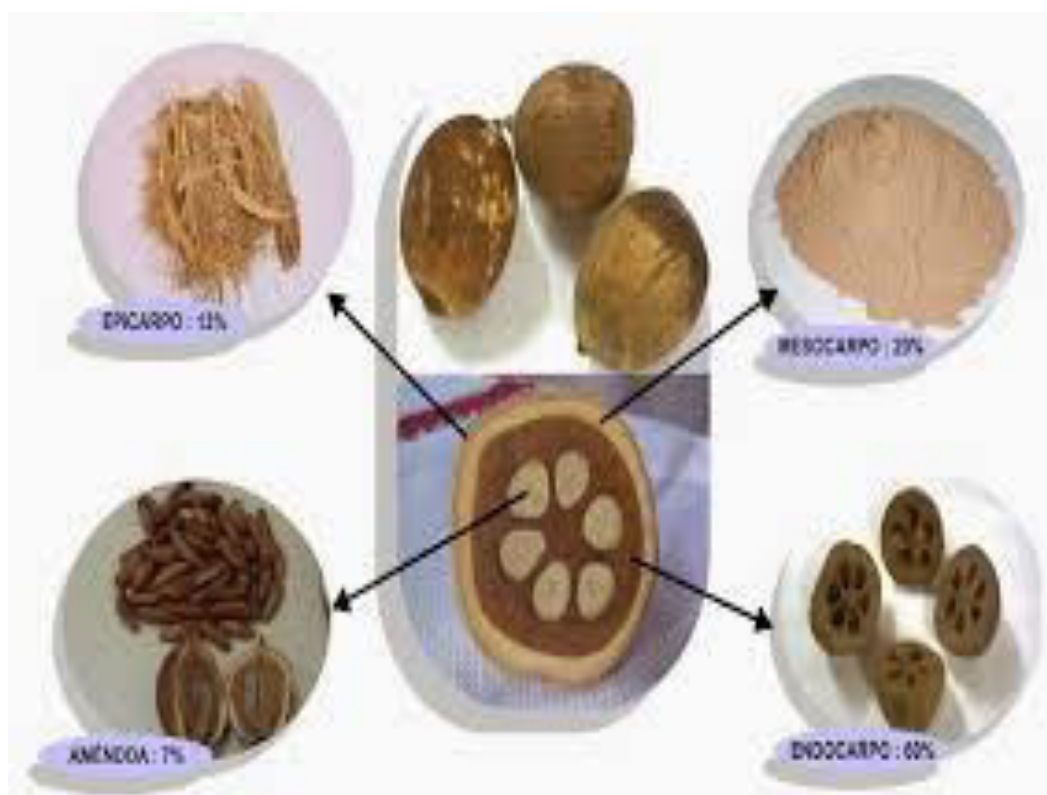
Figura 01: ilustração da palmeira do babaçu.



Figura 02: ilustração do cacho de coco babaçu. e divisões da amêndoa do babaçu.



Figura 03: ilustração das divisões da amêndoa do babaçu



(fonte: MIQCB, 2015).

A caracterização do ecossistema<sup>29</sup> onde a palmeira do babaçu se reproduz tem a intenção de, para além de familiarizar o/a leitor/a com os aspectos ambientais que compõem a identidade das mulheres quebradeiras de coco babaçu, foi importante para compreender como povos e comunidades tradicionais que habitam as florestas exploram a diversidade que a natureza dispõe, respeitando os princípios agroecológicos. Não é somente a preservação do ambiente natural que é demandada ao Estado, mas também, a preservação da relação tradicional que povos e comunidades mantêm com a natureza. De forma especial isto aparece como demanda do MIQCB, por contribuir com a sobrevivência das extrativistas e por acreditarem guardar forças espirituais divinas, as quais manifestam devoção. “[...] a floresta é viva, tem que respeitar [...]” (dona Francisca Lera, ao benzer-se fazendo certa referencia a mata, antes de entrar no babaçual para coletar e quebrar coco).

O Território dos Cocais, região com maior incidência de babaçual no Estado do Piauí está localizado a cerca de duzentos quilômetros da capital, Teresina, apresenta uma caracterização ambiental semelhante à descrição anterior. Abrange uma área de 17.780,40 Km<sup>2</sup>, e é composto por vinte e dois municípios, quais sejam: Barras, Batalha, Brasileira, Campo Largo do Piauí, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Lagoa de São Francisco, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Milton Brandão, Morro do Chapéu do Piauí, Pedro II, Piracuruca, Piripiri, Porto, São João da Fronteira, São João do Arraial, São José do Divino, Domingos Mourão e Nossa Senhora dos Remédios, conforme ilustra a figura 02. A maior concentração da palmeira de babaçu esta localizada nos municípios do Aglomerado 03<sup>30</sup>, onde está localizado o município de Esperantina, cidade sede do MIQCB Regional Piauí.

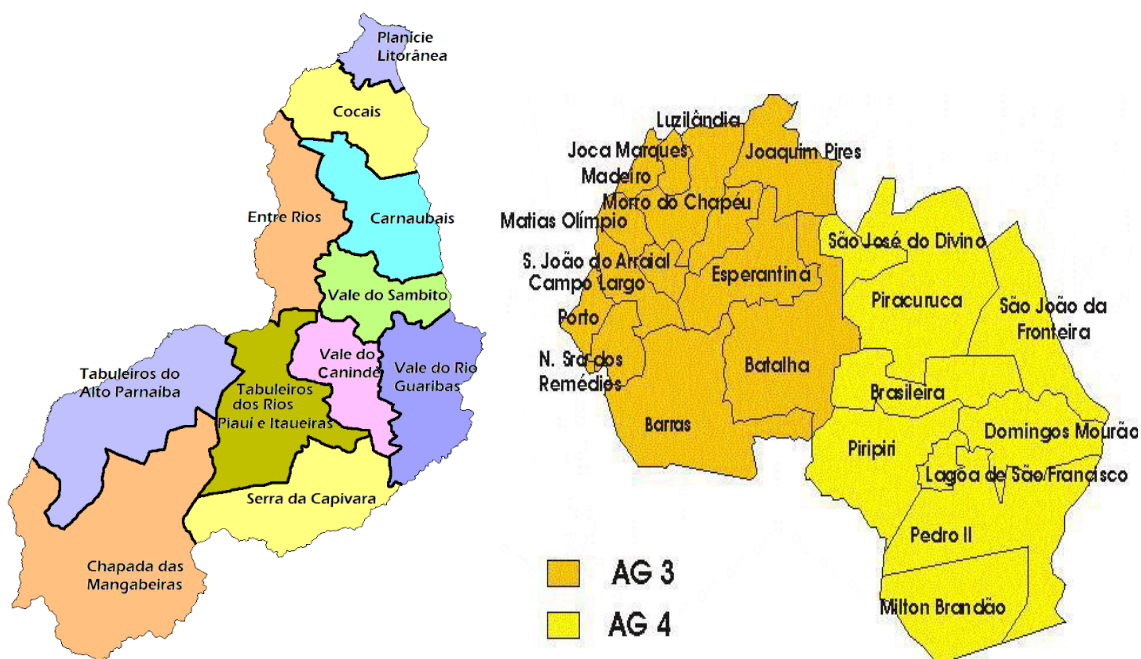
---

<sup>29</sup>O ecossistema é um sistema funcional, delimitado arbitrariamente, onde se dão relações complementares entre os organismos vivos e seu ambiente. É constituído de organismos vivos, que interagem no ambiente, de fatores bióticos, e de componentes físicos e químicos não-vivos do ambiente, como solo, luz, umidade, temperatura, etc., que constituem os fatores abióticos. As relações entre ambos formam a estrutura do sistema, e os processos dinâmicos de que participam constituem a função do sistema.

<sup>30</sup> Subdivisão do território que aglomera os municípios por proximidade geográfica, logística de estrutura de serviços do Estado (educação, saúde, assistência técnica do EMATER, etc.), acesso através de estradas e rodagens, e, a teia de relações estabelecidas entre as organizações sociais (basicamente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STTR e das pastorais da Igreja Católica). (SEPLAN, 2005).



Figura 02: mapa dos territórios rurais do estado do Piauí com destaque para o Território dos Cocais.



(Fonte: Fundação CEPRO, 2010).

A população total do território é de aproximadamente 374.139 habitantes, dos quais 173.593 vivem na área rural, o que corresponde a 46,40% do total da população. Possui 28.727 agricultores familiares, 5.977 famílias assentadas e 8 (oito) comunidades quilombolas. No Piauí estima-se que haja cerca de 50 mil mulheres extrativistas, e, aproximadamente 16 mil destas no Território dos Cocais, segundo estimativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra-PI, da Agência de Cooperação Alemã GTZ<sup>31</sup>, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB, da Fundação Banco do Brasil e do Centro de Educação Popular Esperantinense – CEPES, estas foram responsáveis pela pesquisa sobre o perfil socioeconômico e produtivo das quebradeiras de coco babaçu do Território dos Cocais do Piauí, realizada ao longo do ano de 2010.

No campo do extrativismo vegetal, o Território dos Cocais, configura-se como o maior produtor de cera de carnaúba beneficiada em pó entre todas as cidades da Bacia do rio Parnaíba (que inclui, também, os Estados do Maranhão e Ceará). No tocante à produção de

<sup>31</sup> A GTZ, Agência de Cooperação Alemã, no seu Programa Nordeste é parceira do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Meio Ambiente (MMA), da sociedade civil organizada em torno da Articulação do Semiárido (ASA), do movimento sindical e de outros atores, no intuito de combater a degradação de terras secas e implementar os objetivos da CCD – Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, da qual o Brasil é signatário desde 1997.

amêndoas de babaçu os Cocais é o segundo maior produtor da bacia, superado apenas pelo Território de Entre Rios - PI.

No tocante as questões da educação e preservação ambientais não foram possíveis registrar, dentro do território, ações educativas articuladas, contínuas, de curto, médio e longo prazo que demonstrem preocupação dos poderes públicos com a preservação ambiental ou que reforcem as concepções agroecológicas defendidas pelos povos e comunidades tradicionais que habitam essas florestas e dele extraem suas garantias de sobrevivência. Em geral são ações pontuais, de pouco impactos. Isto sugere que, para a maioria dos gestores públicos municipais do território, os babaçuais ainda são tratados como fontes inesgotáveis da natureza, portanto estão fora das previsões orçamentárias dos escassos investimentos público dos municípios. Contudo, destaco a iniciativa da prefeitura de São João do Arraial que, em parceria com as quebradeiras de coco deste mesmo município desenvolve ações educativas de preservação e uso sustentável dos babaçuais, que se somam a estruturação de pequenos núcleos de beneficiamento dos subprodutos do babaçu, bem como sua divulgação e a comercialização, principalmente dentro do próprio município. São iniciativas que não aparecem em dados estatísticos de pesquisa sobre Produção, Extração Vegetal e Silvicultura, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2002/2003, cujos dados divulgados apontam apenas o aumento da produção de fibras de carnaúba em 43,46%, pó cerífero de carnaúba em 9,80% e cera da carnaúba em 9,55%. A amêndoa do babaçu, por sua vez, considerando o biênio 2002-2003, respondeu por 17% da produção extrativista do Brasil, sendo o Território dos Cocais - PI, como já registrado, o segundo maior produtor. A ausência de registros de experiências dessa natureza em dados oficiais deixa entender que não há, por parte dos governos, interesse em potencializar ações que, além de garantir renda a povos e populações tradicionais através da produção e da comercialização dos subprodutos do babaçu, demonstram preocupação com a preservação ambiental. Reflexo disso são as dificuldades impostas as extrativistas no acesso ao crédito para produção, via os programas do Governo Federal.

De acordo com outros estudos, promovidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2010) é possível elevar o nível tecnológico de aproveitamento tanto da carnaúba como do babaçu. Este último atualmente está voltado para a produção de óleo a partir das amêndoas. O que atende a demanda da grande indústria, principalmente a de

cosméticos e alimentos. Os demais subprodutos do babaçu<sup>32</sup>, em torno de setenta, são utilizados na produção de carvão vegetal, carvão ativado, gás combustível e álcool, artesanato, entre outros, porém em menor quantidade (INEAGRO/FUFPI, 2014).

Destaco aqui a importância social que os subprodutos alimentícios do babaçu (figura 3) têm no combate à subnutrição. Estudos e experimentações desenvolvidas pelo próprio MIQCB, em parceria com a INEAGRO/UFPI, com incentivos de instituições não governamentais como, a igreja católica através da pastoral da criança, incentivam que as mães utilizem o mesocarpo como complemento na alimentação das crianças. Além de contribuir com o combate a desnutrição, isso faz com que as mulheres extrativistas tenham seus produtos aceitos e valorizados junto a públicos diferenciados.

Nossa ideia agora é fazer com que as pessoas experimentem o sabor do mesocarpo, depois ficar sabendo que é nutritivo, aí eu acho que vai ficar mais fácil convencer o governo a comprar nossos produtos para a merenda escolar, né possível! [...] a gente fica tão feliz quando as pessoas provam e acham bom, comem com gosto (Helena, MIQCB-PI, durante evento de degustação dos subprodutos alimentícios do babaçu para as nutricionistas da Regional de Educação de Esperantina, ocorrido em 2012, na cidade de Piracuruca).

No Território dos Cocais, desde 2000 as extrativistas do babaçu desenvolvem atividades de degustação do babalaite<sup>33</sup>, biscoitos e bolos, a base de mesocarpo e outras comidas típicas temperadas com azeite da amêndoa do babaçu como galinha caipira, capote, paçoca, entre outros, como ilustra a figura abaixo.

---

<sup>32</sup>Subprodutos da palmeira do babaçu: artefatos artesanais, estruturas para construção de casa, adubo para a terra, entre outras finalidades.

<sup>33</sup> Mingau feito com leite e mesocarpo do babaçu, rico em amido, com a adição opcional de coco ralado e canela.

Figura 03: subprodutos do babaçu para degustação.



(fonte: MIQCB, 2015).

Em geral, as degustações ocorrem em eventos públicos em que as quebradeiras de coco babaçu são convidadas para apresentar seus produtos, como também em feiras livres e escolas. Neste último caso, o público alvo são as “merendeiras” e o objetivo é inserir os subprodutos alimentícios do babaçu na merenda escolar das escolas públicas do território. Essa iniciativa só se tornou possível, porque as quebradeiras de coco babaçu em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB viabilizaram a compra e venda dos subprodutos do babaçu através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA<sup>34</sup>. Este programa faz parte das iniciativas da PNDRSS de combate à pobreza e a fome no ambiente rural. O seu funcionamento permite estabelecer vínculo direto entre o apoio e a comercialização dos produtos da agricultura familiar e o atendimento a populações em situação de risco alimentar. O programa é hoje operacionalizado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, provenientes do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, repassados à CONAB através de convênio. As normas que regulamentam o PAA estabelecem o valor máximo de acesso ao programa de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) ao ano por agricultor/a. As aquisições podem ser feitas por meio de seis diferentes mecanismos dentre estes o Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, acessado pelas quebradeiras de coco babaçu.

<sup>34</sup> Este foi instituído pelo Art. 19 da Lei 10.696 de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto 4.772 de 2 de julho de 2003.

Os relatos que ouvi das mulheres denunciam que a burocracia exigida para acessar o programa, tais como a emissão de nota fiscal e a obrigatoriedade de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, configuram critérios de exclusão que terminam por inviabilizar o acesso. A desconfiança, o descrédito e, a demora na liberação dos recursos foram relatos que ouvi e que comprovam quanto as mulheres desconfiam do programa. Porém, como reivindicação dos movimentos sociais do ambiente rural para democratizar o acesso ao programa, este foi pauta das mesas de negociação entre o MIQCB e a CONAB-PI, o que originou a formação de grupos representativos das extrativistas para a capacitação técnica como uma forma de viabilizar entendimento sobre os procedimentos burocráticos do programa, culminando com a venda dos subprodutos do babaçu para a merenda escolar de municípios do território como Esperantina e São João do Arraial.

Com esta caracterização busquei demonstrar como esses elementos, também, vão influenciar na composição da identidade das quebradeiras de coco babaçu. Para HALL (2011), a identidade cultural é um conjunto vivo das relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade. Por ser um conceito de trânsito intenso e complexo, devemos entender a constituição de identidade em manifestações que podem envolver amplo número de situações que vão, desde a fala, até a participação em certos eventos. Portanto, não pude compreender a manifestação identitária das extrativistas do babaçu sem considerar a importância que o ambiente natural em que vivem e, as atividades que desenvolvem têm para elas, pois, em minha percepção, isto interfere na maneira como atuam politicamente em espaços públicos de poder.

A identidade cultural não se encontra isolada de outros domínios da realidade e, neste momento específico, estou chamando a atenção para a composição do ambiente em que vivem as mulheres, mais adiante, discorrerei sobre suas formas de organização e as relações que estabelecem com objetivo de ter visibilidade e inclusão social.

### ***2.3. Os agentes sociais e a dinâmica que impulsiona o surgimento de lideranças e de movimentos de mulheres no território.***

Segundo BOURDIEU (1990/1995), os agentes sociais exercem suas atividades na sociedade dotados de certa razão, ou seja, eles não agem como loucos, sem consciência de nada. O que não significa que eles tenham explicação racional em agir como agem e que suas ações sejam dirigidas sempre por essas razões. O autor afirma ainda que a sociologia postula

que a razão para os agentes fazerem o que fazem deve ser descoberta para que se possa transformar determinada série de condutas aparentemente incoerentes, arbitrárias, em outra série coerente. Assim, ele concede certa autonomia ao indivíduo, porém sem liberá-lo totalmente. Entre os agentes e o mundo social há uma relação de cumplicidade, por isso, cabe aos sociólogos desvendar até que ponto os agentes respondem conscientemente pelo que fazem, pois, nem sempre uma conduta humana tem por finalidade o resultado dela mesma, ou seja, os agentes sociais visam certos fins em suas ações sem colocá-los como tais (BOURDIEU, 1990/1995). As quebradeiras de coco babaçu, como agentes sociais, demonstram que diante de situações adversas partilhadas por um grupo significativo de mulheres, como a privação do acesso aos babaçuais e conseqüentemente imposição de limites à sua sobrevivência, configuram as razões pelas quais se organizaram no MIQCB. O que se observou foi que mesmo em contextos em que foram diluídos parte dos conflitos pela posse da terra, que impulsionaram o surgimento do movimento, ainda assim, este permanece mobilizando e organizando as extrativistas, e, ampliando as razões pelas quais não deixam de existir.

Além da atuação do MIQCB, o território também pode ser caracterizado por diversas outras organizações. Segundo GOHN (2010), são as organizações que formam a fonte geradora dos movimentos, que, em geral, atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seu cotidiano, razão pela qual se mantém atuantes. Em geral, a atuação das bases sociais do território mobiliza agricultores familiares, comunidades negras quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, dentre outros, em torno da luta pela terra, pela água, pelo crédito para produzir. Essa caracterização se aproxima daquilo que GOHN (2010) considera como sendo próprio dos movimentos sociais. Estes desenvolvem ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes e camadas sociais articulados sob temas que são ligados aos conflitos e disputas de interesses divergentes existentes dentro da sociedade. Há entre os movimentos uma identidade coletiva e ideológica, política e cultural, influenciando a cultura política de determinado lugar sob princípios de solidariedade, inclusive de entidades e organizações da sociedade civil e política.

De acordo com o observado a mobilização e a luta dos movimentos sociais do território não podem ser compreendidas de forma isolada, mas em aproximações que estabeleceram com outros movimentos a nível estadual, nacional e internacional, o que rompe os limites que as barreiras geográficas impostas pela demarcação do território no Estado poderiam impor. Esta aproximação ocorre muitas vezes pela confluência de interesses comuns

como o acesso a terra, a água, com o pensamento agroecológico, com a busca de inovações tecnológicas e financiamento de empreendimentos produtivos para a agricultura familiar. Notei que são movimentos articulados aos processos de grandes mobilizações, discussões e planejamento de políticas públicas que estão para além do território, e, que estabelecem vínculos de compromisso não somente entre si mas, também, com agências estatais. O que pode ser ilustrado com a construção do PNDRSS e do Planejamento Participativo, pois materializam a teia das relações entre movimentos sociais e Estado. Esta aproximação é componente importante para o avanço do processo de discussão e implementação dos projetos do território, especialmente aqueles voltadas para o reconhecimento e o fortalecimento da autonomia das mulheres.

Para ampliar a compreensão sobre essa relação, de acordo com o filósofo e político italiano Antonio Gramsci (1999-2001), o Estado não deveria ser visto apenas como Governo. GRAMSCI (1999-2001) faz a divisão do Estado em sociedade política e sociedade civil. Segundo ele, a sociedade política é referente às instituições políticas e ao controle legal e constitucional que exercem. Já a sociedade civil é vista como organismo não estatal ou privado, que pode incluir a economia. A sociedade política é caracterizada pela legitimidade do uso da força e a sociedade civil com o uso do consentimento. Em termos de organizações sociais, dentro da representação clássica: poder público e sociedade civil; o Território dos Cocais apresenta, dentre outras instituições públicas de prestação de serviços à comunidade, a nível municipal, estadual e federal, ONGs, universidades, instituições financeiras, associações diversas, sindicatos, cooperativas, igrejas, dentre outros.

No processo investigativo para saber quem eram as principais agências de governo e os principais movimentos sociais do território importou, de forma especial, identificar aqueles cuja atuação interferia diretamente nos processos de formação e organização das mulheres. Portanto, meu propósito não foi fazer extenso resgate da história de luta e organização dos movimentos sociais do território, mas apenas registrar sua existência e importância na medida em que fossem necessários para a compreensão da manifestação identitária das mulheres, sua formação e sua auto-organização. Com base no depoimento de dona Francisca Macedo, Maria Inês e, Helena, por exemplo, foi possível destacar a importância do Centro de Educação Popular Esperantinense – CEPES pela relevância dos trabalhos realizados com as mulheres do território.

A história de luta das mulheres do território começou pela terra, com apoio da igreja, através da CPT, sindicato e do CEPES (Maria Inês, ex-presidente do STTR de

Esperantina, ex-presidente do Conselho Territorial).

No Piauí quem começou o movimento (MIQCB) foi a dona Luzia Cassimira (quilombola), Chica Lera, Mariazinha do sindicato, Maria dos Anjos de Luzilândia e Carmelita do Canto da Palmeira. A luta era pela terra, moradia, com ajuda da CPT, da Cáritas e do CEPES, o Movimento Sem Terra de vez em quando. (Francisca Machado, MIQCB-PI).

Aqui, as mulheres do MIQCB sempre receberam o apoio foi do CEPES, em todas as atividades nós fomos parceiros (Helena, MIQCB-PI).

O CEPES, então, é a organização não governamental, que desde 1995 vem adquirindo notória visibilidade pública no Território e no estado do Piauí pelos trabalhos de apoio e assessoria às organizações populares e sindicais, bem como, aos processos de democratização dos espaços institucionais de poder, através dos incentivos à formação e à capacitação de conselheiros/as. Dentre as ações e projetos desta ONG destaque-se, a promoção e o favorecimento de propostas para despertar e sensibilizar os movimentos sociais e a sociedade em geral para a problemática da negação histórica das diferenciações e das desigualdades nas relações do gênero e da raça nas políticas públicas. Em parceria com a GTZ e o MDA o CEPES tem desenvolvido ações de formação e capacitação para mulheres, com o objetivo de incentivar o surgimento de lideranças femininas. O CEPES e as pastorais da igreja, segundo depoimento das próprias mulheres, foram os parceiros mais efetivos ao longo do processo de auto-organização e formação política das mulheres, em especial das extrativistas. Destaco as lideranças femininas do território como Maria Inês, Claudina e Daluz, pois estas passaram por processos de formação promovidos pelo CEPES, tornando-se referências de mulheres lideranças engajadas na luta nos municípios do território.

Neste momento julgo ser suficiente para os propósitos iniciais deste estudo fazer o registro sobre o CEPES por ter sido a entidade âncora no território que possibilitou o surgimento de outros movimentos identitários de mulheres que detalharei mais no decorrer deste. O importante aqui é compreender que as articulações dos movimentos sociais do território ocorrem em redes sociais, que segundo BOURDIEU (1998), nada mais são do que aquilo que a literatura discorre sobre desenvolvimento e que vem chamando de capital social, que pode ser entendido como o conjunto das relações sociais de que os agentes dispõem e que pode ser mobilizado em determinada direção visando determinados fins.



### 2.3.1. *Reconhecimento como desafio e auto-organização como conquista: lutas constantes para as extrativistas do babaçu?*

PAULA ANDRADE (2007), em seu artigo sobre Conflitos Agrários e Memória de Mulheres Camponesas, faz um alerta com relação aos riscos que corremos por sermos pesquisadoras mulheres, pertencentes à cultura próxima a das mulheres extrativistas, por incorrerem nos riscos de sermos tocadas pelos depoimentos das entrevistadas, pela dor e sofrimento que expressam. Com isso, o estudo pode resvalar apenas ao ponto de vista militante ingênuo. Isto porque, neste trabalho, a autora referida reporta-se ao “*tempo do coco preso*” que, na história de luta das quebradeiras de coco babaçu, é o período de dor, de sofrimento, de fome, de perda de identidade. Período em que não há mais terras para cultivar e, a expropriação já se completara. As terras já se haviam transformado em pastagens através dos incentivos oficiais dos governos e o extrativismo do babaçu se apresentava como única alternativa de sobrevivência das famílias camponesas. Dentre as atividades econômicas dantes praticadas – cultivo do solo, extrativismo, caça, artesanato, pesca – as famílias viam-se, subitamente restritas à coleta, quebra do coco e venda das amêndoas aos fazendeiros. De atividade preponderantemente feminina, passara a constituir-se como a única forma de garantir a alimentação do grupo familiar, portanto era praticada por homens, mulheres, crianças, jovens e idosos. Completando o cerco à economia camponesa, os fazendeiros haviam passado a cercar os cocais, a prender o coco como diziam as informantes. Tratava-se, portanto, de lutar para libertá-lo, de modo a se libertarem a si mesmas e as suas famílias. Neste período foram principalmente elas que, no *tempo do coco preso*, no exercício da atividade de extração, romperam as cercas de arame farpado acompanhadas de suas crianças, apesar das proibições dos fazendeiros, das ameaças dos vaqueiros, das agressões físicas e das humilhações. Ou o faziam ou a família não se alimentava.

Para escapar aos perigos de análise ingênua diante dessa realidade PAULA ANDRADE (2007) sugere que há evidentemente o protagonismo das mulheres nesse chamado *tempo do coco preso*, o que venho a concordar de maneira plena. Quando narram que foram elas que passavam por baixo das cercas de arame farpado, enfrentando a humilhação no confronto com os vaqueiros – que lhes tomavam os cestos com os cocos coletados, quebravam seus instrumentos de trabalho, lhes batiam com chicote –, é como se os homens não existissem, como se elas e seus filhos existissem sozinhos no mundo. Porém, a autora ressalta ser necessária a compreensão de que a família camponesa (pai, mãe e filhos) é,

ao mesmo tempo, unidade de produção e unidade de consumo. Isso significa que todos os seus membros produzem em conjunto, obedecendo à divisão sexual e etária do trabalho e, acima de tudo observa-se que todos consomem o que foi produzido. Daí a dificuldade dos economistas em calcular, com base nas categorias da economia capitalista, a renda da família camponesa, uma vez que o produzido serve, ao mesmo tempo, para o autoconsumo e para comercializar e, assim, com a renda adquirida consumir o que não produzem. O fruto do trabalho realizado por todos da família camponesa é também compartilhado por todos, conforme suas necessidades.

A partir dessa ideia, não há como negar a existência e a importância da família camponesa, porém para desvelar os caminhos percorridos para articulação da identidade política de quebradeira de coco babaçu foi necessário focar no papel das mulheres e nas atividades extrativistas. Com isso busquei escapar dos depoimentos emotivos, cujo enfoque não recaiam especificamente sobre a organização do movimento, suas lutas e as diferenças e desigualdades do gênero, embora reconheça ter sido impactada com os depoimentos relacionados a violência física que sofreram durante este período, visto que ouvi os relatos desta experiência que se repetiram nas comunidades rurais do território estudado, e, que impactaram nas formas de organização das mulheres.

Das falas das mulheres, muitas foram proferidas nos eventos que observei, nas entrevistas que fiz, mas também no levantamento das entrevistas concedidas por elas aos meios de comunicação de massa, ou mesmo, em rodas de conversas informais, momentos de descontração para elas e de percepção e compreensão de informações importantes para meu estudo. Através destas informações pude complementar, atualizar e validar informações levantadas em documentos do próprio movimento e em produções acadêmicas que tratam dessa temática, como o já citado trabalho da professora PAULA ANDRADE de 2007.

“Aqui, tudo começou foi com a luta pela terra. Éramos nós mulheres que tomávamos a frente”. Esta fala de dona Toinha, militante do movimento social do Maranhão desde a década de oitenta é uma demonstração de como se configura a luta das quebradeiras de coco pela terra e conseqüentemente pelo acesso ao babaçual. Foram momentos na história de suas vidas em que, para proteger a família e garantir a terra, elas foram desafiadas a ocupar a “linha de frente” dos conflitos na disputa pela terra.

O que chama atenção é o fato das mulheres, mesmo tendo sido presença fundamental na “linha de frente” nos conflitos pela terra, não “abandonarem” a condição de “mulher cuidadeira”, mas do contrário, passaram a acumular papéis que lhes conduziram, ao longo

deste período, a postos de liderança, de coordenação de espaços e esferas públicos de poder institucionalizado, o que revela suas habilidades e capacidades de articulação política.

As mulheres assumiram o papel de testa de ferro nos conflitos. No momento de defender a terra éramos nós que estávamos a frente. Os homens se resguardavam (sofriam ameaças de morte). A gente tava a frente das estratégias, assumimos o papel de lideranças. A maioria das mulheres lideranças foram formadas aqui, em São José dos Mouras, as mulheres é quem exercem esse papel de líder. As mulheres que conseguiram levantar essa bandeira de luta pela terra [...].

Quando meu marido colocava que eu não precisava participar das coisas, inclusive do sindicato, porque meu nome já estava na carteira dele eu argumentava que meu nome estava lá, mas eu não podia falar, eu não podia votar, e, eu queria fazer parte de tudo. Então dizia que ele não precisava se preocupar com nossa casa, com nossos filhos, que isso não ia interferir na nossa relação. Não se preocupe que eu dou o meu jeito (Toinha, MIQCB-MA/ASSEMA, 2014).

Para romper o anonimato do espaço privado da casa e buscar o reconhecimento de seu protagonismo político as mulheres sujeitaram-se a acumular funções como a de mulher cuidadeira e militante. Em situações distintas, como nos conflitos em torno da luta pela terra, para participar dos espaços e esferas públicas de poder, como sindicatos, associações e conselhos, tiveram que “afrontar” os próprios maridos, como relata dona Toinha.

A Dada me contava que as vezes teve que dizer pro marido dela que ela tinha que participar porque além de ter a confiança das companheira que ela representava no movimento ela estava liberada para fazer a política das mulheres. Então, ele tinha que decidir o que queria. Se ela ficava em casa e ele sozinho, garantiria o sustento da família, ou, se ela podia continuar fazendo as duas coisas. (Toinha, MIQCB-MA, 2014).

Esta experiência também demonstra os diferentes contornos que os conflitos fundiários recorrentes no Brasil adquiriram ao longo da história, e envolveram, dentre outras questões relacionadas à concentração da terra, a negação da mobilização de diferentes grupos identitários dentro do mesmo processo, tais como os povos e populações tradicionais e, dentre estes, grupos de mulheres como as quebradeiras de coco babaçu.

É surpreendente encontrar na história recente análises que apontem a importância da participação da mulher, tanto na luta pela conquista da terra, como na organização dos movimentos sociais, pois, como já argumentado anteriormente, na definição dos papéis e na ocupação dos espaços normatizados, para homens e mulheres ao longo da história, não cabe a mulher a militância política em espaços públicos de poder, mas sim papéis normativos como os apresentado por CAIXETA & BARBATO (2004), relatados anteriormente.

Na luta pela conquista da terra a experiência vivida pelas extrativistas do babaçu, também, permite fazer aproximações com a experiência das mulheres vinculadas ao

Movimento dos Sem Terra – MST. Ao analisar esta situação MELO (2001) aponta que as mulheres tornaram-se um agente histórico fundamental, quer seja pelo enfrentamento da situação dada pela ocupação, quer seja pelas relações que reconstroem com sua presença ativa na luta. A presença feminina como sujeito histórico é fundamental na luta pela terra e torna seu acesso possível. No caso das mulheres do MST, os próprios assentados atestam esta importância. Já no caso das extrativistas do babaçu o atestado vem sendo construído pelo próprio testemunho dado por elas. As entrevistadas durante minha pesquisa, em sua maioria, são das décadas de cinquenta, sessenta e setenta, ou seja, não são apenas histórias contadas, mas que foram vividas por elas mesmas.

Pelas aproximações de situações vivenciadas pelas mulheres do ambiente rural concordo com MELO, (2001) quando argumenta que as mulheres entram na vida pública sem abandonar o espaço privado, mesmo estando na “linha de frente”, pois elas ainda continuam sendo as responsáveis pela vida no lar, e, isto pode levar à manutenção e reprodução das relações familiares de desigualdades já estabelecidas, especialmente entre homens e mulheres, que são anteriores à luta, ao engajamento nos movimentos sociais. O protagonismo das mulheres no ambiente criado no período da luta e conflito pela terra certamente trouxe resignificações para esta relação. A questão desafiadora é saber que efeitos isso tem produzido nas relações do gênero, especialmente nos espaços públicos de poder.

As experiências observadas no Piauí não se distanciam de outras experiências do Nordeste e do Brasil. Segundo FARIAS (2001), ao analisar a luta das trabalhadoras rurais do Piauí pela terra, reforça que a mulher da zona rural, embora na maioria das vezes no anonimato atuou ao longo da história com garra e determinação. Para FARIAS (2001), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras é o lugar em que estas mulheres fazem-se sujeitos políticos, nele e através dele constroem sua identidade de mulher-trabalhadora-rural. Para essa autora, a identidade é constituída por meio das ações desenvolvidas pelas mulheres, a exemplo do combate a desigualdade do gênero, pautada por elas no âmbito da articulação em torno das lutas sociais. Registros históricos dão conta de que algumas mulheres pagaram o preço do protagonismo em lutas sociais com a própria vida, como é o caso de Margarida Maria Alves<sup>35</sup>, Antonia Maria da Conceição, assassinada no dia 01 de dezembro de 1984 na

---

<sup>35</sup> Margarida Maria Alves (1933-1983), grande mulher que deu nome ao Coletivo Margarida Alves. Mulher, mãe, trabalhadora, sindicalista e defensora dos direitos dos pobres e oprimidos, Margarida nasceu em Alagoa Grande/PB, e foi a primeira mulher a exercer um cargo de direção sindical no país. Margarida morreu no dia 12 de agosto de 1983, atingida no rosto por um tiro proveniente de uma escopeta calibre 12. No momento do disparo, ela estava em frente a sua casa, na companhia do marido e de seu filho. Ao que tudo indica Margarida foi morta por um matador de aluguel e o crime foi cometido por viés político. O legado de Margarida Alves

Gleba Gameleira, município de Piripiri (Território dos Cocais), por resistir ao despejo da área em que residia e trabalhava há mais de 50 anos, dentre tantas outras.

O estudo de FARIAS (2001) sobre o processo organizacional e a participação das trabalhadoras rurais do Piauí na luta pela conquista da terra (período que vai 1980 a 2003), embora não trate diretamente das especificidades das extrativistas do babaçu (a maioria das entrevistadas são filiadas aos STTR de sua cidade), demonstra a relevância da luta das mulheres no estado no âmbito da cidadania, da transformação social e da construção de novas relações políticas e culturais. Ao mesmo tempo em que visibiliza a mulher no processo de reconhecimento de novos sujeitos, pois evidencia sua participação política e seus espaços de organização.

Isso ocorre em consonância com o que aconteceu desde a década de 1960 em outras regiões do Brasil, com maior intensidade no Norte e Nordeste, onde há maior concentração fundiária. No relatório da Comissão Pastoral da Terra - CPT, para citar um exemplo, os dados sobre conflitos no campo coletados em 2010, dos 638 conflitos nestes últimos anos, mais da metade refere-se a posseiros (antigos donos de pequenas áreas sem títulos da propriedade) e a povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, extrativistas etc.) - totalizando 57% das situações de violências ligadas a terra neste período. A maioria tem sua causa ligada a grandes projetos, como a construção de barragens, ferrovias, rodovias, parques eólicos e mineração. A região Nordeste teve o maior número de conflitos, com 43,7%. A chamada Amazônia Legal, onde estão localizadas as extrativistas do babaçu concentram 65% dos conflitos de terra, sendo que Maranhão, Pará e Tocantins concentram 46,2% desse total.

É dentro de contextos sociais como esses que desde a década de 1960 eclodem várias organizações em defesa da terra e da reforma agrária, tais como o Movimento dos Sem Terra, as Ligas Camponesas, a própria CPT e, mesmo dadas as dificuldades de registro e reconhecimento, reforço o protagonismo do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu (década de 1980), por acreditar, como mostra o depoimento de dona Toinha, que o fato das mulheres enfrentarem dificuldades quanto ao reconhecimento público da sociedade e de seu protagonismo nas lutas sociais, não significar que elas tenham limitado sua atuação nesse campo. Ao contrário, note-se uma diversificação nas formas de identificação do “ser mulher”

---

crece cada dia mais, pois é motivo de inspiração para milhares de mulheres mundo a fora; mulheres que, assim como Margarida, ousam lutar contra todas as formas de opressões e injustiças – que perpassam as esferas trabalhistas e provenientes da violência de gênero, seja física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral. (<http://www.coletivomargaridaalves.org/>).

sem terra, trabalhadora rural, assentada, quilombola, extrativista, o que vai lhes conferindo, ao longo do tempo, visibilidade e participação em espaços de poder.

A gente construiu a ideia de mulher corajosa, uma mulher liderança foi na luta, sendo as da “linha de frente” na hora do conflito. Ainda hoje somos conhecidas por isso, por formar mulheres liderança [...].(Toinha, MIQCB-MA/ASSEMA, 2014).

A necessidade das mulheres não era correspondida pelo sindicato, pela igreja, pela CPT, surgindo a necessidade de se organizar como mulher (MMTR), pra defender a terra, a saúde da mulher, a valorização do babaçu. Depois a gente ouviu falar que existia esse movimento das quebradeiras de coco no Maranhão, mas foi assim, na luta, em diversas frentes (Francisca Machado, MIQCB-PI, 2015).

Resgato a fala de dona Toinha por reforçar a de dona Francisca Machado sobre as organizações, que historicamente compõem os movimentos sociais de luta pela terra, por não comportarem as especificidades demandada pelas mulheres, o que as impulsionaram a organizarem-se em espaços de luta específicas como igualdade nas relações do gênero, combate a violência, acesso ao crédito, dentre outras. No tocante as especificidades das extrativistas do babaçu a luta era pela terra e pelo “livre acesso aos babaçuais” como garantia de sobrevivência.

Conflitos e contradições dessa natureza ou estão ausentes do debate público ou são pouco valorizados, porém configuram como principais justificativas para as constantes investidas das quebradeiras de coco babaçu em torno da defesa e do reconhecimento de sua identidade e das garantias de direitos. Embora as conquistas no campo da legislação vigente amparem legalmente a liberação da exploração das matas de babaçual para os povos e as populações tradicionais o que se observa, ainda hoje na zona dos cocais, é que vem sendo devastada para o aumento das áreas de pastagens. Isso faz com que os conflitos entre aqueles que se auto intitulam os proprietários de terra e as extrativistas, que lutam pelo uso e preservação dos babaçuais, sejam recorrentes, caracterizando ato delituoso não só contra estas, mas há vários outros povos tradicionais que habitam as florestas, fomentando assim a militância e a organização política das mulheres.

São situações que não condizem com os avanços e as conquistas dos movimentos sociais, especialmente os ambientalistas, e que são explicitados na legislação atual no âmbito internacional, nacional, estadual e municipal. A convenção 169/1989 da Organização Mundial do Trabalho – OMT nos artigos 14 e 15 garantem, não só os direitos de propriedade da terra tradicionalmente ocupada pelos povos interessados, mas também salvaguarda o direito de usar terras não exclusivamente ocupadas por eles, desde que sejam para o desenvolvimento de

atividades tradicionais e de subsistência. O decreto brasileiro de número 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. O qual não só orienta, mas também normatiza o uso comum e sustentável das riquezas da terra pelos povos tradicionais. No Estado do Piauí a Lei Estadual nº. 3.888, de 26 de setembro de 1983, em seu artigo primeiro, proíbe a derrubada em áreas rurais de todo o território estadual das palmeiras de babaçu, o que sugere a preservação ambiental para as gerações futuras. Também há a Lei 6.669/2015, que institui o dia estadual das quebradeiras de coco babaçu no Piauí. De acordo com essa lei, a data é celebrada anualmente no dia 24 de setembro em todo território do estado. No âmbito municipal acontecem várias experiências de parcerias estabelecidas entre as extrativistas e as prefeituras, buscando reconhecimento de sua identidade através de ações que vão desde o estabelecimento do dia 24 de setembro como dia da quebradeira de coco (feriado municipal em Esperantina-PI, município sede do MIQCB-PI), até a inserção dos subprodutos alimentícios do babaçu na merenda escolar das escolas municipais (como exemplo posso colocar a experiência do município de São João do Arraial e Esperantina, no Território dos Cocais-PI) como já foi relatado. Segundo o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia<sup>36</sup>, apenas dezessete municípios da região amazônica já institucionalizaram a Lei do Babaçu Livre.

Contudo, não é difícil identificar situações em que povos e populações tradicionais vivenciam situações de tensão e conflito pela posse da terra e as riquezas que ela produz. De forma especial constatei que a luta das quebradeiras de coco (iniciada em 1997), que tem se notabilizado no cenário nacional como a “luta pelo babaçu livre”, contra uma vida de segregação étnico, racial e de gênero persiste, porque também, são recorrentes as ameaças de cercamento da terra, de extinção da palmeira, de violência e ameaça a vida dessas populações.

Durante o ano de 2015, motivadas e articuladas em torno da semana do meio ambiente e pela “Marcha das Margaridas<sup>37</sup>”, as quebradeiras de coco babaçu foram a Brasília para re apresentar ao Governo Federal suas reivindicações, chamando a atenção para a necessidade de criação de sistema de monitoramento dotado de agências reguladoras com a

---

<sup>36</sup> <http://novacartografiasocial.com>.

<sup>37</sup> A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). É um momento de animação, capacitação e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais em todos os estados brasileiros, além de proporcionar uma reflexão sobre as condições de vida das mulheres do campo e da floresta. A marcha das margaridas é a maior mobilização de mulheres da América Latina e acontece desde 2000. ([www.contag.org.br](http://www.contag.org.br)).

capacidade de acompanhar, investigar e punir o descumprimento da legislação em vigor, como lembra dona Maria do Socorro:

“Nós reivindicamos nossos direitos, políticas públicas, terra, água e a nossa Lei do Babaçu Livre, que está engavetada há mais de cinco anos, a Lei do Babaçu Livre já existe no estado do Tocantins, inclusive estadual e municipal, vigente em cinco municípios. Porém, em outros estados como Maranhão, Pará e Piauí, por exemplo, ela ainda precisa ser regulamentada” (Maria do Socorro, MIQCB-TO, 2015).

A expressão “Babaçu Livre”, cunhada pelas extrativistas ainda na década de 1990 com o propósito de chamar a atenção da sociedade e das instituições governamentais para os embates que elas travavam contra os pecuaristas, ainda hoje é utilizada com este mesmo propósito, pois ainda há cercamento em torno das áreas de incidência das palmeiras, impedindo coleta do coco. Para impedir a livre circulação das quebradeiras em suas supostas terras, muito criadores de gado argumentam que não há na terra florestas de babaçu. Portanto, além do cercamento transformam os babaçuais em área de pasto, atitude considerada criminosa pelos povos e populações tradicionais, por devastar o ambiente natural e a própria cultura destes povos.

“Existem as florestas de babaçu, se elas não existissem, nós não estaríamos aqui. É um equívoco de quem pensa que não existe floresta de babaçu”, argumenta dona Maria do Socorro (MIQCB do Tocantins), por ocasião da Marcha das Margaridas, no ano de 2015, quando concedeu entrevista a rádio EBC-DF em 01/06/2015, manifestando indignação e contra ponto ao argumento dos pecuaristas de que as quebradeiras de coco estariam em extinção, portanto a terra deveria ser reservada para áreas de pastagem.

Nesta mesma ocasião dona Maria do Socorro denuncia ainda que, devido ao cercamento das áreas de babaçual, as mulheres quebradeiras de coco sofrem situações de extrema violência, quando vão coletar o coco em florestas cercadas e vigiadas por “jagunços”.

“Existe a violência das cercas elétricas, violência como um todo. É búfalo na região do Maranhão, grandes empresas em todas as regiões, porque as grandes empresas compram o babaçu, escravizam as pessoas, coloca veneno pra matar a palmeira, assim ta violentando o meio ambiente. Na época nossa, de que o babaçu tinha dono, era preso, as mulheres não podiam pegar o coco, pegar dentro das soltas, das quintas dos fazendeiros, porque eles estupravam as quebradeiras, eles tomavam o coco de tarde quando elas vinham voltando pra casa, tomavam, derramavam, vendiam, faziam tudo. A questão é que judiavam com elas. Nós temos quebradeiras que foram arrastadas pelos jagunços com corda no pescoço. A gente teve quebradeira que foi estuprada e depois morta pelos porcos na mata. Ele mesmo (estuprador) não jogou, mas lá onde ele estuprou ele deixou o corpo da mulher estuprada, aí os bichos tomaram de conta dela, quando encontraram o corpo já estava toda acabada”(Maria do Socorro, MIQCB-TO, 2015).



Embora o tema da violência contra a mulher<sup>38</sup> não seja objeto central desse estudo, não tive como desconsiderar que o mesmo apresenta-se como um dos principais componentes nas motivações do processo de formação e organização da identidade das quebradeiras de coco babaçu. Como aparece na fala de dona Socorro e reforçada por dona Francisca Machado é uma das plataformas políticas do movimento.

[...] O pensamento agora é capacitar as mulheres para enfrentar essas coisas da violência tanto aqui, como lá fora. O MIQCB tem suas reuniões, tem conquistas, agora a responsabilidade é maior. Nós mulher, trabalhadora, nós tem um defeito que é fazer as coisas com honestidade, de querer fazer as coisas bem feito, querer que tudo de certo. No início a gente tinha aquela ansiedade de chegar lá, agora nós estamos. Hoje a demanda é muito grande e diferente. Agora nós tem uma demanda muito grande, a responsabilidade dobra, porque agora nós já tem conquista, nos já tamo produzindo, comercializando, nós tem nosso dinheirinho [...] é cuida da saúde da mulher para que não seja estuprada. (Francisca Machado, MIQCB-PI, 2015).

Devido os discursos no MIQCB sobre violência contra mulher ainda estarem centrados na violência física (visual), ou seja, naquela entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher praticada com uso de força física do agressor que machuca a vítima de várias maneiras, ou ainda, com o uso de armas para bater, chutar, queimar, cortar ou mutilar, (OEA, 1994), torna-se desafiador elaborar determinada discussão que considere a violência simbólica a qual também estão sujeitas. Isso porque, segundo BOURDIEU (1998), para que a violência simbólica seja exercida pelo corpo sem coação física, causando danos morais e psicológicos é necessário que a própria vítima reconheça a imposição do dano, seja esta econômica, social ou simbólica.

Para BOURDIEU (1998), a violência simbólica se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização que induzem o indivíduo a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante. No caso das extrativistas do babaçu, só seria possível perceber a dimensão da violência simbólica sofrida por estas mulheres na medida em que fosse possível ilustrar a forma como legitimam o discurso do dominante, configurando-se numa tarefa que, certamente irá requerer novas formas de enfrentamento à violência, assunto que deixarei para estudos futuros.

---

<sup>38</sup>De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (adotada pela OEA em 1994). A violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

Neste estudo, me volto para o fato de que internamente, a medida que as quebradeiras de coco babaçu vão mesclando discussões e demandas do passado recente com temas e demandas do presente/futuro insurgem novas formas de percepção das questões que incidem diretamente sobre sua atuação política.

Ao ouvir os discursos das quebradeiras de coco babaçu durante a realização do VII Encontro Interestadual ocorrido em setembro de 2014, na cidade de São Luís, quase vinte anos após o lançamento da campanha “Babaçu Livre”, percebi que os debates, os gritos de guerra e os relatos de experiência ainda apontam para a incidência de conflitos inerentes ao livre acesso aos babaçuais e o combate à violência contra a mulher nos quatro estados onde o movimento atua. Embora sejam reconhecidas e valorizadas por elas, as conquistas em torno de políticas de reconhecimento, apoio e incentivo financeiro à produção, tanto por parte do estado como de outras instituições parceiras com as quais mantém convênios, ainda assim, as demandas remontam a aproximações como as registradas na fala de uma das coordenadoras do movimento, em 1997, quando a campanha ainda estava sendo lançada.

“Não vamos sair de nossos territórios, exigimos o livre acesso ao babaçu e a terra para trabalho. Há leis que devem proteger nossos direitos, mas precisamos denunciar, exigir dos órgãos governamentais e do Ministério Público que elas sejam cumpridas e fiscalizadas. Há algumas leis em nossos estados e municípios que podemos recorrer”. (dona Maria de Jesus, conhecida como Dijé, coordenação Interestadual do MIQCB, durante a Campanha Interestadual pela Lei do Babaçu Livre, em 1997).

São relatos de situações de tensão e conflito que se repetem a quase três décadas e as mantém em constante estado de alerta e vigilância com relação a autoafirmação da identidade de quebradeira de coco e a organização do movimento como instrumentos de visibilidade e denuncia, principalmente, agressões ao ambiente e a violência contra a mulher, o que as insere em articulações nacionais e internacionais que possibilitam diálogos, trocas de experiências e concessão de benefícios (como financiamento de projetos).

### ***2.3.2. As marcações identitárias: desafios para o reconhecimento e organização das quebradeiras de coco babaçu.***

Não diferentemente de outros movimentos sociais, o Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu surge dentro de um contexto social de conflito, em que marcadores de diferenciação social tais como: ser do ambiente rural, ser mulher, ser analfabeta, ser extrativista, ser negra, dentre outras, colocam as mulheres em condição de desigualdade e

opressão em proporções diferenciadas, pois nem todas acumulam todas estas marcações. A fala de dona Francisca ilustra como e o que ocorre quando estes marcadores de diferenciação social incidem sobre uma única mulher quando se mobilizaram para organização do movimento.

“Era assim quase escondido. Porque nois não tinha voz e não tinha vez. Nós não podia falar em público, porque nois era pobre, analfabeta e era quebradeira de coco e era negra. Era sofrimento viu! Quem viu é que sabe!” (Francisca Pereira, MIQCB-TO).

Nas ciências sociais, a ênfase dos trabalhos desenvolvidos sobre a temática de marcadores identitários recai principalmente sobre raça, gênero e sexualidade, tais como as pesquisas do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas<sup>39</sup>), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade São Paulo – USP. Os marcadores sociais de diferença são um campo de pesquisa que tenta explicar como são constituídas socialmente as desigualdades e hierarquias entre as pessoas. Mas, a preocupação principal dos pesquisadores deste núcleo, que justifica sua criação é, que além de saber como estas diferenças são constituídas é necessário ver como estão interligadas. “Não cabe, por exemplo, determinado pesquisador estudar gênero, compartmentado, e outro estudar raça; e sim buscar enxergar, em situações empíricas, como as diferenças se articulam”, observa Heloisa Buarque de Almeida (Numas, 2010).

Na experiência que observei é notório que a diferença e desigualdade que marca as extrativistas do babaçu é construído pela interligação entre pertencer ao ambiente rural e ser um povo tradicional, mas, principalmente, pelo fato de serem mulheres. São estas identificações que impulsionam a articulação em torno da organização do MIQCB, como demonstra a fala anterior, reforçada por Helena e dona Toinha:

[...] Nós somos assim, mulher do rural, quebradeira de coco, assentada [...] Nós começamos assim, juntando essas mulheres [...] o MIQCB dos Cocais começou no momento em que começou todos os outros MIQCBs, a partir das mobilizações das mulheres que quebram coco, dos STTRs, do CEPES e do trabalho social da igreja católica. Começou todo mundo junto, se ajudando, se apoiando (Helena, MIQCB-PI).

Eu sou assentada da luta, da luta que nós travamos em defesa da terra, sou quebradeira de coco, sou mãe, mulher, solteira, fui casada, mas o marido foi embora, me deixou, eu criei três filhos e agora tenho até neto, criando sozinha. Desde cedo eu comecei a me inquietar com a situação das quebradeiras de coco e das mulheres (Toinha, MIQCB-MA/ASSEMA).

---

<sup>39</sup>Para mais informações sobre o Numas acessar a página na internet: site <http://numas-usp.blogspot.com>

Estas falas, além de ilustrar como cada uma das mulheres se percebe, apontando para uma identificação do coletivo, também se tornam referência para compreender que a organização do movimento social no qual estão agrupadas nasceu concomitantemente nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Movimento que se auto-organiza e se fortalece a partir da segunda metade da década de 1980, período de enfrentamento de tensões e conflitos provocados por limitações no acesso a terra e uso comum das áreas de ocorrência de babaçu, como já contextualizado anteriormente.

Para Alfredo Wagner Berno de ALMEIDA (1995), antropólogo e pesquisador dos saberes e fazeres dos povos e comunidades tradicionais é por demais recente, apenas a partir de 1989, que as quebradeiras de coco passam a constituir um movimento social que se estrutura segundo critérios organizativos múltiplos apoiados em princípios ecológicos, de gênero e de base econômica não homogênea. O autor também chama a atenção para outra questão relacionada ao processo de organização destas mulheres, que é o crescimento da produção da amêndoa extraída do babaçu, não obstante o baixo preço do mercado, possibilitando a consolidação de uma identidade que até então não lograra expressão política maior, qual seja a de quebradeira de coco babaçu. Segundo o mesmo é quando essa categoria passa a ganhar foros de representação política junto aos aparelhos de poder. A organização do movimento ocorre de forma processual, vai sendo construída respeitada as demandas, os tempos e as relações institucionais estabelecidas pelas mulheres, estes somados a valorização dos produtos do babaçu no mercado, tanto da amêndoa em natura, como dos seus subprodutos. Pude constatar que os incrementos de produtos derivados do babaçu e a ampliação da teia de relações institucionais estabelecidas pelas extrativistas não provocou dispersão dessa forma de identificação, mas ao contrário, corroborou com o processo de autoafirmação.

Nos registros do MIQCB e nas análises de ALMEIDA (1995), o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará ocorreu em São Luís (MA) e data de setembro de 1991, quando foi criada a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. O segundo Encontro Interestadual de Mulheres e o primeiro Encontro Interestadual de Crianças Envolvidas na Coleta e Extração da Amêndoa do Babaçu ocorreu em Teresina (PI), em outubro de 1993. Mas, somente em 1995, no terceiro Encontro Interestadual o nome é mudado para Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB. Esse mesmo encontro também define como missão para o movimento a organização das quebradeiras de coco babaçu, objetivando o conhecimento de seus direitos, a

defesa das palmeiras de babaçu, o meio ambiente e a melhoria das condições de vida nas regiões do extrativismo do babaçu.

Atualmente, o MIQCB está organizado em seis (06) regionais distribuídas nos estados onde atua de forma direta. A gestão do movimento é operacionalizada por vinte e quatro mulheres eleitas nos Encontros Interestaduais a cada triênio, sendo quatro representantes por regional. Destas coordenadoras interestaduais, sete formam a coordenação executiva (eleitas em plenária, com voto direto das participantes), sendo seis coordenadoras regionais e uma coordenadora geral. Quando questionadas sobre esse formato de coordenação colegiada, elas argumentam que é adotado por garantir a representatividade das mulheres de todas as regionais, pois, em média, nos encontros trienais, duzentas e quarenta (240) delegadas discutem e elaboram as políticas do movimento, sistematizado num plano de ação interestadual<sup>40</sup> que é articulado e executado em cada regional conforme especificidades locais (MIQCB, 2014). Nas reuniões de coordenação, observadas durante a pesquisa de campo, não foi possível perceber uma hierarquização na ordem das falas ou mesmo na posição que cada uma ocupa no espaço físico destinado a reunião, em geral transitam e proferem suas falas livremente, o que remete à aproximação com os momentos em que estão na floresta de babaçu, coletando e quebrando coco (figura 04), como detalharei mais a frente.

Em cada regional o MIQCB mantém pequenos escritórios que contam com o apoio de assessora técnica local. Em São Luís está o escritório central em que trabalha a equipe de assessoria técnica e administrativa. Em 2009, as quebradeiras de coco babaçu criaram a Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu – CIMQCB, com o intuito de organizar as mulheres extrativistas das florestas de babaçu para acessar os mercados comercializando os subprodutos agroextrativistas.

Atualmente, dos projetos que o MIQCB desenvolve me chamou a atenção o PINDOVA<sup>41</sup>: Gente Nova na Vida do Babaçual, por ter como objetivo promover a geração de renda das quebradeiras de coco babaçu e de criar oportunidades de trabalho para os jovens de suas comunidades. O projeto tem a pretensão de aproximar mulheres com experiência na luta cotidiana, pela vida digna nas florestas de babaçu com jovens que querem transformar seus futuros, criando oportunidades de escolhas nas suas próprias comunidades rurais, preservando saberes e tradições do extrativismo do babaçu. (CIMQCB, 2014).

---

<sup>40</sup> Para maiores informações, acesso a documentos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, acesse a página: [www.miqcb.org](http://www.miqcb.org).

<sup>41</sup> **Pindova**: é o nome popular que as quebradeiras de coco babaçu atribuem às palmeiras novas (broto).

Duas questões deste projeto me parecem inovadoras e merecem reflexão. A primeira, diz respeito a ausência de preocupações quanto ao gênero (masculino/feminino) dos beneficiários do projeto (jovens filhos/as de quebradeiras de coco babaçu, moradores da comunidade em que o projeto é desenvolvido). A segunda, diz respeito ao uso de novas tecnologias (como a internet) que, segundo o projeto, trata-se de instrumento necessário para criar e alimentar rede virtual de jovens interessados em incentivar o consumo consciente, ambiental e político (CIMQCB, 2014). Durante VII Encontro das quebradeiras de coco, as jovens que apresentaram algumas das ações do projeto não se identificaram como quebradeiras de coco, mas como filhas de quebradeiras, ou seja, nas atividades que desenvolvem nas unidades de beneficiamento do babaçu em suas comunidades, não estão envolvidas com a coleta do coco na floresta nem com a sua quebra no machado, mas apenas no processamento dos subprodutos (como óleo, mesocarpo, etc.). Para mim, essa constatação abre possibilidades para que, futuramente novos elementos se somem à identificação das jovens filhas/os de quebradeiras de coco babaçu, por não terem contato direto com a mata dos cocais (coletando e quebrando coco), mas apenas no processo de beneficiamento dos subprodutos e na sua divulgação, através do uso de computadores e internet. Nesse sentido, os elementos que compõem a identidade de quebradeira de coco babaçu agregam novas configurações, visto que, na apresentação das jovens do projeto PINDOVA elas não negam ligação com as atividades tradicionais do extrativismo do babaçu, demonstrando engajamento no MIQCB e em lutas históricas como a preservação ambiental.

Os elementos do contexto mais geral do surgimento do MIQCB, somado ao processo organizativo e a apropriação de novas tecnologias foram reveladores de como essas mulheres, ao longo da história, engajam-se em busca de novas possibilidades de garantias de sobrevivência, não apresentando resistência quanto ao uso de novas máquinas e equipamentos sem, contudo, descuidar-se de lutas mais antigas como a preservação dos babaçuais. Essa postura tem provocado alterações na forma como são identificadas publicamente. O Estado, por exemplo, tem reconhecido as extrativistas como “sujeito de direito” e com isso tem financiado projetos, como o PINDOVA, através da PETROBRAS<sup>42</sup>.

Contudo, a disputa pela posse da terra ainda é o principal impulsionador da auto-organização dos grupos de mulheres extrativistas nas comunidades. As garantias desse direito

---

<sup>42</sup> Petróleo Brasileiro S.A. é uma empresa de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil. É, portanto, uma empresa estatal de economia mista. Fundada em: 03 de outubro de 1953.

histórico, que se configura como principal motivação dos movimentos sociais do campo dificulta a percepção sobre outras motivações para organização do MIQCB, como a opressão provocada por relações de subordinação entre homens e mulheres em espaços públicos e privados. Mulheres como dona Francisca Machado, que estão no movimento social desde as primeiras mobilizações, demonstram como tiveram que superar seus próprios limites para romper com as diferenças que geram desigualdades no papel social destinado a homens e mulheres na comunidade e nos movimentos sociais.

Quando comecei a participar mesmo, percebi que dentro do movimento sindical, do movimento da igreja não correspondia aos interesses das mulheres. [...] Quando a gente começava falar nas assembleias as vezes a gente mesma calava achando que tava falando demais, mas aí aos poucos [...] fomos nos dando conta de que a política não era só pra homem era pra mulher também, então a gente tinha que se capacitar pra ocupar nossos espaços, que são todos os espaços [...] O homem era quem representava os interesses da família. Todas as mulheres que tão no sindicato e na política tiveram que passar por processo de formação pra superar esse medo de ser quem nós somos [...] quem me vê numa assembleia acha que eu sei ler, por exemplo, mas eu mal fiz aquele antigo quarto ano (Francisca Machado, MIQCB-PI).

Os processos de formação promovidos pelo MIQCB em parcerias com outros movimentos sociais, aos quais se refere dona Francisca, oportunizou a elas a superação dos limites impostos pela ausência de educação formal no ambiente rural. As lideranças do MIQCB relatam que por muitas vezes o movimento era procurado pelas mulheres, porque havia neste ambiente disponibilidade para criar espaços de partilha de sofrimentos e de saberes que lhes despertavam autoconfiança para manifestar sua opinião, seus desejos e angústias. Em outras situações, as mulheres buscavam o movimento como refugio e proteção pela violência sofrida dentro de suas casas. Em geral sofriam repressão da família e da comunidade, ou ainda apanhavam dos próprios maridos, como mostra o depoimento.

“Tinha duas coisas que eram muito difícil que era a questão do conflito e da violência. No início a discussão sobre a violência era sem rumo, sem conhecimento, e com muito medo. Porque era o marido, os filhos, então era muito difícil. As mulheres choravam porque a violência era tão grande que elas não sabiam o que era prazer. As doenças sexualmente transmissíveis eram chamadas de doença do mundo [...] Olha quantas mulheres choravam pra gente falando dessa questão da violência, ou não querendo falar o que sentiam, as mulheres não sabiam o que era prazer sexual” (Francisca Machado, MIQCB-PI).

O depoimento me ajudou a compreender que, além das questões materiais e políticas articuladas em torno da luta pela terra, o MIQCB é um movimento de mulheres cuja dinâmica de interação, formação e compartilhamento de experiências de vida foi, ao longo da história,

exercício com o qual puderam consolidar a autoconfiança entre elas e a autonomia do movimento. As histórias de violência e desigualdade partilhadas entre elas fez com que a discussão e a formação em torno das diferenças do gênero fossem, num primeiro momento, reduzidas a questões sexuais (especialmente relacionadas ao prazer sexual e as doenças sexualmente transmissíveis). Porém, em processos posteriores tornou-se um tema de permanente reflexão entre elas, como argumenta dona Toinha:

A discussão necessária e sempre atual é a discussão de gênero. É a mulher participar da discussão, sem violência, porque apesar de anos a gente ainda encontra nas comunidades muita mulher oprimida, muitas que dizem que não vão, não participam do movimento porque o marido não deixa, ou, eu não posso ir porque meu marido não fica com os meninos. Isso ainda é muito cruel e atual e precisa continuar com a discussão (Toinha, MIQCB-MA).

A fala de dona Antônia Gomes também retoma a necessidade de ampliação da discussão sobre os diferentes tipos de violência sofrida por elas. Marilena CHAÚÍ (1985), no trabalho intitulado “Participando do Debate sobre Mulher e Violência” concebe violência contra as mulheres como resultadas de determinada ideologia de dominação masculina produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres. A autora define violência como ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. A ação violenta trata o ser dominado como “objeto” e não como “sujeito”, o qual é silenciado e se torna dependente e passivo. Nesse sentido, o ser dominado perde sua autonomia, ou seja, sua liberdade, entendida como “capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir”. Segundo essa concepção de CHAÚÍ (1985), violência contra as mulheres resulta de ideologia que define a condição “feminina” como inferior à condição “masculina”. As diferenças entre o feminino e o masculino são transformadas em desigualdades hierárquicas através de discursos masculinos sobre a mulher, assim, ao contrário do sujeito masculino, o sujeito feminino é um ser “dependente”, destituído de liberdade para pensar, querer, sentir e agir autonomamente. Ao ampliar o conceito de violência sofrido pelas mulheres extrativistas passei a compreender a condição de sujeito objeto, dependente e silenciada, tão naturalizado e compartilhado entre elas e os outros, o que pode ser considerado como elemento agregador na composição das identificações no MIQCB, em detrimento de outras organizações representativas do ambiente rural, como sindicatos, associações, onde são os homens (que ocupam espaços privilegiados de poder) que pautam a discussão sobre relações de desigualdade do gênero. Determinada essa marcação de opressão e desigualdade que surpreende a elas mesmas, como expressou dona Francisca Machado: “...



a gente as vezes até fica calada, achando que tá falando demais”; elas vão articulando, criando espaços onde se fortalecem como grupo identitário, para posteriores enfrentamentos em espaços mistos (homens e mulheres).

O tema da violência física é recorrente nas rodas de conversas e cantorias (figura 04), em torno da montanha de babaçu. Enquanto quebram coco é comum entre as mulheres conversarem sobre suas vidas, contando histórias de violência, falando sobre o movimento, sobre acontecimentos na comunidade e para além dela. Embora não haja uma pauta estabelecida e nenhuma delas tomando nota do que está sendo conversado, esse momento, como já me referi anteriormente, não apenas assemelham-se como, também, se somam às reuniões formais do próprio movimento, pois quando estão em plenárias fazem referência a estas rodas de conversa como se fossem parte integrante das instâncias de discussão do movimento. “Isso já foi discutido pelas companheiras”, argumenta Nenem (MIQCB-PI), fazendo referência ao tema da cooperativa que havia sido discutido durante rodada de quebra do coco em Esperantina.

Figura 04: roda de mulheres na floresta de babaçu durante a quebra do coco.



(Fonte: MIQCB, 2015)

Durante os encontros, assembleias e reuniões do MIQCB é comum partilharem pensamentos através de histórias de vida, sem que para isso seja necessária orientação metodológica. A forma com que se posicionam (em formato circular) nos espaços reservados aos eventos, as formas com que expressam o que pensam, lembram as rodas de quebra do coco.

Nois não tamo aqui pra brincadeira, nois tamo aqui pra trabalhar, pra nois ouvir o que as cumpanheira pensam pra nois puder fazer melhor. Se nois quiser a gente faz melhor, porque quem sabe o que precisa é nois mermo, o problema é só os aperrei. (risos) (Quebradeira de Coco que não quis ser identificada, durante a reunião de planejamento das atividades do MIQCB Regional Piauí).

A linguagem que utilizam, também, não reflete erudição no tocante a apropriação dos conteúdos da educação formal. A assessoria do movimento informou que este fato não implica em comprometimentos para organização e para apresentação de proposições do movimento, assim como não há intencionalidade metodológica de reproduzir, simbolicamente, a ambientação da quebra do coco no babaçual durante os encontros, com o objetivo de favorecer a fluidez do debate entre elas. São as próprias extrativistas do babaçu que, espontaneamente se portam e se expressam dessa forma, o que caracteriza tanto identificação entre elas como de reconhecimento da parte do outro. O fato é que essa postura termina por favorecer e incentivar a fala das demais. “Aqui ninguém liga pra fala bonita não. O importante é dizer o que pensa e a outra entender”. (Helena, MIQCB-PI).

Segundo as lideranças do MIQCB, a promoção de ações que dá voz às mulheres é constante, articulando e ocupando espaços para que elas próprias se posicionem e sejam condutoras de suas vidas, não obstante o espaço onde estejam. Quando estão atuando politicamente em outros espaços e esferas públicas de poder como no Comitê e o Conselho, no Território dos Cocais, as mulheres relatam pretender a superação do debate teórico, de confecção de cartilhas e campanhas publicitárias, para avançar na busca por reconhecimento de sua identidade e, com isso, conquistar os benefícios públicos concedidos pelo Estado, que vão desde a expedição de documentos pessoais até o acesso a crédito para produzir. Em geral, na relação com o Estado, as mulheres fazem uso estratégico de marcadores sociais de desigualdade que, nesta relação específica, lhes garante condição privilegiada para ser alvo de ações prioritárias.

Nesta especificidade, o MIQCB marca diferenças com relação ao “movimento feminista”, pois, de acordo com PINTO (1992), o “movimento feminista” organiza-se para lutar contra determinada condição de opressão. Não é a luta por políticas públicas, por revisões de códigos de direito ou mesmo por creches, delegacias, etc. que constituem o movimento, mas a luta contra a condição dada historicamente pela desigualdade nas relações do gênero que se expressam no nível público e no nível privado, no nível da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo. Portanto, segundo essa autora, o “movimento feminista” não incluiria expressões de movimentos sociais que tenham a

participação ou liderança de mulheres, como o MIQCB, mesmo que reivindique ações de interesse específico das mulheres, isto se estes não colocarem em questão as relações do gênero.

Outra possibilidade de análise que o olhar sobre a organização do MIQCB põe em questão e que me parece latente é a busca por reconhecimento. Pois, segundo HONNETH (2003), a teoria do reconhecimento não se restringe às injustiças já conhecidas, mas permite o desvelamento de novas injustiças e a percepção do dano pelos sujeitos que podem, cada vez mais, promover lutas renovadas a partir de novas marcações identitárias.

Quando HONNETH (2003) pensou a teoria do reconhecimento, não era sua intenção explicar nem o *como* e nem o *porquê* os movimentos sociais surgem. Em *Lutas por Reconhecimento*, o autor anuncia que o objetivo era traçar determinada chave teórica que ligasse a auto realização dos sujeitos à gramática moral da sociedade. Isso não faz com que a Teoria do Reconhecimento seja menos importante para se pensar a ação coletiva, mas muitas são as vantagens de seguir por esse viés. Em princípio HONNETH (2003) enfatiza o papel do conflito e das identidades como centrais para as lutas por reconhecimento, assim como boa parte das teorias dos movimentos sociais. Para esse autor, as identidades coletivas são molas propulsoras para a ação coletiva que coloca o conflito em marcha, com o objetivo do surgimento de transformações sociais. Na experiência observada o MIQCB configura ser a maior expressão da identidade coletiva das extrativistas do babaçu, e, através da organização deste movimento as mulheres conquistaram direitos, principalmente junto ao Estado.

Em segundo mostra a importância da ênfase na intersubjetividade e no aspecto relacional das lutas por reconhecimento estruturadas em movimentos sociais. Por esse viés, os movimentos sociais, os grupos culturais e as identidades coletivas deixam de ser consideradas como unidades fixas e acabadas, pois estão em constante mudança e se reconfiguram sempre na relação com os outros, tanto internamente como externamente, inclusive com aqueles a quem se dirigem as lutas. (HONNETH, 2003). Isso foi possível de ser identificado através da luta pelo “babaçu livre”, pois conecta as quebradeiras de coco babaçu em teia de articulação nacional e internacional de movimentos sociais que lutam pela preservação ambiental e o uso sustentável dos solos.

Considerando esses argumentos torna-se efetiva a história de organização do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu, e, os eventos que promovem são a constatação da existência coletiva dessas mulheres. As ações, os projetos que observei são, também, expressões das mobilizações, da representação política e reconhecimento dessas mulheres

frente as estruturas de poder.

Para autores como MENDONÇA (2009) pensar o reconhecimento significa olhar para as relações que os sujeitos estabelecem em busca da auto realização, não se restringindo a grupos, mas como processo ininterrupto que jamais encontra ponto final. Neste sentido, o reconhecimento não pode ser concedido, alcançado ou doado. Para MENDONÇA (2009), o reconhecimento “não é um prêmio final que liberta grupos oprimidos”, mas a própria dinâmica processual, cuja dimensão intersubjetiva precisa ser considerada. No caso das quebradeiras de coco babaçu, mesmo com as garantias de reconhecimento público através da legislação vigente, os projetos desenvolvidos por elas, como o PINDOVA, ou, o engajamento na Marcha das Margarida são demonstrações de que a luta dessas mulheres não se finda com a conquista de direitos básicos como acesso a documentação, a titularidade da terra, ao crédito, mas é constantemente desafiada com o surgimento de novos contextos.

A efetividade do MIQCB pode ser observada não apenas no alcance que a visibilidade nacional e internacional da luta pela terra e pela preservação do babaçual tem, visto que a constatação desse fato não encerra o movimento, o que me fez pensar sobre outros marcadores de diferença social que, embora não apareçam com tanta veemência quanto à luta pelo livre acesso aos babaçuais, são, também, elementos propulsores da existência coletiva do movimento.

Outra contribuição de HONNETH (2003) às teorias dos movimentos sociais que me interessa, para efeitos de análise da realidade, é o fato de considerar os *sentimentos morais de injustiça* como molas propulsoras das lutas sociais – o *porquê* do surgimento dos movimentos sociais. O autor argumenta que a percepção das experiências de sofrimentos partilhada pelos sujeitos é importante, pois, são capazes de motivar os mesmos a se engajarem em lutas coletivas que buscam ampliar as relações de reconhecimento. O sofrimento levaria os sujeitos à indignação moral a partir da qual se articulariam a outros que vivenciaram as mesmas experiências, tal como afirmam as mulheres extrativistas ao relatarem situações de opressão, subordinação, negação de direitos, ou mesmo conquistas, inerentes a sua participação no MIQCB.

Quando você vai participando desses espaços você vai adquirindo outros saberes que ajudam a lidar com o parceiro que você tem [...] Ainda é uma demanda das quebradeiras de coco que a educação do campo tem de estar no campo, a gente luta muito pra manter um filho na universidade, porque na própria comunidade não tem. É muito ampla a demanda por coisas que a gente ainda não conseguiu (Toinha, MIQCB-MA/ASSEMA).

Eu não nasci para ser mandada por homem. Eu só tenho meus três filhos, um neto e

o MIQCB. O meu trabalho, a minha coordenação no MIQCB eu não deixo. Comecei viajar para as atividades minha filha tinha seis meses de idade, tirei do peito muito cedo, né, pra poder viajar, e, é ele quem cuida, não deixa nem com a mãe. Agora pra mulher fazer isso precisa ter muito peito, né! Nessa hora a gente precisa da parceria do marido, o segundo marido, porque o primeiro [...] Eu ralei muito, sofri muito [...] em silêncio [...] dentro do MIQCB com meu primeiro marido porque ele não confiava, aí a gente se separou. O segundo marido é um parceiro ele (marido) é quem faz a comida, cuida dos filhos e ate da minha mãe que é idosa, então quando saio de casa não me preocupo com nada, ele toma de conta, ele é um parceiro (Helena, MIQCB-PI, 2015).

Após descrever e analisar os depoimentos passei a compreender que são, também, lutas impulsionadas por *sentimentos morais de injustiça* como a falta de educação pública de qualidade, a violência sofrida pela condição de ser mulher, e, que aproximam as mulheres na coletividade do movimento. Nem sempre elas possuem opositores e objetivos bem definidos, ora o inimigo pode ser o Estado, ora é o próprio marido. No entanto, a meta a ser alcançada é o engajamento em lutas por reconhecimento, articulando novas parcerias, revelando a capacidade que têm de reinventar-se em diferentes contextos, agregando-se no mesmo movimento, visto que, são desafios comuns.

No contexto atual o MIQCB é o ambiente propício para o compartilhamento das experiências de sofrimento, sendo aquilo que HONNETH (2003) chama de ponte semântica resistente a ponto de constituir identidade coletiva e criar laços suficientes para fazer da luta pessoal a luta coletiva. A identificação do dano como algo que permeia um grupo gera um “horizonte subcultural de interpretação dentro do qual as experiências de desrespeito, até então desagregadas e privadamente elaboradas, podem tornar-se os motivos morais de luta coletiva por reconhecimento”. (HONNETH, 2003). O sofrimento ao qual o autor se refere é preciso ser experimentado epidemicamente, pois antecede as estratégias e táticas dos movimentos e o processo racional pelo qual produzem a ação política coletiva, o que se expressa, no caso das extrativistas, de forma mais explícita, na privação de acesso ao babaçual, na violência e na negação de direitos, pondo em risco sua sobrevivência.

Conforme propõe HONNETH (2003), o reconhecimento é elemento vital para os sujeitos. Lutar por ele não é questão de cálculo, mas de necessidade. Luta-se por autorrealização. Se para isso for preciso lançar mão de táticas e estratégias, nada os impede. Portanto, conectar experiências e instituir semântica coletiva seria o primeiro passo. Assim, a Teoria do Reconhecimento lança luz à compreensão sobre como os movimentos sociais se fazem possíveis sem recorrer a explicações racionalistas. Sem a construção do sentido da coletividade, sem a compreensão do algo em comum que liga os sujeitos, o engajamento e a ação inexistiriam.

### *2.3.3. Nuances das identidades e do gênero no MIQCB*

Em geral, nos encontros promovidos pelo MIQCB há a média de duzentos e cinquenta mulheres participando, entre elas as extrativistas, as assessoras e convidados/as. Fazendo o levantamento nas fichas de inscrição para os eventos é comum encontrar identificações tais como: parteiras, artesãs, professoras, costureiras, doceiras, boleiras, donas de casa, ou mesmo assentadas, sindicalistas, quilombolas, dentre outras. Também na auto apresentação das participantes observa-se certa dispersão da identidade de quebradeira de coco, comportando harmoniosamente posições, profissões e habilidades diferenciadas que as mulheres desenvolvem no cotidiano de suas vidas, como é possível ser percebido na fala de Helena (MIQCB-PI): “Eu me identifico como quebradeira de coco, como agricultora, como do rural, e, ainda sou mãe, avó e esposa.” Essa heterogeneidade de coisas manifestada com espontaneidade pelas mulheres consiste numa característica marcante do MIQCB. Nas minhas percepções isso, obrigatoriamente, não pode ser interpretado como crise identitária, pois ao serem abordadas sobre essa questão, as mulheres demonstram tranquilidade, segurança e certeza ao mobilizarem identificações múltiplas de acordo com o lugar, o tempo, as demandas que têm e as relações que estabelecem.

Somem-se a esse fato os critérios não explícitos de participação no MIQCB que podem, ainda, ater-se a situações e contextos sociais distintos, mobilizando diferentes identidades. ALMEIDA (1995), alerta sobre a importância de ser sublinhado que as delegações para os eventos do MIQCB podem ser feitas por povoados e não necessariamente por comunidades, por cantinas ou pelo número de associadas a cada grupo. O grau de acirramento dos outros conflitos sociais existentes na comunidade desde o surgimento do movimento como, acesso a terra, a água, a projetos produtivos, a crédito, ou, a outros benefícios públicos, além daqueles relacionados diretamente ao extrativismo do babaçu, influenciam na escolha e na quantidade de representantes de cada povoado que vai participar dos encontros, podendo ocorrer com base em outros critérios, somados ao de ser mulher e quebrar coco. O fato de não haver determinação previa de restrição das participantes dos eventos, ou seja, somente quem for mulher e quebrar coco, interfere na diversidade de identificações as quais o MIQCB comporta.

Nas assembleias, no momento do planejamento das atividades, a diversidade de identificação das mulheres não aparece como tensão e conflito. Entre elas há divergências explicitadas que são relacionadas à articulação regional do movimento, aos mecanismos de acesso e circulação das informações entre os grupos (devido a localização geográfica dos

territórios), à relação com os parceiros institucionais, particularmente com aqueles que financiam projetos, dentre outras questões. São mulheres discutindo e propondo políticas para sua visibilidade e seu fortalecimento como protagonistas na execução de ações e projetos.

Para ALMEIDA (1995), essa transformação das diferentes formas de reciprocidade positiva e intrínseca aos grupos sociais que desenvolvem relações primárias e modalidades de cooperação simples em representação política como observado nas extrativistas, não é imediata. Verifiquei disputas internas dentro do MIQCB, tanto dos grupos domésticos que compõem os povoados, disputando visibilidade e valorização dos produtos derivados do babaçu que fabricam, quanto disputas de grupos de um estado para com grupos de outro estado. As delegações nem sempre refletem consenso. Devido a isso considero que nem todos os interesses extrativistas acham-se representados de maneira idêntica dentro do movimento, portanto são as diferenças que dão dinamicidade ao movimento.

Os grupos produtivos do Piauí têm priorizado o beneficiamento dos subprodutos alimentícios do babaçu, como o mesocarpo e, a partir dele a fabricação de biscoitos, bolo e mingau, enquanto na regional do Mearim-MA, na cidade de Codó, as extrativistas tem priorizado a venda da amêndoa (em natura) para a indústria de produção do sabão. Essas pequenas diferenciações no produto final geram debate entre as quebradeiras, pois requer estruturas produtivas (máquinas e equipamentos) diferenciadas para os centros de produção nas diversas regionais dos diferentes estados, o que acarreta investimentos financeiros diferenciados.

Porém, diferenciações internas como essas são facilmente superadas por tencionamentos que acionam a categoria política de quebradeira de coco babaçu. Isso ocorre quando há necessidade de romper os limites do grupo e estabelecer articulações e parcerias com outros movimentos, principalmente, quando o que está em jogo é a relação com o Estado e o recebimento de financiamento para ações e projetos com recursos públicos. Essas mulheres vão inovando no processo de autoidentificação que varia de acordo com os interesses no jogo político. No campo das disputas pelas políticas públicas, as variações da produção tornam-se elemento aglutinador que favorece o financiamento de projetos, principalmente pela diversificação do produto final, embora internamente (no MIQCB) haja disputas quanto à definição do produto final para cada grupo ou comunidade de acordo com suas especificidades.

Quando ocorrem disputas para que se alcance o consenso na definição de quais projetos do movimento devem ser encaminhados como demanda para os órgãos do governo é

comum as identidades de agricultora, sindicalista, assentada, quilombola, ou mesmo a de costureira, doceira, parteira, artesã, mãe e esposa serem deslocadas para a identidade coletiva de quebradeira de coco babaçu, sem que necessariamente isso possa ser caracterizado como “crise de identidade”, ou, que elas sintam-se como se tivessem negando, de alguma forma, a diversidade daquilo que reconhecem ser e fazer. Da mesma forma, observei que nas assembleias territoriais (2010, 2011, 2015), quando os projetos de interesse dos grupos das quebradeiras de coco babaçu estão em jogo e sob ameaça de não serem aprovados, a estratégia adotada por elas é a de deslocar a identidade de quebradeira de coco para se apoiarem na marcação das diferenças e desigualdades presentes nas relações do gênero. “Somos mulheres” (Neném, MIQCB-PI). Reforça a representante do MIQCB na assembleia territorial ao receber o apoio das demais mulheres, que representam outras organizações.

Esse deslocamento faz com que as mulheres representantes de outras entidades no conselho, como cooperativas, sindicatos e ONGs sintam-se sensibilizadas e solidárias às demandas das extrativistas, a ponto de votarem a favor da aprovação do projeto destas. Este procedimento não é fácil, pois, em alguns casos significa ir de encontro aos projetos de interesse das instituições às quais representam como registra a representante de ONG do território.

Ao final o que esta em jogo não é o projeto das quebradeiras de coco babaçu, das assentadas, das quilombolas, das pequizeiras, mas é o projeto e o nome das mulheres [...] esta sendo avaliado é se somos capazes de defender aquilo que queremos produzir e se somos capazes de sustentar politicamente essa demanda [...]. (Maria da Luz, conhecida como Daluz, coordenadora geral do CEAA-PI e liderança política das mulheres no território).

Posterior a esse evento, não consegui identificar nenhum relato de representantes de entidades que testemunhassem ter sofrido algum tipo de retaliação por ter votado favorável ao projeto das extrativistas em detrimento dos projetos das instituições as quais representavam.

Ainda sobre os eventos que observei do MIQCB, ressalto que, mesmo na reunião de planejamento estratégico para o quadriênio 2014-2018 (ocorrido nos dias 25 a 27 de fevereiro de 2014, no Centro de Formação Comboniano Olho D'Água, na cidade de São Luís do Maranhão) em que estiveram presentes representantes das quebradeiras de coco babaçu de todos os estados de atuação do movimento, bem como, as assessorias técnicas e convidados/as, a discussão sobre as relações de diferença e de desigualdade do gênero, no que tange as diferenciações entre homens e mulheres, não apareceu de forma explícita. De tal maneira que, no ápice do evento, as mulheres definiram como missão do movimento para esse



período, a organização das quebradeiras de coco babaçu como forma de conhecerem seus direitos, a defesa da palmeira de babaçu, o meio ambiente e a luta pela melhoria das suas condições de vida e de seus familiares. Além de fortalecer as parcerias e a participação em eventos como a Marcha das Margaridas, promoção de campanhas e mobilizações sobre reforma agrária nas comunidades e territórios tradicionais<sup>43</sup>, bem como fortalecer também a luta para estabelecer o dia 24 de setembro como o dia nacional das quebradeiras de coco (MIQCB, 2014). Note-se que as questões relacionadas às desigualdades e à violência de gênero sofrida por elas e explicitadas em suas histórias de vida, não aparecem de forma explícita como missão do movimento, exceto se considerarmos o engajamento destas na “Marcha das Margaridas”, cuja bandeira de luta inclui o combate à violência contra a mulher.

Porém, quando foram provocadas, metodologicamente na construção da visão de futuro para o movimento, as quebradeiras de coco vislumbraram que até 2018, o MIQCB terá sede própria nas regionais com as mulheres organizadas. Dessa forma, a organização delas será referência e modelo na defesa da reforma agrária nos territórios e multiplicadoras dos conhecimentos sobre os povos e comunidades tradicionais que lutam pela garantia de direitos e conservação dos babaçuais. Lideranças jovens formadas. Território desapropriado e demarcado. Mulheres capacitadas. Lei do dia nacional das quebradeiras de coco aprovada nas três esferas de poder, bem como seus conhecimentos tradicionais respeitados e preservados. O MIQCB como modelo de uma organização de mulheres com capacidade de lutar e conquistar direitos (MIQCB, 2014). Em geral, são sentimentos e vontades que expressam o desejo de superação das desigualdades e das injustiças às quais estão sujeitas.

Recorrendo a BOURDIEU (1990/1995), entendo essa questão como relacionada ao fato de que as razões que conduzem o sujeito social a proceder de forma aparentemente incoerente e arbitrária estarem ligadas ao fato dos agentes sociais visarem certos fins em suas ações sem obrigatoriamente colocá-los como tais. Dessa forma as quebradeiras de coco babaçu podem não ter suas motivações vinculadas ao enfrentamento da violência contra mulher ou as desigualdades do gênero como fim do movimento, isto não significa que assim procedendo elas não dispensem atenção a estes temas.

As disputas orientadas pelas diferenças do gênero (demarcando os papéis sociais de homens e de mulheres) são de difícil percepção no ambiente do MIQCB, cujas falas, cantorias

---

<sup>43</sup>Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os artigos 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (DECRETO PRESIDENCIAL Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007).

e projetos refletem ajuda mútua entre as mulheres. Nas minhas observações, todas as discussões sobre autossustentação financeira, missão do movimento, projetos futuros, visão de futuro, parcerias institucionais, ou, mesmo nos momentos de cantoria, dança, gritos de guerra, palavras de ordem houve pouca ou quase nenhum interferência direta ou mesmo o trânsito de homens entre as extrativistas. No evento preparatório, os dois homens que circulavam entre as mulheres eram o motorista e o assessor técnico (contador). Durante o encontro percebi a circulação de poucos convidados pontuais do sexo masculino.

A caracterização do MIQCB enquanto movimento de mulheres que promove debates e reflexões sobre as relações do gênero vem dos relatos das mulheres. Há falas que destacam como essa discussão é conduzida por elas, pois mostram que desde seu surgimento, a discussão sobre esse tema se orienta por critérios objetivos e subjetivos, tornando-se de difícil percepção a olhares pouco acostumados com a dinâmica de trabalho interna do movimento.

No MIQCB a necessidade de discussão sobre gênero eclode quando as mulheres da própria associação começaram a perceber que o trabalho na cooperativa, durante o processamento dos derivados do babaçu e a própria administração da cooperativa tinha que ser das mulheres quebradeiras de coco babaçu. Assim elas perceberam e sentiram a necessidade de se desprender de outros trabalhos domésticos para se dedicarem mais ao babaçu.

Quando o movimento promove discussão sobre o gênero convida também a participarem do mesmo os homens. Porque a gente ficou sabendo que chamar só as mulheres não resolve. Não se consegue as coisas se a gente ficar sozinho. Porque nós juntos, mulher, homem, criança e jovem é que nós vamos construir um país com dignidade, com igualdade, nós todos juntos. Não é porque a gente é mulher lavradora que a gente não possa mudar isso, pode sim (Francisca Pereira, MIQCB-TO).

Segundo as mulheres foi a apropriação da discussão sobre as desigualdades de gênero que possibilitou o enfrentamento de situações de violência e subordinação que as impediam tanto de participar do movimento, como de ser protagonistas em espaços públicos de poder, além de inviabilizar o gerenciamento econômico dos empreendimentos produtivos, como destacado por dona Francisca.

A outra ênfase dada com relação a necessidade de formar homens e mulheres nos mesmos espaços deixa evidenciada a compreensão sobre a subjetividade do tema, pois assim como buscam a superação das desigualdades nas atividades produtivas do extrativismo, também defendem que a abordagem sobre as diferenças do gênero devem ser estendidas a toda família camponesa e não a elas de forma isolada, o que me parece uma estratégia de deslocamento de responsabilidades e culpabilidade da mulher, ampliando-a para o núcleo da família. Como reforça dona Francisca em seu trabalho que não se esgota.

As vezes quando tá separada, quando a mulher vai falar o homem repreende, é melhor todo mundo junto porque a informação não é um repasse, ta todo mundo ouvindo ali diretamente, todo mundo passando por capacitação [...] e mesmo assim a gente conhece liderança, técnico que já passou por todas essas formações, por curso de direitos humanos, mas na prática em si o tratamento deles com a família é opressor. Nós ainda tem muito trabalho pela frente (Francisca Machado, MIQCB-PI).

No relato é possível constatar como no processo de mobilização, organização e formação do MIQCB as preocupações relacionadas ao gênero não excluem os homens da formação, mas do contrário, a tentativa é de envolvê-los no processo.

Foi necessário fazer esse destaque em minhas observações porque as discussões sobre as diferenças que geram as desigualdades do gênero não ficam evidentes nas assembleias e encontros do MIQCB, isso por ser o espaço ocupado majoritariamente por mulheres, sendo privado e cujas histórias de vida se confundem, pois é comum nos momentos mais reservados (nos intervalos, a noite e durante as refeições), ouvir relatos sobre dominação masculina e, alguns casos de violência doméstica sofrida por elas. Situações de conflitos entre os sexos se notabilizam quando essas mulheres se engajam em outros espaços de poder, como o Comitê de Mulheres, em que a relação com mulheres de outros movimentos sociais lhes possibilita engajamento em outras bandeiras de luta, lhes dando encorajamento para denunciar.

Em espaços públicos como as assembleias territoriais, com participação de homens e mulheres na plenária, representando diversos segmentos sociais, as discussões sobre as diferenças e desigualdades do gênero são mais explícitas e, portanto, passíveis de mais análises.

#### **2.4. *O percurso de articulação dos espaços e esferas públicas de poder do território e as marcações de diferenças e desigualdades do gênero: o caso do Conselho Territorial e do Comitê de Mulheres.***

Para estabelecer uma conexão entre a experiência empírica de mobilização e organização política de grupos minoritários e identitários de mulheres foi necessário posicionar esta discussão dentro do contexto mais geral em torno da relação tensa e conflituosa dos movimentos sociais com o Estado.

Nas últimas décadas, as mobilizações de grupos identitários conquistaram destaque, sendo reconhecidos e representados nos espaços de poder, fortalecendo o debate sobre questões fundamentais, como a promoção da igualdade de gênero e raça, o respeito à

diversidade sexual e o reconhecimento das demandas da juventude, dos idosos e das pessoas com deficiência.

O cenário favorável pela abertura dos governos e pelas mobilizações sociais criam espaços de diálogo permanente e qualificado que vislumbram projeto de desenvolvimento em longo prazo, cujas decisões estruturais e conjunturais passam a ser objeto da interlocução e das tensões entre os governos, os movimentos sociais e a sociedade como um todo. (BRASIL, 2014).

Neste sentido é que parto do fato de que, para o Governo Federal<sup>44</sup>, a consolidação da participação como método de governar é fundamental para a construção de sólidos mecanismos de democratização do poder através da representação social. Além da criação e consolidação dos espaços de participação – Conferências, Conselhos, Comitês Temáticos, Ouvidorias, Mesas de Diálogo, Fóruns, Audiências Públicas, entre outros – o desafio maior que a gestão do governo Lula se propôs a enfrentar foi aperfeiçoar esses espaços e as formas de interlocução com a sociedade através do debate qualificado sobre variados temas (BRASIL, 2014). Das iniciativas desenvolvidas pela PNDRSS que apresentam este propósito procurei destacar os espaços de poder, em que a temática do gênero norteou ações e projetos, cuja participação e inclusão das mulheres foram priorizadas.

Note-se que, nas últimas décadas (período de ascensão do governo democrático e popular ao poder central) intensificam-se as mobilizações reivindicatórias, identitárias e de construção da cidadania dos chamados “novos movimentos sociais”. Segundo FRANK & FUENTS (1989), os novos movimentos sociais são movimentos que vêm surgindo desde o final do século XX e têm na transformação cultural grande parte dos meios e fins de sua ação. Normalmente se articulam através de redes, constituindo pautas reivindicatórias coletivas, convergindo interesses, organizando ações conjuntas e buscando visibilidade social. Por isso, tais pautas subsistem a despeito da efemeridade dos participantes que delas entram e saem livremente. Outra característica dos novos movimentos sociais é que, não visam “tomar o poder” pela conquista do Estado, mas geralmente constituem espaços políticos (não institucionais) a partir dos quais procuram alterar hábitos e valores da sociedade de modo a interferir nas políticas estatais. São movimentos que demonstram variedade e mutabilidade, mas têm em comum a sensibilização individual baseada no sentimento de moralidade e (in)justiça e no poder social baseado na mobilização social contra privações (exclusões) e pela sobrevivência. Assim, fomentam e se baseiam na visibilidade das diversas identidades que,

---

<sup>44</sup> A partir de 2003, gestão de governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

em contextos sociais do passado (ilustrada na recente história brasileira de Ditadura Militar de 1964 a 1985) não encontravam ambiente político favorável, tanto para manifestar-se como para dialogar com o Estado.

É considerando os elementos desse passado recente de ditadura e de privação de direitos que, VÉRAS (2004), aponta vir o desejo e as aproximações dos movimentos sociais do chamado Campo Democrático e Popular<sup>45</sup> com o Governo Lula (a partir de 2003), levando o país a adotar o padrão de sociabilidade, no qual os conflitos e as organizações de classe passaram a ser reconhecidos como manifestações legítimas e imprescindíveis na consolidação da democracia. Isso porque, o movimento reconhece que o governo buscou construir determinado caminho virtuoso para dirimir os tencionamentos nos movimentos sociais como base social viva, que demanda e propõe mudanças no campo das políticas públicas. Vale reforçar que durante essa gestão de governo os tencionamentos no ambiente rural foram amortizados com a criação do MDA e o fortalecimento do CONDRAF.

Nesse contexto, os movimentos sociais identitários, populares, as organizações sindicais e demais grupos organizados da sociedade civil foram desafiados a fazer parte do projeto de governo, assumindo compromissos não somente como a expressão mais direta das suas demandas e proposições, mas, sobretudo no sentido de garantir condições políticas e institucionais indispensáveis à consolidação do próprio movimento enquanto sujeito político autônomo, corresponsáveis pelos destinos da sociedade.

A experiência observada no Território dos Cocais ilustra como as tensões entre o Estado e os movimentos sociais assumem diferentes contornos. Dependendo da inclusão/exclusão dos sujeitos que dinamizam o ambiente rural, o Conselho Territorial como esfera pública de poder pode potencializar diferenças entre os grupos sociais ali representados (tais como as diferenças do gênero, raça e etnia), ou nega-las de tal forma que, o debate sobre políticas públicas para o território poderia limitar-se à questões ambientais, técnicas ou econômicas, tirando o foco dos temas cuja subjetividade das interações entre os sujeitos seria desafiada a manifestar-se, desnudando a forma como vão surgindo hierarquias de poder entre as identidades.

---

<sup>45</sup> É o arranjo de forças sociais e políticas, que teve na sua origem as lutas operárias e populares do final dos anos 70 e início dos 80 e que, através de organizações como o PT e a CUT, conformou o que ficou conhecido por Campo Democrático e Popular, inaugurou uma perspectiva alternativa de democracia para o país, projetou a liderança de Lula e o lançou candidato a presidente em quatro eleições sucessivas. A partir de uma vitória extraordinária e sob um clima de esperança generalizado, mas diante de limitadíssimas margens de manobra, formou-se a expectativa de que o novo governo tinha a imensa tarefa de reinventar o caminho do desenvolvimento, do emprego, da distribuição de renda, da inclusão social, da independência nacional, da cidadania e, por que não, da democracia em sentido substantivo. (VÉRAS, 2004).

Diferenças e desigualdades do gênero aparecem de forma explícita no Conselho durante as assembleias de definição das ações e projetos territoriais, quando as tensões e conflitos entre poder público e sociedade civil são deslocadas para diferenças entre homens e mulheres. Pois nesse momento específico aparecem explicitamente as diferenças entre projetos demandados por mulheres, que as beneficiam diretamente (como, a estruturação dos núcleos de beneficiamento dos derivados do babaçu) e projetos apresentados por grupos mistos de homens e mulheres (como, a aquisição de um caminhão frigorífico para a cooperativa de pescadores), mas que não beneficiam de forma direta as mulheres.

O desafio foi tentar compreender como a PNDRSS, elaborado em 2013, constrói estratégias de participação e inclusão social, (através de movimentos representativos das forças sociais que militam no rural), com integração de ações entre Governo Federal, Estados, Municípios e Movimentos Sociais, pois a política aponta que estes são procedimentos fundamentais na construção da democracia. A PNDRSS incorpora programas como o Território da Cidadania, que objetiva promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania através da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável<sup>46</sup> (MDA, 2008).

Seguindo as orientações nacionais, tanto da PNDRSS como dos Territórios da Cidadania, no estado do Piauí, desde 2006, o governo estadual<sup>47</sup>, através da Secretaria Estadual de Planejamento – SEPLAN, vem implementando o Planejamento Participativo Territorial com as mesmas intencionalidades de promover a participação e inclusão de grupos minoritários e excluídos dentro dos espaços democráticos de poder. Com essa estratégia de planejamento o governo, também, transforma antigas regiões administrativas em territórios de desenvolvimento sustentável capazes não só de discutir e definir as políticas públicas prioritárias para o território, mas também de executar e monitorar as ações, projetos e programas. Esta iniciativa do governo corrobora com as mobilizações sociais do ambiente rural articuladas por movimentos como a Federação dos Agricultores do estado do Piauí - FETAG-PI, o Movimento dos Sem Terra do Piauí - MST-PI, a Comissão Pastoral da Terra –

---

<sup>46</sup> Nessa política o desenvolvimento sustentável deve contemplar medidas que objetivem a melhoria contínua da qualidade de vida do conjunto da população do território, não apenas de parte dela. Portanto, torna-se indispensável uma forte articulação de políticas públicas entre si, nos diversos níveis de governo, com as iniciativas da sociedade civil, do setor privado dos diversos ramos de atividades. (SDT/2005).

<sup>47</sup> À partir de 2006, na primeira gestão do governador José Wellington Barroso de Araújo Dias, do Partido dos Trabalhadores.

CPT-PI, a Articulação do Semiárido – ASA<sup>48</sup>, dentre outros, que reivindicavam participação nas decisões das políticas públicas.

O Planejamento Participativo Territorial do Estado do Piauí é consolidado na Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, em que o estado é subdividido em quatro (04) macro regiões, onze (11) territórios de desenvolvimento e vinte e oito (28) aglomerados territoriais<sup>49</sup>.

Figura 05: mapa dos territórios rurais do estado do Piauí.



(Fonte: Fundação CEPRO, 2010).

<sup>48</sup> A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip, etc. Essa rede conecta pessoas organizadas em entidades que atuam em todo o Semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades da região. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA).

<sup>49</sup> Subdivisão do território que aglomera os municípios por proximidade geográfica, logística de estrutura de serviços prestados pelo Estado e a iniciativa privada (educação, saúde, assistência técnica do EMATER, serviços bancários, etc.), acesso através de estradas e rodagens, e, a teia de relações estabelecidas entre as organizações da sociedade civil (basicamente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STTR e das pastorais da Igreja Católica). (SEPLAN, 2007).

A Secretaria Estadual de Planejamento – SEPLAN, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT (ligada ao MDA) em parceria com as prefeituras e Organizações não Governamentais executaram o processo de sensibilização, mobilização e organização das instâncias de controle social (conselhos) dos territórios rurais em todo o estado, num processo em que a comunidade local, através de suas representações é mobilizada e convocada para participar das decisões.

A partir do início do processo de implementação da Lei os Territórios (figura: 05) constituem as unidades de planejamento da ação governamental e visam a promoção do desenvolvimento sustentável do estado, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas, das ações e da regionalização do orçamento. (SEPLAN, 2010).

Nessa estratégia de desenvolvimento, as ações do governo devem ser efetivadas mediante a formulação do Plano Plurianual de Governo, das Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual, dos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios e do Plano de Desenvolvimento do Estado do Piauí. (SEPLAN, 2010).

Já a gestão dessa estratégia de planejamento ocorre da seguinte forma: o Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável – CTDS de cada território é composto por dois representantes da sociedade civil organizada escolhidos nas assembleias de cada município e, pelo Poder Público local (os prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais); um representante de uma ONG com atuação no Território, a ser indicado pelo Conselho Estadual; e, ainda, por um representante do Poder Executivo Estadual, a ser indicado pelo Governador. (Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007).

É o Conselho Territorial que delibera sobre as demandas apresentadas e priorizadas pelos municípios durante as Assembleias Municipais, hierarquiza as ações para o Território, considerando as particularidades regionais e os critérios definidos pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento. O Conselho Territorial, também, deve apoiar o Poder Executivo na elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Territórios e de desenvolvimento do estado.

Por fim, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável – CEDS, que é presidido pelo Governador é composto por treze Secretários de Estado, um representante do Poder Judiciário e outro do Poder Legislativo, quinze representantes de Organizações da Sociedade Civil de âmbito Estadual e vinte e dois representantes dos Territórios de Desenvolvimento. O Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável formula o Plano de Desenvolvimento do estado do Piauí, traça diretrizes básicas de apoio ao Planejamento dos



Aglomerados e Territórios, acompanha e fiscaliza a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do estado (Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007).

Durante esse longo processo de implementação da Lei (2005-2007), embora o governo estadual tenha possibilitado o diálogo com os movimentos sociais, o texto da lei não registra preocupações quanto a paridade do gênero nas representações para as Instâncias de Participação que são as Assembleias Municipais (como são abertas à participação direta e universal de todos os cidadãos, não há necessidade de explicitar a proporcionalidade de representação do gênero: homens/mulheres); porém as instâncias de Controle Social, no nível territorial e estadual, que são respectivamente: o Conselho Territorial e Estadual, o texto é omissivo quanto a proporcionalidade da representação de homens e mulheres, restringindo-se a paridade poder público e sociedade civil. Neste sentido, se distancia das orientações e da composição do CONDRAF, que respeita a paridade das representações entre homens e mulheres.

Na prática, o que se observa é que o fato da igualdade na representação do gênero não estar explicitado na lei, não desmotivou ou mesmo desarticulou as mulheres do Território dos Cocais na busca por participação nos espaços de discussão e definição das políticas, visto que, historicamente, esta é uma região do estado onde há registros de organizações sociais lideradas por mulheres como organizações da igreja, dos sindicatos, associações, ONGs, dentre outras. A força de liderança das mulheres se expressa na militância da primeira presidente do Conselho no Território.

Aqui nós tivemos coragem de arregaçar as mangas e buscar um espaço que era da gente, mas que tava sendo negado a muito tempo, inclusive. Sou eu que tenho de querer, eu não mudo nada se eu não quiser mudar. No conselho eu já comecei como presidente, é bem verdade que sem saber direito o que era a coisa [...] mas a participação da mulher era maior, e, isso incomodava os homens, causa ciúmes (Maria Inês, ex-presidente do STTR de Esperantina, ex-presidente do Conselho Territorial).

Inês ressalta que no início da implementação da política foi desafiador para todos, mas que as mulheres compreenderam muito mais cedo a importância de engajar-se no processo, visto que eram maioria nas assembleias de formação e capacitação, o que as conduziram a presidir o Conselho. Para ela isto não ocorreu porque os homens não deram o devido valor a PNDRSS, e, conseqüentemente a presidência do Conselho, mas por determinação delas mesmas como lideranças.

Sobre a participação efetiva das quebradeiras de coco babaçu nesse processo foi

necessário tomar novamente como referencia os dados da Nova Cartografia Social da Amazônia. Pois esta registra que foi nas cidades de Esperantina, São João do Arraial, Morro do Chapéu e Madeiro em que há grupos de quebradeiras de coco babaçu com seus núcleos de produção estruturados, que foi possível registrar a presença marcante das extrativistas nos eventos de mobilização e organização do Conselho e do Comitê de Mulheres, demonstrando uma relação direta entre a organização produtiva e o engajamento nos espaços de poder. As mulheres extrativistas do território consideram essas instâncias de participação e controle social de fundamental importância para apresentar e reivindicar projetos, dar visibilidade aos seus produtos, bem como garantir reconhecimento da sua própria existência, como argumenta a coordenadora do MIQCB regional do Piauí, quando se refere ao ambiente de tensão e disputa que se instaura durante as assembleias municipais e territoriais.

“A gente participa [...], quem não está lá fica de fora de tudo que tá acontecendo no território, então tem que participar mesmo e ajudar a decidir as coisas [...] a gente não manda aquelas quietinhas não, a gente manda aquelas que falam, que brigam mesmo, porque a coisa não é molinha não, tem briga mesmo” (Helena, MIQCB-PI).

O MIQCB do Território dos Cocais adotou estratégia de participação em todos os espaços de discussão e definição das políticas municipais e territoriais, pois não houve nenhum evento observado por mim no território, cuja presença das mesmas não pudesse ser notada, seja na apresentação de demanda específica, seja na divulgação dos produtos do babaçu.

Contudo, na estratégia de desenvolvimento territorial, o governo, através de seus representantes reconhece que o diálogo, a mobilização e a formação dos/as agentes de desenvolvimento constituem-se em ações inovadoras fundamentais ao desenvolvimento humano e social. Portanto, orienta que as etapas de operacionalização da política garantam atividades de inserção e/ou ampliação da participação das mulheres nos territórios, estimulando o fortalecimento das políticas públicas inclusivas com reconhecimento e empoderamento delas como protagonistas de processos sociais reforçado na fala da representante da SDT no Piauí.

“O Estado está atento a esta diferença do gênero. É sempre importante zelar pela participação/inclusão das mulheres. As questões do gênero perpassam por várias outras questões que são importantes para a consolidação da estratégia de desenvolvimento do território. [...] Então o processo de formação dos homens e das mulheres sobre a temática do gênero tem que ser constante, as informações, capacitações, devem ser disponibilizadas para todos indistintamente” (Meirian Noronha, articuladora do MDA/SDT no Piauí, 2010).

O governo justifica que o fato da paridade da representação de homens e mulheres no Conselho não esta explicitada na lei não cria impedimentos para que haja diálogos e formações específicas que rumem para o propósito de superação da desigualdade.

Já no movimento social, as concepções diferenciadas e o tratamento dispensado às diferenças e desigualdades do gênero no ambiente rural têm implicações dentro dos espaços públicos de poder. De acordo com o Centro Feminista 8 de março (uma, dentre outras ONG's responsáveis pela formação e capacitação das mulheres que compõem o Comitê de Mulheres do território) a discussão sobre desigualdade do gênero deve ocorrer a todo o momento, criando condições de igualdade entre homens e mulheres. Defendem que as formações devem ocorrer em espaços separados. Somente após as mulheres terem passado pelo processo formativo que enfoque principalmente as questões relacionadas à dominação masculina, a qual silencia as mulheres é que os dois devem discutir sobre esta temática no mesmo espaço (BUTTO, FARIA, HORA, DANTAS, NOBRE, 2014). O que contraria a orientação do governo quanto a abordagem do tema em espaços conjuntos, como defende, também, o MIQCB.

Neste debate recente, as experiências vivenciadas pelos agentes sociais no território, não me permitiram apresentar mudanças profundas provocadas diretamente por flexibilizações nas formas de representação social ou de formação e capacitação de homens e mulheres sobre relações do gênero. Em parte, isso se deve ao nível de dificuldades que as mulheres do território enfrentam, como ressaltado por Daluz, representante de ONG do território, que trabalha com organização, formação e capacitação, especialmente de mulheres no território.

Aqui a luta das mulheres ainda se concentra em direitos básicos, muitas delas não tem nem documentação, acesso a educação e saúde, então é mais difícil ainda. Tudo ainda é muito difícil. Elas ainda são muito oprimidas dentro de casa, não acreditam que elas mesmas possam mudar de vida [...] No governo tudo é muito lento, as pessoas terminam ficando desacreditadas, mas nós tamo lutando, querendo que as mulheres sejam protagonistas neste processo de mudança, que participem, que se envolvam mais. É um trabalho de convencimento cotidiano (Daluz, CEAA, 2012).

São dificuldades que implicam no comprometimento da participação da maioria das mulheres, tanto no movimento como nas esferas públicas de poder, pois lhes impõe a condição de invisibilidade, sem garantias de direitos básicos como a documentação pessoal. Porém, como ressaltado por Daluz, a luta é constante e estas mulheres tendem a criar uma

rede de proteção entre si de tal forma que aquelas que não conseguem participar diretamente dos espaços públicos de poder, defendem e fortalecem a participação daquelas que se engajam nos movimentos, como demonstra a fala abaixo:

“Aqui o apoio é total as companheiras que participam. Não é todo mundo que pode ir, que sabe falar, então a gente manda aquelas que já sabem como é a coisa, que conseguem trazer coisas boas pra nós melhorar de vida, né? (quebradeira de coco de São João do Arraial que não quis ser identificada, durante passagem na sede do MIQCB em Esperantina-PI).

Estudos científicos na área de gênero e políticas públicas, tais como o de Virginia GUZMÁN (1994), ajudam a entender que a incorporação da dimensão de gênero nas políticas públicas pressupõe a vontade explícita do Estado em promover a redistribuição dos gêneros em termos de designação de recursos públicos, direitos civis, de participação, posição de poder, autoridade e valorização do trabalho de homens e de mulheres. Porém, para que isso ocorra, se torna fundamental que as mulheres disponham de conhecimento e informação necessários sobre as diferenças entre elas e os homens no âmbito da atuação do próprio Estado para poder antecipar os efeitos de políticas públicas nas desigualdades de oportunidades, de resultado e de tratamento entre os sexos. Portanto, seria ingenuidade pensar que a pré-disposição do governo em criar espaços para discutir temáticas, como as diferenças do gênero, por si só já seriam suficientes para a superação das desigualdades entre homens e mulheres, quando a realidade enfrentada por elas, reforçadas por Daluz é alarmante do ponto de vista da construção de sua própria autonomia.

Para o movimento de mulheres, as políticas que incorporam a paridade do gênero são fruto da pressão dos movimentos de mulheres organizadas desde a década de 1980, quando se intensificaram as mobilizações de rua do movimento, forçando os governos (municipal, estadual e federal) a visualizarem as mulheres como grupos sociais de pressão. Embora não de forma universal, foram as organizações de mulheres que conseguiram fazer com que parte delas superassem a condição de beneficiárias, junto as políticas públicas do Estado, para protagonizar a elaboração de propostas. As estratégias de mobilização e organização que criaram as conduziram à condição de sujeito social, no sentido de que os vários programas e projetos desenvolvidos na área social, principalmente educação e saúde, passaram a ser expressões concretas da autonomia das mesmas, pois se apresentam fortalecidas no campo político e não apenas como beneficiárias de ações e projetos assistencialistas. (SOF/CF8, 2010).

Com a experiência das quebradeiras de coco, observei durante esse percurso, que o

processo de mudança acontece de forma lenta, não apenas do ponto de vista temporal, mas também nas mobilizações, organização e capacitações do movimento na tentativa de que a mulher assuma o papel de protagonismo social, especialmente nas questões que envolvem desde o conhecimento do próprio corpo até o gerenciamento da sua vida econômica produtiva.

Portanto, em suas demandas, as mulheres, quase sempre, reforçam a necessidade de formação, como forma de qualificar a participação e a intervenção nos espaços de poder, bem como amenizar a violência simbólica<sup>50</sup> que sofrem. Inês, por exemplo, vincula toda consciência política que adquiriu, e, que lhe permite dialogar com igualdade com os homens e mulheres, aos processos de formação que participou ao longo de sua história de militância.

Uma coisa que vale a pena reforçar é a coisa da formação. A gente sabe que nas salas de aula hoje, no sindicato, a maioria é mulher, mas ainda é desigual, a gente precisa buscar, dizer que nós somos iguais, nem mais e nem menos, não esquecer e descuidar de jeito nenhum da formação porque é muito importante para nós como mulheres. Como mulher a gente não imagina o bem que a gente tá fazendo as outras quando a gente oferece formação e capacitação profissional (Maria Inês, ex-presidente do STTR de Esperantina, ex-presidente do Conselho Territorial).

Do outro lado, o governo responde, argumentando que desde 2009, num contexto de pouca representatividade feminina nos territórios rurais (especialmente nos Conselhos Territoriais) tem incentivado processos de formação e capacitação das mulheres nesta área.

[...] Não bastava representar, mas representar de forma qualificada, incorporando o conceito de gênero e considerando a realidade das mulheres, a participação das mesmas nos processos desencadeados no Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial, com autonomia suficiente para participar, discutir e definir (Berenice Silva, Coordenadora Geral de Desenvolvimento Humano da MDA/SDT, 2009).

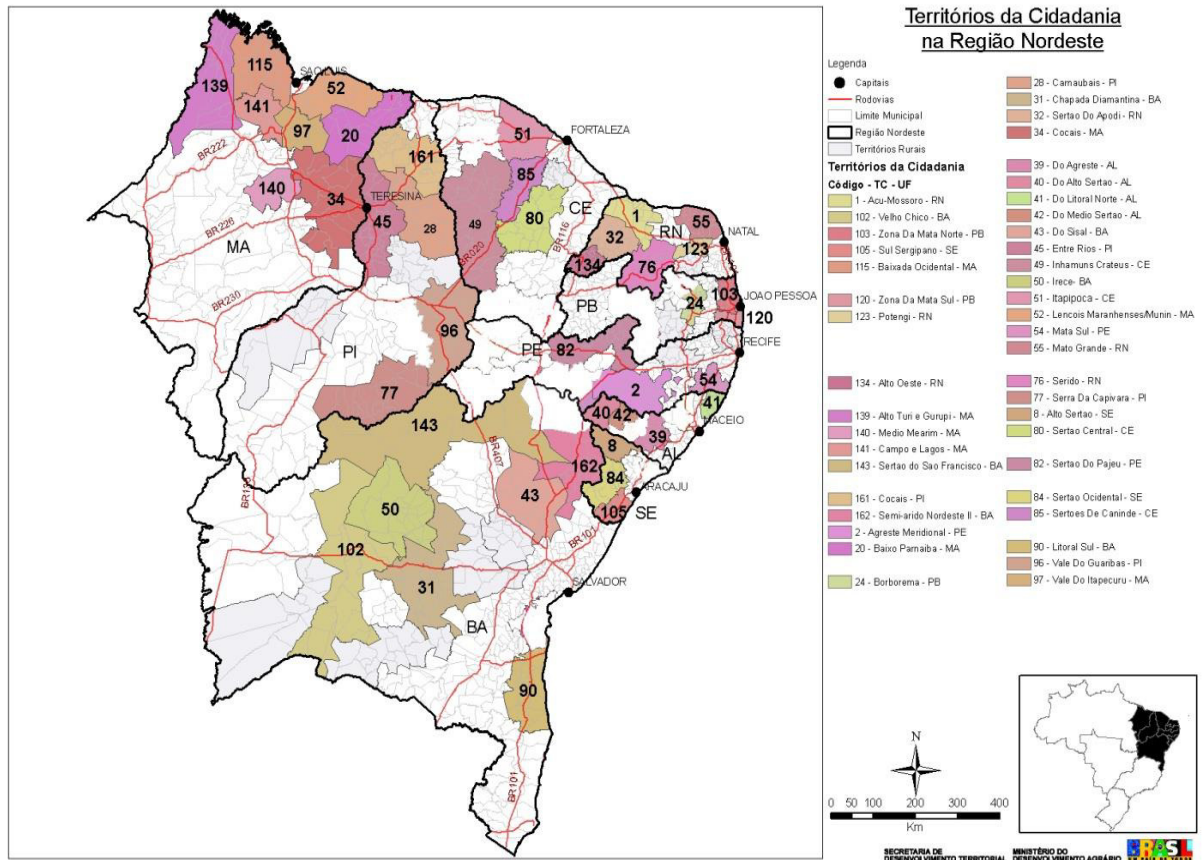
É neste contexto geral que estreitam-se os laços de parceria entre a SOF, o CF8 e o MDA/SDT/AEGRE no sentido de criar estratégias para incentivar a participação das mulheres no desenvolvimento territorial. Em 2009, 2010 e 2011 foram desenvolvidas as atividades do projeto Mulheres e Autonomia: fortalecendo o acesso das trabalhadoras rurais às políticas públicas nos territórios da cidadania do Nordeste brasileiro (convênio MDA/SOF/CF8 nº. 701362/2008). Segundo os dados preliminares deste projeto mais de 5.900 mulheres, de 84

---

<sup>50</sup>Violência simbólica entendida segundo o conceito social elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998) no qual aborda uma forma de violência exercida pelo corpo sem coação física, em que causa danos morais e psicológicos. É uma forma de coação que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada, seja esta econômica, social ou simbólica.

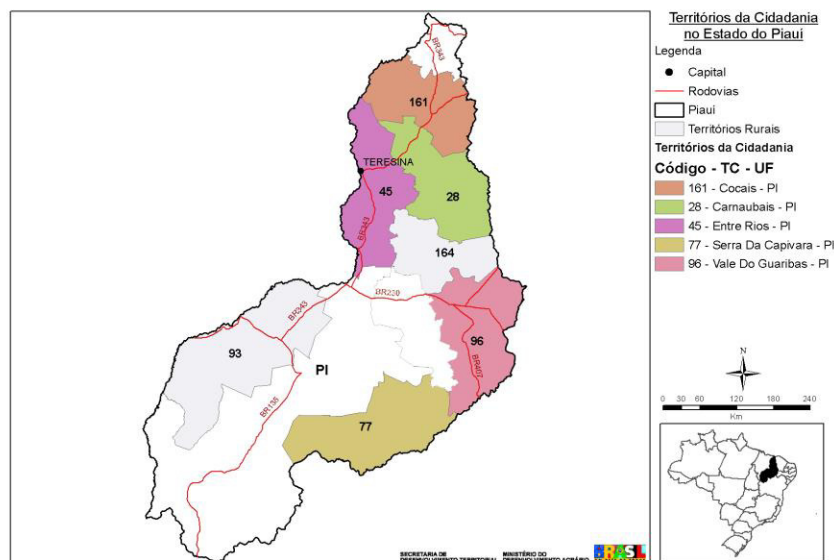
Territórios da Cidadania no Brasil, 36 no Nordeste e seis no estado do Piauí, dentre estes o Território dos Cocais, (conforme figura 06 e 07), veem participando de ações de mobilização, sensibilização e formação, especialmente visando à superação das desigualdades do gênero. Além disso, estão sendo produzido diagnóstico sobre o acesso das mulheres a ações, projetos e programas, o mapeamento de grupos produtivos de mulheres, e, de organizações que constituem as Comissões, Comitês ou Grupos de Trabalho de Mulheres, que apoiam a discussão do tema gênero nos Conselhos Territoriais. (MDA/SDT, 2014). (BUTTO, FARIA, HORA, DANTAS, NOBRE, 2014). As figuras a seguir ilustram os territórios beneficiários da ação no Nordeste brasileiro, em especial aqueles localizados no estado do Piauí, com destaque para o Território dos Cocais.

Figura 06: Territórios da Cidadania do Nordeste Brasileiro priorizados como área de atual do Projeto Mulheres e Autonomia, coordenado pelo CF8.



Fonte: MDA/SDT/SOF/CF8, 2010.

Figura 07: Territórios da Cidadania do estado do Piauí priorizados como área de atual do Projeto Mulheres e Autonomia, coordenado pelo CF8.



Fonte: MDA/SDT/SOF/CF8, 2010.

Interessa neste trabalho destacar a articulação resultante da parceria do Estado representado pela Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia – AEGRE<sup>51</sup> vinculada ao MDA, com os movimentos sociais de mulheres, representados pela SOF e o CF8 através das educadoras populares<sup>52</sup>, aliada à experiência concreta de organização do Comitê de Mulheres do Território dos Cocais. Essa articulação teve como propósito democratizar os espaços públicos de poder através da representação de grupos de mulheres, com o papel de discutir, mobilizar e encaminhar suas demandas de acordo com as especificidades do ambiente rural, especialmente para as políticas implementadas pelo MDA, tais como: o Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais (PROINF); A Titularidade Conjunta da Terra; Programa Nacional de Reforma Agrária; Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES); Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural – PNDTR; Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Territórios da Cidadania); Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PONAF Mulher e credi-amigo) e incentivos a Estudos e Pesquisas: Prêmio Margarida Alves (na modalidade Ensaio Acadêmico, Pesquisa-

<sup>51</sup> Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia, do Ministério Do Desenvolvimento Agrário.

<sup>52</sup> A Educadora Popular tem o papel de sensibilizar, mobilizar e organizar dentro dos Territórios Rurais as mulheres com vistas a inserção nas arenas públicas de tomada de decisão das políticas públicas.



Ação, Memória e Acervo) (MDA/AEGRE, 2010).

Os Comitês são orientados pelo governo e pela SOF/CF8 para manter relações com os Conselhos Territoriais (de forma a assessorá-lo sobre políticas para as mulheres). Porém, não necessariamente estão vinculados somente a essa instância de poder do território. Os Comitês não têm cargo eletivo ou representatividade formal do ponto de vista da sua organização interna como, presidência, secretaria, tesouraria, etc., mas formato de representações colegiadas dos diferentes grupos de mulheres e/ou organizações mistas – com homens e mulheres (MDA/AEGRE, 2010).

No processo de sensibilização e mobilização para a organização dos Comitês de Mulheres no Território dos Cocais, as quebradeiras de coco babaçu, por estarem articuladas em rede interestadual, tornaram-se alvo das ações de articulação das políticas públicas do MDA, (durante as capacitações, como educadora popular do Território dos Cocais, fui orientada a sensibilizar o MIQCB para compor o Comitê). Portanto não só fazem parte deste espaço de poder como também, são beneficiárias dos projetos financiados pelo MDA.

Dentre os grupos representativos de mulheres no território, tais como: as Coordenações de Mulheres dos STTR, assentadas de reforma agrária e do crédito fundiário, das pastorais da igreja católica, dos quilombolas, das ONGs, das artesãs, das pequizeiras, dentre outras, o MIQCB foi o grupo organizado de mulheres com maior capacidade de articulação dentro do Comitê não só pela visibilidade e reconhecimento nacional que tem perante o Governo Federal e os demais movimentos sociais, o que lhe garantiu as recomendações para participação nos Comitês, mas também, porque construiu internamente relações de parceria com os outros grupos de mulheres de tal forma que foram escolhidas para ser o primeiro grupo do território a ser beneficiário direto de financiamento do projeto intitulado: Formação, capacitação, apoio a produção e promoção de incentivos ao consumo e a comercialização dos subprodutos do coco babaçu à partir das atividades do extrativismo sustentável das quebradeiras de coco babaçu do Território dos Cocais, nos municípios de Esperantina, Joca Marques, Madeiro e São João do Arraial. Após as discussões e definição do público prioritário o projeto foi elaborado em parceria com o CEPES e financiado pelo MDA, orçado em R\$193.558,08, (Até o presente ano este projeto não havia sido executado por problemas de desarticulação do CEPES como entidade executora).

As tensões mais explícitas observadas no Comitê eram na direção da relação entre as representantes do governo (que em geral apresentavam as ações e projetos que estavam sendo executados ou planejados pelos órgão de governo) e as representantes dos movimentos

sociais. Isso porque as mulheres do movimento não se sentiram parte daquilo que era apresentado pelas mulheres do governo, e, demandavam participação na elaboração e definição das ações e projetos, gerando situações de insatisfação com relação aos níveis de comprometimento que cada uma assumia, como expressa Carminia.

Ta bom, o governo vem aqui, apresenta os projetos, nós participa, mas é o mesmo governo que cria dificuldades, que demora demais pra fazer as coisas acontecerem, e, as vezes nem pergunta pra gente se é o que a gente quer, como é, tá certo isso? (Carminia, coordenação de mulheres do STTR de Esperantina).

No geral, essa indignação era externalizada durante a oficina de organização produtiva das mulheres do território, ocorrida em 2011, quando foram convidadas para apresentar projetos voltados às mulheres representantes do INCRA, do Crédito Fundiário, do Banco do Nordeste, da Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí - EMATER, da CONAB, dentre outros órgãos de governo que executam ações e projetos, cujo público alvo era as mulheres. Essa indignação expressa a tensão entre o que é discutido e definido pelas mulheres e aquilo que o Estado se propõe a fazer ou financiar.

## 2.5. *Interesses, opiniões e perspectivas, o jogo político no território dos Cocais-PI*

A representação das “forças vivas do território<sup>53</sup>” nas esferas e espaços públicos de poder orienta-se, no Conselho, principalmente, pela paridade da representação entre poder público e sociedade civil. No Comitê de Mulheres e no MIQCB, a representação dos grupos sociais está relacionada à identidade do gênero/mulher. Há nestes distintos espaços, tensões e conflitos provocados pelos diferentes interesses, opiniões e perspectivas dos atores sociais ali representados e, que não são facilmente consensuados, pois são marcadores de diferenciação social que hierarquizam relações de poder e com isso geram desigualdades na implementação de ações e projetos.

Iris Marion YOUNG (2006), em “Justiça e as políticas da diferença”, quando analisa as possibilidades de representação social apresenta preocupações com a questão da diferenciação, tema recorrente em toda a sua obra. Para ela, diferenciação é um recurso de poder fundamental que não pode ser combatido em nome de consenso que se oporia ao conflito. A autora é categórica ao afirmar que, contrariamente àqueles que pensam as políticas

---

<sup>53</sup> Chamo de forças vivas todas as organizações sociais representativas do território.

de diferenciação de grupos somente como forma de criar divisão e conflito, pois estas mesmas políticas, também, oferecem recursos para o público comunicativo e democrático que objetiva a justiça. Isso porque pessoas diferentemente posicionadas têm experiências diferentes e conhecimento social e histórico derivado deste posicionamento, a isto a autora chama de perspectiva (YOUNG, 2006). As diferentes perspectivas presentes no interior dos espaços públicos de poder do território são perceptíveis nos conflitos que se estabelecem entre o Estado e os movimentos sociais, mas, também, entre homens e mulheres. Sendo diferenças que reivindicam reconhecimento das experiências de identificação vivenciadas por cada grupo para que haja aproximações e com isto, tornar possível a consolidação das parcerias.

YOUNG (2006) identifica três formas por meio das quais a representação se concretiza: interesse, opinião e perspectiva. O *interesse* é “o que afeta, ou é importante para a perspectiva de vida dos indivíduos ou para os objetivos das organizações”. Tem um fim específico. A *opinião* é descrita pela autora como “princípios, valores e prioridades de uma pessoa que condiciona seus julgamentos sobre quais políticas devem ser perseguidas e que fins devem ser atingidos”. E, finalmente, a *perspectiva* conforma-se a partir de “experiências diferentes, histórias e conhecimento social derivados de suas posições na estrutura social”. Neste sentido, os diferentes interesses, opiniões e perspectivas das “forças vivas” do território vão fomentando processo dinâmico de aproximações e distanciamentos que marca e difere os grupos identitários. Os processos de sensibilização, mobilização, organização e capacitação dos agentes sociais do território tem demonstrado que não é possível desconsiderar as caracterizações na composição das representações dos grupos identitários, nem tão pouco negar que na definição dos projetos territoriais priorizados nas esferas públicas de poder sejam orientada por estes, pois são os interesses, opiniões e perspectivas que marcam as situações de desigualdades de oportunidade que cada grupo vivencia e busca demonstrar nesses momentos.

Apresento como ilustração desse dilema, a assembleia territorial de discussão e definição das ações e projetos priorizados do Território dos Cocais no ano de 2010, em que os recursos para implementação dos projetos que garantem infraestrutura (PRONAF) básica para os agricultores familiares foram da ordem de 1,5 milhões (recurso que anualmente é garantido pelo Governo Federal, para os Territórios da Cidadania). Setenta por cento (70%) deste recurso é executado por instituições (públicas ou privadas) que tenham sido referendadas pelo Conselho Territorial para executar projetos. Os trinta por cento (30%) restante são destinados a atividades de custeio (mobilizações, formações e capacitações) e são executados pela

Cooperativa de Técnicos Agrícolas do Piauí – COOTAPI, organização não governamental, escolhida pelo Conselho Territorial para gerir este recurso no referido ano.

Essa Assembleia Territorial dos Cocais, de acordo com as orientações da Lei do Planejamento Participativo, contou com representantes dos municípios do território, respeitada a paritária poder público e sociedade civil. Foi realizada na cidade de Esperantina em março de 2010. Dentre as representações da sociedade civil, destaco as três quebradeiras de coco babaçu, (Helena, Neném e Francisca Lere) representantes dos núcleos de produção do extrativismo do babaçu, dos municípios de São João do Arraial, Esperantina e Madeiro, além da assessora técnica do MIQCB no estado do Piauí.

O principal objetivo da convocação da assembleia, como já citado anteriormente, era a definição e priorização dos projetos do território, que seriam implementados com recursos do PROINF, no ano de 2011. Entre as orientações para apresentação das demandas de projetos, discussão e aprovação dos mesmos, constavam preocupações em conjunto com os eixos de desenvolvimento econômico priorizados para o território e constantes no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS<sup>54</sup>, tais como: ovinocaprinocultura, extrativismo, piscicultura, turismo rural, dentre outros. Além das preocupações com a sustentabilidade ambiental, a viabilidade técnica e a prioridade de atendimento a públicos minoritários como: mulheres, quilombolas, jovens, ribeirinhas e índios (quando houvesse incidência dos mesmos no âmbito do território) (MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO PROINF, 2010). Dessas orientações, chamo atenção para o foco em projetos e ações que buscavam viabilizar o reconhecimento, a valorização e a participação da mulher na definição, implementação e funcionamento de empreendimentos produtivos, pois esta marcação de diferença foi evocada durante a assembleia para garantir aprovação do projeto das quebradeiras de coco babaçu.

Em sua condução metodológica, o Programa Territórios da Cidadania orienta que, não havendo consenso com relação aos projetos a serem priorizados para cada território, o facilitador do evento (e representante legítimo do governo federal) deve conduzir a discussão de forma que seja considerado o que está orientada nas resoluções do CONDRAF quanto à destinação de 30% dos recursos do território para projetos que beneficiem diretamente as minorias. Ou seja, R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), dos R\$1.500.000 (um milhão e meio de reais) destinados ao território naquele ano, deveriam beneficiar diretamente

---

<sup>54</sup> Plano Territorial Desenvolvimento Rural Sustentável.

mulheres, quilombolas, jovens e índios do território (MDA/SDT/CONDRAF, 2010<sup>55</sup>).

Durante a apresentação dos projetos, o grupo de agricultores familiares de uma das cooperativas de pescadores filiada ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR da cidade de Piripiri, apresentou proposta de projeto de aquisição de equipamentos e veículo para viabilizar o escoamento da produção de alevinos do município para todo o Território dos Cocais, tendo em vista que a piscicultura era o eixo econômico com viabilidade produtiva do território. O projeto, somado aos de construção e reforma de infraestrutura para as cadeias produtivas da ovinocaprinocultura, consumiria todo o recurso disponibilizado para o território aquele ano. A sua aprovação deixaria de fora as propostas apresentadas pelas mulheres quebradeiras de coco babaçu, quais sejam: aquisição de equipamentos (painéis, tachos, colheres, fogão industrial, embalagens retornáveis para engarrafamento do óleo de coco, entre outros) necessários para estruturação de três casas de apoio, a produção e beneficiamento do babaçu e seus derivados, fortalecendo assim a cadeia produtiva do extrativismo do babaçu como eixo de desenvolvimento econômico produtivo do território, projeto orçado em cerca de R\$150.000 (cento e cinquenta mil reais), sendo R\$50.000 (cinquenta mil para cada casa).

Após as falas argumentativas na defesa de cada projeto e, na falta de consenso entre os participantes sobre quais projetos seriam priorizados, o facilitador do evento, seguindo as orientações do programa conduziu a definição dos projetos, garantindo a demanda das mulheres. Os demais projetos ficaram na linha de prioridade para os recursos do ano seguinte. Para que isto ocorresse, houve a necessidade de falas interventivas das próprias quebradeiras de coco ali representadas, da assessoria técnica do MIQCB, da representante do CEAA e da representação do MDA/SDT, no sentido de apresentar e sustentar as justificativas para aprovação do projeto proposto pelas mulheres. Ao final do debate, o que garantiu a manutenção do projeto das extrativistas foram os recursos previstos na orientação técnica do programa quanto à inclusão de minorias através da reserva de percentual de 30% (trinta por cento) dos recursos. Acionar a marcação do gênero (mulher) neste momento específico lhes garantiu, inclusive, apoio das mulheres representantes de outras organizações. Situações limitantes como esta ilustram porque os movimentos sociais de mulheres incluem em sua pauta de reivindicação seu reconhecimento como sujeito de direitos, o que lhes possibilita, além de reconhecimento, a representação nas esferas de poder para definir políticas públicas. Neste contexto específico, no limite, as diferenças de interesse, opinião e perspectivas,

---

<sup>55</sup> Disponível no Manual do PROINF, (<http://www.mda.gov.br>).

levantadas por YANG (2006), parecem reduzidas a diferenças e desigualdades do gênero, o que também, reforça a importância da representação e garantias de direitos através de cotas para minorias.

A seguir, tentarei aprofundar as questões da identidade e das relações do gênero, dentro do contexto social de implementação das políticas públicas do território, problematizando as múltiplas possibilidades que sistemas simbólicos de representação das mulheres no território podem provocar em estruturas de poder.

### CAPÍTULO III

Neste capítulo, com base nos elementos da experiência empírica apresentados nos capítulos anteriores, considero a dinâmica do território dentro de um processo político, no sentido de que vários sujeitos sociais atuam nesse campo de força, mobilizando interesses, opiniões e perspectivas que lhes são conferidas por diferentes contextos. Os atores sociais se organizam em grupamentos identitários distintos com o objetivo de assumir o poder de decidir, ou não, quais as políticas, as ações e os projetos que serão implementados no território.

Espaços e esferas públicas de poder, tais como o Conselho, o MIQCB e o Comitê de Mulheres foram apropriados e utilizados pelas mulheres como espaços de visibilidade e conquistas no campo das políticas públicas. Nestes espaços, a diversidade de manifestações identitárias, particularmente aquela marcada pela diferenciação do gênero, tem provocado tensões e conflitos que me ajudaram a perceber e compreender as rupturas nas relações hierarquizadas de poder entre homens e mulheres do território.

A ocupação destes espaços por parte das mulheres desconstrói a ideia de lugar historicamente reservado a elas, qual seja, o da casa, pois, no ambiente rural observado ainda é comum caber aos homens o espaço público entendido como espaço da produção e da política e, às mulheres, o espaço privado da casa em que o papel reprodutivo, o cuidado com os afazeres domésticos, com os filhos/as e o marido são as características marcantes. Como as atividades relacionadas ao espaço da casa não são compreendidas como atividade econômica produtiva, mas sim como obrigação feminina, advinda da sua natureza de mulher, isto impõe a elas condição de invisibilidade no “mundo da produção” que dificulta seu reconhecimento nos espaços e esferas públicas de poder.

Refletir sobre essas questões postas em situações de conflito, como as vivenciadas pelas mulheres quebradeiras de coco babaçu em torno da luta pela terra, pela preservação das riquezas ambientais, em seu engajamento no combate à violência contra a mulher, me fez compreender que a história de vida delas, pode ser contada não somente por experiências e situações vivenciadas estritamente no espaço doméstico, mas, também, como gradativamente projeta-se em protagonismos nos espaços públicos. O desafio posto foi ilustrar as disputas no campo da atuação política das mulheres, pois são estas ações que provocam rupturas na naturalização, tanto dos espaços sociais destinados a mulher, como nos papéis sociais de homens e mulheres no interior das sociedades humanas ao longo da história.

Para BOURDIEU (1995), LOURO (1995) e SCOTT (1995), situações desse tipo podem induzir à interpretação equivocada da realidade, como jogo com divisão social do mundo apenas a partir das diferenças biológicas (especialmente aquelas relacionadas a dicotomia: masculino/feminino), caracterizada pela inferiorização do sexo feminino (restrito aos espaços privados da casa) em detrimento do masculino (espaço público), desconsiderando que ambos os sexos podem, em situações distintas, serem detentores de poder.

O fato do MIQCB desenvolver atividades de organização, melhoramento da produção e comercialização dos subprodutos do babaçu ainda não é suficiente para desconstruir a ideia normatizada de que as atividades do extrativismo do babaçu estariam ligadas à vida cotidiana das mulheres e, conseqüentemente, associadas ao ambiente privado da casa. Porém isso não me permitiu concluir que elas sejam, a partir desta constatação, desprovidas de poder ou estejam presas a espaços inferiorizados, pois se ambos (homem/mulher) têm poder, em espaços que são diferentes, como poderia afirmar o maior ou menor grau de importância de espaços públicos ou privados? Especialmente por ter constatado que as atividades relacionadas ao extrativismo do babaçu envolvem toda a família.

SCHMIDT (1999) tem determinada argumentação sobre a divisão do mundo social em espaços públicos e privados que considerado importante para sustentar esta reflexão. Para este, os espaços públicos e privados devem ser compreendidos como construções históricas, não possuindo fronteiras cristalizadas em que um não pode adentrar no outro. Isso significa que não é possível discutir a identidade da mulher, aprisionando-a dentro de determinado espaço específico, mas, se deve concebê-la observando-a na dinâmica interativa de atuação onde as fronteiras limitantes dos espaços públicos e privados são flexibilizadas.

Nas situações de conflito pela posse da terra, as mulheres foram construindo identidades que lhes permitiram transitar nos diferentes espaços em condições que necessariamente não posso caracterizar como subordinação/dominação, pelo protagonismo e liderança que assumiram, se apresentando como mulheres do ambiente rural, extrativista, etc.

Quando amplio o olhar para outras mulheres lideranças dos movimentos sociais do território com as quais dialoguei, reconheço, que as mudanças sociais que estão ocorrendo nesse lugar, em confluência como o ocorrido no cenário estadual, nacional e até internacional em direção ao reconhecimento da mulher como protagonista nos espaços públicos de poder, podem não ser suficientes para alterar, significativamente, a concepção naturalizada de mulher (tomada como ser intelectualmente inferior ao homem, geralmente histórica, frágil, nervosa cujo corpo funciona como receptor de esperma para reprodução). Bem como,



também, pode não romper com barreiras estabelecidas nos espaços sociais para segregar homens e mulheres. Porém, essa situação ilustra a possibilidade de conceber a ampliação dos significados complexos que compõem a conceituação dos termos gênero/mulher, pois o protagonismo das mulheres implica especificidades no trato dispensado às funções sociais que assumem e que, portanto, precisam ser consideradas. Como já afirmava Simone de BEAUVOIR, em 1949, ano em que escreveu o “Segundo Sexo”, mesmo sem perder sua principal fonte de identificação social, que é a maternidade, a mulher, continua constituindo-se em múltiplas facetas que permitem diferentes olhares sobre estruturas de poder no interior das sociedades.

As mulheres com as quais interagi, não são somente o produto do que fazem, mas, são também o sentido que suas atividades adquirem através das interações sociais estabelecidas. Assim, toda referência a dinâmica interativa das mulheres foi importante para entender as relações de poder no território.

Há tensões referentes ao fato das mulheres acumularem outras marcações de diferença social, tal como pertencer a determinado povo tradicional, como é o caso das quebradeiras de coco babaçu. Porém, a questão é que muitas vezes esta e, outras marcações, terminam sendo obscurecidas por categorias mais amplas como problemas do gênero dentro da matriz dicotomizada: homem & mulher.

Nesta perspectiva, como já vinha argumentando, não limito as identidades à matriz fixa e permanente, mas aproximo-as daquilo que HALL (2011) chama de construção histórica e não biológica. Ou seja, o sujeito assume identidades diferentes em momentos diferentes, identidades que não são unificadas ao redor do “eu” coerente, mas, dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando-nos para diferentes direções de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

A organização do capítulo está orientada da seguinte forma: tratarei inicialmente das questões relacionadas à dimensão do gênero nas políticas públicas, especialmente nas ações e projetos desenvolvidos no território; seguido da discussão sobre identidade e diferença articulada as múltiplas possibilidades de interseccionalidade de gênero dentro do ambiente rural.

### *3.1. As controvérsias das relações do gênero e os dilemas identitários no ambiente de implementação das políticas públicas no Território dos Cocais-PI*

Faço essa reflexão sobre gênero e políticas públicas, por concordar com ALVAREZ (1988), quando chama a atenção para a necessidade de que precisamos estar mais atentas às intencionalidades do Estado ao falar sobre gênero, sobre raça, comunidades tradicionais etc. Essa atenção constante possibilita o entendimento sobre as políticas públicas para mulheres ou dirigidas às mulheres, especialmente às mulheres pobres do ambiente rural, que produz efeitos culturais diversos no interior das sociedades, trazendo implicações no direcionamento das formas de atuação do Estado. Pois, elas não só interferem nas relações entre mulheres e homens, mas também incidem, e com muita força, nas representações culturais, nos significados de ser mulher ou homem de diferentes classes, raças, etnia, etc. Assim, o Estado intervém não só nas relações entre homens e mulheres, mas também nas relações entre as próprias mulheres e, isso lhes tem provocado resistências com relação à perda da autonomia para gerenciar suas vidas, além das formas de abordagem que o tema do gênero, na perspectiva que o Estado requer, ou seja, na condição de beneficiária (ALVAREZ, 1988).

Embora eu não possa fazer afirmações precisas sobre os resultados que as discursões sobre o tema das relações do gênero possam provocar nas formas de identificação dos sujeitos, em especial nas mulheres, posso dizer que as mantém em constante estado de alerta com relação ao direcionamento das políticas públicas. No caso do Território dos Cocais, o sistema de vigilância por parte da identidade coletiva das mulheres quebradeira de coco babaçu, reivindicando participação nos processos decisórios, é que, conforme minha particular compreensão, tem provocado instabilidades necessárias para impulsionar mudanças nas relações hierarquizadas de poder. As estruturas hierarquizadas das instituições que gerenciam as ações e projetos desenvolvidos pelo Estado tratam as mulheres apenas como depositárias das políticas, e, isto implica no fato de que, quando é apenas o Estado que determina quais os melhores projetos para as mulheres, no território, são aqueles desenvolvidos no entorno da casa, como plantação de hortaliças e plantas medicinais, criação de pequenos animais (galinha, porco, etc.) que acabam por limitar os espaços produtivos e de visibilidade das mulheres.

De forma geral, os estudos sobre gênero e políticas públicas ajudam a entender que o rompimento com as normas sociais que determinam os comportamentos sociais para homens

e mulheres, ou seja, as normas de gênero, não é tarefa fácil, principalmente para as mulheres, pois para elas há poucas possibilidades de rupturas com padrões dominantes como, o casamento, a maternidade, os cuidados com a casa, que são comportamentos considerados definidores do ser mulher ainda hoje. Quando rompem com essa lógica de comportamentos estabelecidos as mulheres são, por vezes, discriminadas, como demonstrei na situação vivenciada por dona Toinha (MIQCB-MA), ao relatar ter sofrido sanções da comunidade por romper com o padrão de comportamento estabelecido para as mulheres de sua época.

Segundo Joan SCOTT (1999), gênero pode ser concebido como símbolo cultural invocador de representações, conceitos normativos, como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais. No uso recente mais simples dentro das teorias sociais, o “gênero” tornou-se sinônimo de “mulheres”. Inclusive a autora ressalta que no debate teórico, livros e artigos de todo o tipo que tinham como tema a história das mulheres, substituíram durante os últimos anos nos seus títulos o termo “mulheres” pelo termo “gênero”. Em alguns casos, esse uso ainda que se referisse vagamente a conceitos analíticos trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo visa indicar a erudição e a seriedade do trabalho, porque “gênero” tem conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política (pretensamente escandalosa) do feminismo. Nesse uso, não implica necessariamente a tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos legítimos. O “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em ameaça crítica. Esse uso do “gênero” é aspecto que a autora chama de procura de legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980. Em situação análoga, nos espaços e esferas públicas de poder, a adoção da terminologia gênero por parte do Estado, e, em alguns casos pelos próprios movimentos sociais, parece não desconstruir hierarquias de poder entre homens e mulheres, especialmente por anular a mulher como sujeito histórico legítimo, capaz de discutir, propor e executar ações e projetos no campo das políticas públicas.

Na experiência das mulheres do Território dos Cocais, as diferenças do gênero se confundem com desigualdades do gênero. Portanto, nessa realidade, o que é posto em jogo não é o respeito às diferenças, mas sim às desigualdades latentes e inerentes ao gênero. Especialmente, pela mulher ser tomada como a parte fragilizada e como única necessitada da

proteção do Estado, lá mesmo no seu lugar (privado), sem necessariamente criar as condições para sua emancipação e, mas do contrário, tendo na sua condição de subordinação, ambiente propício a manutenção das formas de desigualdade.

A persistência da normatização da desigualdade do gênero expressa nas diferenças entre projetos de homens e projetos das mulheres, dentro do Conselho Territorial, não permite consensuar os conflitos de interesses diferenciados entre grupos de mulheres e grupos cuja composição tem homens e mulheres, pois não reconhece as diferenças entre eles. A tentativa de consensuar ações e projetos através da criação dos espaços que possibilitem aos homens e mulheres livre acesso não conseguem, por si só, diluir as diferenças históricas que separam e hierarquizam as relações entre eles, de tal forma que as diferenças acumuladas eclodem nos momentos de disputa e conflito. Nas assembleias territoriais, durante a disputa pela aprovação dos projetos, ao evocar a identidade de mulher, as quebradeiras de coco babaçu ilustram como a história das mulheres não comporta no termo gênero.

Já no Comitê de Mulheres, a adoção do termo gênero está relacionada ao resgate da história de luta das mulheres na perspectiva de fortalecê-las enquanto sujeito de direito para posterior engajamento nos espaços cuja interação com o outro, masculino, possam ocorrer em condições menos desiguais.

Ainda dialogando com SCOTT (1995), o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. O gênero se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência daquele que o reivindica tem que parecer segura e fixa, fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar seu aspecto ameaça o sistema de organização do poder por inteiro.

No caso estudado pareceu mais simples ao governo criar espaços alternativos, em que as mulheres poderiam manifestar-se livremente, como é o caso do Comitê, do que fomentar o debate sobre desigualdades históricas de poder entre homens e mulheres dentro de espaços mistos, como é o caso do Conselho Territorial, tentando criar no Conselho ambiente de aparente ausência de conflito no que tange as diferenças entre homens e mulheres. No entanto, quando houve divergências quanto aos projetos produtivos destinados a um e outro apareceram às diferenças no tocante a reivindicação do poder que se materializaram na aprovação do projeto destinado as mulheres, pondo em cheque a referência fixa do masculino

como certo e coerente. Neste fluxo do poder, as mulheres são favorecidas pela regra que estabelece percentual de recurso para as minorias sociais.

Não diferentemente de outras realidades sociais, no Território dos Cocais, aquilo que vai sendo tomado como referente, seguro e fixo para as vidas humanas são os pressupostos básicos do masculino projetados nos espaços públicos de poder que, em geral, dão sustentação à dominação masculina em detrimento da inferiorização do ambiente privado, relacionado ao feminino, ou, aquela que se deixa dominar. Isso ocorre como se um e outro não habitassem, ou mesmo transitassem nos espaços destinados a cada um separadamente. Como construções político-sociais esta situação é explicitada no Conselho Territorial quando as mulheres ao ocuparem os cargos de direção, deixam entender que a questão não se resume à posição de um e outro nos cargos de hierarquia do poder, mas naquilo que é considerado como referente, seguro e fixo. As mulheres na direção do Conselho despertam desconfianças e incertezas nos demais membros do grupo, como o vivenciado por Inês, a primeira presidente do Conselho Territorial dos Cocais. “Os preconceitos que já sofri, as piadinhas que já ouvi me ajudaram a crescer, no início me abalei, mas depois isso me fortalece, a gente só precisa mostrar que a gente é capaz”, (Inês, ex-presidente do Conselho Territorial).

Embora tenha construído sua história de engajamento nas lutas sociais desde a juventude, quando participava das pastorais da igreja católica, do CEPES e do movimento sindical, tendo sido presidente do STTR de Esperantina, Inês ainda sofre discriminação quanto a capacidade e competência para assumir a presidência do Conselho.

Ao contrário do que poderia imaginar as mudanças ocorridas no cenário de implementação de políticas públicas com preocupações voltadas para as relações do gênero, no território, não é apenas consequência das ações, programas e projetos desenvolvidos pelo Estado, mesmo que em parceria com os movimentos sociais, mas também é fruto do longo e conflituoso processo em que grupos identitários se organizam e reivindicam reconhecimento. Esta prática, especialmente dos grupos identitários de mulheres, trouxe outros elementos para pensar as estruturas de poder que são tomadas como referência no território, pois, são as mulheres, até então invisíveis no cenário público, que despontam como lideranças que protagonizam processos de mudanças sociais que desconstruem desigualdades entre homens e mulheres, entre espaços públicos e privados.

Por se tratar de fatos e discussões inéditas, fica evidente que o governo ao usar o termo gênero na elaboração da política e promover eventos de discussão dessa temática nos territórios rurais não é suficiente para diluir os dilemas das diferenciações sociais do território,

pois, como já explicitado, tendem a serem artificialmente reduzidas às diferenças quantitativas na representação de homens e de mulheres, especialmente nos momentos de disputa por projetos produtivos do território, no conselho. Como a inserção das demandas de novos agentes sociais, tal como o MIQCB dentro do Conselho, não é respondida pelos projetos que em geral são ofertados pelo MDA para os agricultores familiares, isso expõe os limites dos projetos ofertados pelos governos para o ambiente rural, pois nem sempre atendem as especificidades do público beneficiário.

Sem procurar as origens (como surgiu essa discussão no território) ou quem melhor faz uso do termo gênero (se o movimento social ou o Estado), procuro compreendê-lo como processo que oportuniza a percepção de nuances que não poderiam ser percebidas isolando os sujeitos (homem/mulher) ou, isolando uma ou outra organização representativa. Devido a política ser um processo dinâmico, um intervém no outro constantemente e, some-se a isso o fato de que, quase sempre, são as mesmas mulheres que se fazem representar no Conselho, no MIQCB e no Comitê. Portanto a transitoriedade dos sujeitos sociais dentro da dinâmica interativa da política faz com que não haja mais espaços exclusivos para homens ou mulheres, sejam eles públicos ou privados.

Não há meios que faça negar o fato de no ambiente rural haver tendência a naturalização da mulher como “mãe de família” e, isso faz com que sua presença nos espaços públicos, como as plenárias do Conselho e do MIQCB, ainda sejam vista com desconfiança e como produtora de incertezas, pois remetem a situações de abandono da casa e, conseqüentemente, dos cuidados com o marido, às crianças e aos idosos. Quando indagadas sobre essas responsabilidades, as mulheres argumentam tratar-se de dificuldade concreta com a qual lidam cotidianamente, porém, não estabelecem como um obstáculo a sua participação nos espaços públicos de poder.

“[...] Ele não questiona. Eu não tive dificuldade nenhuma pra sair de casa, pra participar do movimento, porque no início eu não tinha filho, era só eu e ele. Ele não tinha como dizer não, porque eu me identifico com o movimento, eu gosto do que eu faço e eu não ia deixar o movimento. É muito importante participar do movimento, você aprende a conviver com pessoas diferentes (Francisca Nascimento, conhecida como Neném, representante do MIQCB-PI no Conselho, atual coordenadora geral do MIQCB Interestadual).

A fala de Neném expressa a caracterização do espaço naturalizado reservado às mulheres do território, cujo rompimento dos limites desses espaços ainda passa pela negociação da autoridade do marido.

Os estudos no campo do social e do político dão conta de que essa concepção de espaços restritos a mulher vai ficando em desuso, pois estudar a vida das mulheres é buscar cada vez mais sua inserção no protagonismo de sua inclusão social e política na história da humanidade. Ou seja, é necessário dar voz as mulheres para que as formas de comunicação estabelecidas com os homens, em realidades como esta, não sejam interpretadas como subordinação. Pois, conforme o testemunho de Inês, as relações entre homens e mulheres do rural tem tendência a se transformar em parceria.

Quando eu me elegi diretora do sindicato algumas pessoas levantaram desconfiança, porque tem aquela história de que a mulher quando começa a participar do sindicato trai o marido. Algumas vezes ele tinha que responder que tinha era certidão de casamento comigo e não nota fiscal. Depois disso ninguém se mete mais a besta de dizer nada comigo, mas com algumas colegas isso acontece. Mas algumas que fazem parte do coletivo de mulheres já vão para as atividades em Brasília, já fazem parte da diretoria das associações, já fazem parte da pastoral da criança, aí fazem muita viagem e participam das formações da pastoral e do sindicato, ou seja, a coisa ta mudando (Inês, ex-presidente do STTR de Esperantina, ex-presidente do Conselho Territorial).

Ao chamar atenção para esse processo de mudança, não estou negando que os relatos das quebradeiras de coco babaçu, ao ilustrarem as múltiplas pressões que as mulheres sofrem, devam ser desconsiderados. Pois, dessa forma é salutar que, para participar de determinado evento elas se desdobrem na antecipação das suas atividades do cotidiano como, cuidar da casa e do próprio trabalho. Mesmo assim, ao retornar precisam realizar todas as atividades acumuladas com sua ausência, tais como: lavar, passar, cozinhar, limpar, etc. “... o marido não reclama, mas também não colabora, porque acha que isso não é serviço de homem” (quebradeira de coco babaçu, que não quis se identificar, durante o encontro de 2014). Daquelas que rompem com a condição de aprisionamento do “lar”, diferentemente do que expressa a fala anterior, é comum ouvir relatos que as estigmatizam como depravadas, desrespeitosas, “do mundo”, ou seja, não dignas de ter bom marido. De forma geral, são situações que ilustram a heterogeneidade das diferenças e das desigualdades do gênero, da mesma forma que, dificultam fechar o sentido do significado de ser mulher.

Observando o Comitê de Mulheres e o próprio MIQCB, como espaços públicos de poder cuja composição é de mulheres não foi possível precisar, exatamente, o que seja “mulher”, o que não se faz necessário para saber que são sujeito social, que levam para o debate seus mais diversos marcadores identitários, que lutam por reconhecimento, por inclusão, por benefícios públicos, por melhoria de vida. A multiplicidade de identificações e interesses diferenciados ali representados, não permite tomá-las como portadoras de

identidade única, o que impossibilita que sejam tomadas pelo Estado como alvo passivo de procedimento de políticas padrão, capazes de atender aos interesses de todas indistintamente, como se não apresentassem diferenciações que extrapolam os limites dos papéis sociais estabelecidos para elas.

Judith BUTLER (2003), para problematizar a questão da “aparente ausência de conflito”, em torno do “ser mulher” argumenta que, paradoxalmente pode acontecer que somente mediante a liberação da categoria mulher de determinado referente fixo se torna possível algo parecido com “capacidade de agir” por parte dessa mulher. Pois, se o termo permite uma ressignificação, se o referente não é fixo, então se tornam possíveis as possibilidades de novas configurações. Para essa autora, o significado que fora dado como certo à mulher durante certo tempo e o que foi determinado como “referente” do termo, foi “fixado”, normalizado, imobilizado, paralisado em posições de exclusão ou subordinação. Com efeito, o significado foi fundido com o referente, de tal forma que o conjunto de significados foi levado a ser interpretado como inerente à natureza real das próprias mulheres. Refundir o referente com o significado e autorizar ou salvaguardar a categoria mulheres como lugar de ressignificações possíveis, para BUTLER (2003) e se estendendo para esta que é autora deste estudo, é expandir as possibilidades do que significa ser mulher. Nesse sentido, é dar condições para a manifestação da sua capacidade de agir. O que se configura como desafio constante das mulheres do território, por buscarem romper com os papéis sociais pré-determinados a elas, impedindo-as do exercício da autonomia para definir os espaços que querem ocupar, definir o que querem produzir, dentre outras questões.

Para radicalizar num processo de mudança mais profunda, no sentido de romper com um referente fixo, seria necessário radicalizar naquilo que BUTLER (2003) chamou de “desconstrução do sujeito”. Para esta, desconstruir não é negar ou descartar, mas pôr em questão e, o que talvez seja mais importante, abrir o termo, como sujeito, à reutilização e redistribuição que anteriormente não estavam autorizadas. Desconstruir o sujeito do feminismo não é, portanto, censurar sua utilização, mas, ao contrário, liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele o lugar onde significados não antecipados podem emergir.

Em minha compreensão as situações limitantes de tensão e conflito vivenciadas pelas mulheres, em especial as quebradeiras de coco babaçu, oportunizam rupturas com a fixidez associada ao termo mulher, pois as práticas, os procedimentos e as estratégias de atuação que adotam nos momentos de conflito, possibilitaram não somente a visibilidade delas, mas



também ilustram suas habilidades e capacidades de agir frente ao opressor, as motivações e atitudes para organizar o movimento, bem como articulação deste com outros movimentos sociais, e, ainda, na reivindicação de direitos. Demonstração de força até então invisibilizada pelas restrições de atuação limitada ao espaço da casa e da fixação de características como passividade e docilidade associada a elas.

Contudo concordo com BUTLER (2003), quando aponta as possibilidades de haver política sem que seja necessária a constituição de identidade fixa de sujeito social limitado a ser representado nos espaços públicos para que a política seja legitimada. Ou seja, as mulheres não precisariam ser vitimadas para tornarem-se sujeito de direitos, como ocorre com as extrativistas do babaçu. Respeitada essa máxima, as políticas públicas incorreriam em menos riscos de exclusões, pois não haveria a determinação de sujeito discriminado a ser perseguido pela inclusão social, como ocorre com as mulheres, os povos e comunidades tradicionais, dentre outros, no contexto atual do território. Embora os governos manifestem a intencionalidade de inclusão dos novos sujeitos sociais como público alvo para as políticas públicas, os espaços institucionalizados de poder, para definir tais políticas, transformaram-se em arena pública de disputa de interesses diferenciados. O que se observa é que no limite das tensões e conflitos provocados pelo surgimento de novas identidades culturais no Território dos Cocais, a solução apresentada pela PNDRSS, ao invés de reconhecer para incluir novos sujeitos de direito, inclui segregando os novos grupamentos sociais, pois promove o enquadramento dos novos sujeitos sociais dentro de categorias identitárias pré-estabelecidas.

Diferentemente do que propõe BUTLER (2003), quando sugere a liberação do termo “mulher” de referente fixo, a política do governo, de certa forma, aprisiona os sujeitos sociais em categorias mais amplas como, a de gênero (homem/mulher) e agricultor familiar, enquadrando os atores sociais em identificação única, como critério de inclusão para o recebimento de benefícios perante o Estado.

A partir desta constatação, não estou desconsiderando o contexto social geral em torno da implementação de políticas públicas, em que se encaixa a realidade empírica observada, pois no Brasil é recente, apenas a partir do século XXI, que a agenda de discussão sobre as diferenciações do gênero é articulada pelos chamados movimentos identitários. Tudo isso, devido as mobilizações de massa de grupos identitários, às pressões de agências internacionais que financiam ações e programas sociais e, pela ascensão de gestão de governos democráticos e populares ao poder. Pois essa temática vem sendo debatida nos grandes eventos nacionais e internacionais (tais como conferências, encontros, plenárias,

fóruns, manifestações de massa, entre outros). Estes têm criado plataformas de ações, programas e projetos, além de estabelecer teia de relações políticas que orientam tanto a ação do movimento feminista de mulheres como do próprio Estado na definição das políticas públicas. Portanto, trata-se de debate extenso, tenso e desafiador que envolve a compreensão geral de outras abordagens que deixarei para estudos futuros.

Para Marta Ferreira Santos FARAH (1998), a agenda de gênero, de acordo com as demandas por políticas públicas é constituída a partir dos anos 1970, integrada a agenda mais abrangente em torno da democratização e da noção de direitos, sendo formulada por determinado movimento de mulheres não unitário, mas que se diversifica, e, com isso abre-se para possibilidades de diálogo e parceria com o Estado em algumas ações voltadas especificamente para as mulheres, como já demonstrado. Assim, concordo com essa autora, quando se reporta ao final da década de 1980, referindo-se a agenda de reforma da ação do Estado, quando se redefine e se torna mais complexa, tornando, também, mais complexos os vínculos com a agenda do gênero.

Dentre muitas outras autoras que se dedicam a discussão dessa temática, ALVAREZ (1988) faz um alerta importante a ser considerado por quem, como eu, trabalha com políticas públicas. O alerta é no sentido de que é necessário fazer a distinção entre projetos, programas, políticas e processos que visem enriquecer a cidadania das mulheres em todas as suas dimensões. Pois, projetos e programas seriam aqueles que têm nítido começo, meio e fim, podendo, sem dúvida preencher papel importante no atendimento às necessidades mais imediatas e mais latentes das mulheres no aqui e agora.

O projeto, Mulheres e Autonomia, por exemplo, atendeu as demandas emergenciais de colaborar com a mobilização e o engajamento das mulheres nos espaços de tomada de decisão das políticas territoriais, bem como promoveu a divulgação e o acesso delas nas ações do MDA voltadas para o fortalecimento da cidadania das mulheres rurais. Porém a interrupção nas ações de continuidade comprometeu as mudanças estruturais que o fortalecimento da cidadania das mulheres poderia vir a provocar nas estruturas de poder do lugar, visto que as mulheres do Território dos Cocais, que se beneficiaram das ações deste projeto, adotavam posturas diferenciadas de enfrentamento as desigualdades no conselho, quando as questões relacionadas às demandas delas eram pautadas.

No caso do Comitê houve impacto na participação das mulheres com a interrupção das ações do projeto, pelas dificuldades que estas vêm enfrentando, no sentido de custear o deslocamento e a alimentação das participantes para que as reuniões e os encontros de

formação ocorram, (segundo as mulheres, são encontros importantes não só para qualificação dos projetos, mas principalmente para se fortalecerem politicamente). Esta questão também impacta a atuação de Claudina, atual presidente do Conselho Territorial, pois, conforme ela relata ocorre a dispersão das mulheres com tendência a lhe impor isolamento, fragilizando sua gestão.

Para ALVAREZ (1988), muitas vezes esses projetos e programas focalizados sofrem pela falta de continuidade – continuidade esta tanto de recursos humanos como materiais – e pelas mudanças na vontade política de determinadas administrações para atender às necessidades das mulheres, como o que vem ocorrendo com o referido projeto nestes últimos anos no Território dos Cocais, e com a estrutura de apoio disponibilizada pelo Governo Federal ao ambiente rural (como a extinção do MDA e todas as secretarias a ele vinculadas, em 2016).

Ainda com relação ao projeto Mulheres e Autonomia, suas interrupções nas ações desenvolvidas impossibilitam a execução do projeto de formação, capacitação, apoio a produção, promoção de incentivos ao consumo e a comercialização dos subprodutos do coco babaçu a partir das atividades do extrativismo sustentável das quebradeiras de coco babaçu do Território dos Cocais, nos municípios de Esperantina, Joca Marques, Madeiro e São João do Arraial.

Para a autora, falar em promover políticas implica, além da implementação de projetos de programas específicos, na necessidade de transformar as normas e práticas do Estado, em que os organismos institucionais e as próprias feministas estão muitas vezes envolvidos e conseqüentemente tem responsabilidades sobre os direcionamentos adotados. Significa trabalhar simultaneamente “dentro e contra”, ou na contracorrente do Estado e, isso requer, por sua vez, formular e implementar determinado processo político contínuo que não tenha começo, meio e fim. Requer, talvez, não só o que os cientistas políticos costumam chamar de “reengenharia institucional” criativa, mas também o que poderíamos chamar de “coreografia político cultural feminista”, a qual responde mais agilmente com mais jogo de cintura às mudanças na conjuntura, na vontade política dos governos, mesmo dos “governos amigos”; coreografia mais fluida e, no fundo, mais crítica e mais radical (ALVAREZ, 1998).

Nos termos que a autora descreve a questão não se resumiria a inserção da discussão sobre a temática do gênero nos espaços públicos de poder, maquiando os dilemas e possibilidades de abertura para novas questões que o tema pode fomentar, e que por muitas vezes é reduzida à representação paritária entre homens e mulheres em espaços de poder.

Como se este procedimento fosse suficiente para promoção do consenso e da igualdade entre os mesmos. Se tal premissa fosse verdadeiramente suficiente para superação das desigualdades entre homens e mulheres, não haveria conflitos de interesses diferenciados entre eles no CNDRSS em que a representação de conselheiros é paritária. Também não haveria conflitos no Conselho Territorial em que a maioria das representações dos grupos sociais do território é de mulheres, inclusive ocupando a presidência. O que deixa em aberto na política e como reflexão para seus operadores o desafio de enfrentar as diferenças como catalisadores de novas oportunidades de mudanças nas relações de poder.

Com esse registro não estou desqualificando a importância da conquista da representação paritária das mulheres nas esferas públicas de poder, mas chamando a atenção para a questão que, segundo GUEDES (1995), ao fazer o resgate da história de luta e conquistas dos movimentos sociais de mulheres nas últimas décadas, devemos considerar os avanços também, no debate acadêmico, político e social. Ou seja, além da representação paritária entre homens e mulheres nos espaços públicos de poder, que é constantemente lembrada pelos governos como avanço na superação da desigualdade de gênero, há outras conquistas relacionadas à visibilidade, a inserção, a participação e a representação da mulher como protagonista da história social brasileira que precisam ser potencializadas.

A visibilidade e o protagonismo das mulheres do Território dos Cocais é notório no Conselho, no Comitê e no próprio MIQCB e, isso necessariamente, não implica que elas neguem suas relações dentro dos espaços privados. Pois nenhuma das mulheres as quais entrevistei desconsiderou ou negou a forma como lidam com o espaço da casa, da mesma forma que não isolam ou distanciam sua atuação em casa da atuação no movimento, embora reconheçam que a superação da subordinação nos espaços privados seja mais lenta e desafiadora. De acordo com minha interpretação isso se deve a ameaça de violência física e simbólica que sofrem por parte dos maridos, como os casos relatados por dona Francisca Macedo que apresentei. Com isso, os conflitos de interesses, opinião e perspectivas diferenciadas entre homens e mulheres desestabilizam as relações de poder e extrapolam os limites do isolamento público/privado.

Notei que em seus discursos e nas práticas do cotidiano, ao reconhecerem ser parte vulnerável nas relações de poder, pela própria condição histórica de subordinação e opressão a qual estiveram sujeitas, as mulheres tornaram-se muito mais vigilantes com relação aos retrocessos que diferentes contextos sociais, políticos, econômicos e culturais de hoje podem provocar. No campo da “micropolítica” definida por GUATTARI (1996), como a maneira de

reproduzirmos (ou não) os modos de subjetivação dominante que ocorrem independentemente dos espaços em que estabelecemos relações sociais com os outros, as mulheres tem provocado rupturas na reprodução das relações de subordinação ao se organizarem e ocuparem cargos de destaque nas estruturas de poder, mesmo que implique em resistência e negação da parte do outro nos espaços colegiados.

Nesse aspecto, as contradições são inevitáveis e até certo ponto toleráveis dentro do próprio movimento, pois, num curto espaço de tempo, determinado grupo de comunidade tradicional como as quebradeiras de coco babaçu, vivenciou ação emancipadora, no sentido da visibilidade e da agregação de valor aos produtos e às atividades tradicionais oriundos do extrativismo do babaçu. Porém, não tem conseguido atingir com a mesma profundidade as questões relacionadas ao enfrentamento da violência sofrida por mulheres que militam no próprio MIQCB, assim como é limitada sua autonomia política em detrimento de pressões sofridas por “parceiros institucionais” que se utilizam do poder econômico que dispõem, como mecanismos de liderança falocrática, reacionária para sobrepor seus interesses (isto ocorreu com as extrativistas do babaçu quando foram impostos limites pela CONABE, para que acessassem as políticas públicas, especialmente o PAA), desconsiderando as dificuldades para lidar com a burocracia a qual as mulheres estão sujeitas na elaboração de projetos, dada a pouca escolarização que têm.

Porém, como a política é processo dinâmico, essas mulheres engajam-se em outras lutas sociais, tais como o combate à violência no campo desencadeada durante a “Marcha das Margaridas”, bem como vem consolidando parcerias com as universidades, no sentido de desenvolver tecnologias que legitimem as riquezas inerentes às atividades do extrativismo do babaçu, como a já citada parceria com a INEAGRO e o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

### ***3.2. Sistemas simbólicos de representação social e inclusão/exclusão de novas identidades sociais no Território dos Cocais-PI***

Segundo WOODWARD (2012), a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, nos posicionando como sujeitos sociais. É por meio dos significados produzidos pela representação que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. A partir desta constatação posso sugerir que a representação da mulher constituída dentro da dinâmica territorial, em especial a de quebradeira de coco babaçu, é estabelecida por determinado sistema simbólico cultural. Este,

por sua vez incluem, além dos significados atribuídos as atividades extrativas que desenvolvem, outros variados sistemas de representação simbólica através dos quais estabelecem relações.

Levando em conta as questões sobre o poder das representações e sobre como e porque alguns dos significados são preferidos pelas quebradeiras de coco relativamente a outros, dependendo do contexto social onde estejam, utilizo os argumentos de WOODWARD (2012), para dizer que todas as práticas de significação, inclusive aquelas que envolvem as atividades rotineiras tais como, as do extrativismo do babaçu, produzem significados e envolvem relações de poder.

Ao longo do tempo foram as atividades do extrativismo, desenvolvidas basicamente por estas mulheres, que dão sentido as várias experiências, conquistas e desafios que enfrentaram, o que torna possível compreender porque a identificação de quebradeira de coco babaçu destaca-se perante outras identificações manifestas, como a de mãe (esposa), dona de casa, artesã, costureira, bordadeira, agricultora, assentada, etc. Estas mulheres são mobilizadas pela gama de possibilidades que as atividades do extrativismo do babaçu de forma geral oferecem, e, isto inclui, também, relações culturais/políticas/sociais que estabelecem e os benefícios que acessam a partir destas relações.

Como argumenta RUTHERFORD *apud* WOODWARD (2012), a identidade das mulheres vai sendo marcada pelo encontro do passado com as relações sociais, culturais e econômicas as quais estão vivenciando no agora, num processo dinâmico, cuja fixidez dentro de um só termo não seria possível. A identidade torna-se a intersecção das vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação as quais podem, ou não, estar sujeitas. As atividades do extrativismo do babaçu são transversais à vida dessas mulheres e possibilitou que as experiências vivenciadas por elas fossem, gradativamente, conduzindo-as à identidade coletiva representada pelo MIQCB.

Joan SCOTT (1999), em seu artigo sobre “O enigma da igualdade”, argumenta que as identidades de grupo são aspectos inevitáveis da vida social e da vida política, e as duas são interconectadas porque as diferenças de grupo se tornam visíveis, salientes e problemáticas em contextos políticos específicos. É no momento em que exclusões são legitimadas por diferenças de grupo, quando hierarquias econômicas e sociais passam a favorecer certos grupos em detrimento de outros, e, quando um conjunto de características biológicas, religiosas ou étnicas e culturais é valorizado em relação a outros que a tensão entre indivíduos e grupos emerge. Neste momento, indivíduos para os quais as identidades de grupo eram

simplesmente dimensões de individualidade multifacetada descobrem-se totalmente determinados por um único elemento que pode ser de identidade religiosa, étnica, racial ou de gênero.

Para SCOTT (1999), um processo de elevado senso de identificação que surge com a redução de um indivíduo a determinada categoria pode ser, ao mesmo tempo, devastador e embriagador. Em seus depoimentos, as quebradeiras de coco babaçu expressam satisfação pessoal com a identidade coletiva, por pertencerem a movimento de luta, lugar de encontro com semelhanças, apoio e solidariedade. As identidades coletivas são formas inescapáveis de identificação que surge do processo de organização social politizado, tanto pela discriminação que sofrem como pelos protestos contra a própria discriminação, pois se trata do meio através do qual e contra o qual as identidades individuais são articuladas (SCOTT, 1999).

SCOTT (1999) trata o protesto contra discriminação, tanto na recusa quanto na aceitação das identidades de grupo sobre as quais ela está baseada, em termos de paradoxos. De modo que as demandas pela igualdade necessariamente evocam e repudiam as diferenças que, num primeiro momento não permitiram a igualdade. No caso estudado, o Estado evoca comunidades pobres do ambiente rural lhes conferindo a identidade de comunidades tradicionais, o que é aceito pelas mesmas como forma de serem incluídos como público alvo nas políticas públicas, embora essas sejam as mesmas motivações repudiadas pelos movimentos de resistência que lutam contra essa condição de exclusão.

No Comitê de Mulheres há a articulação de diferentes grupos identitários de mulheres, porém a identidade coletiva de maior visibilidade junto aos movimentos sociais e as esferas de governo são as extrativistas do babaçu. É a condição de exclusão e invisibilidade em que viviam, que vai lhes conferindo prestígio dentro dos espaços e esferas públicas de poder. O sistema simbólico de representação destas mulheres dentro do Conselho e do Comitê comporta o componente que as discrimina - ser mulher e pertencer a comunidade tradicional - da mesma forma que é o componente através do qual montam estratégias para ter visibilidade, reconhecimento e conquistar benefícios públicos. A experiência de auto-organização do MIQCB e da CIMQCB, bem como a valorização dos subprodutos na cadeia produtiva do babaçu são reflexos das formas de enfrentamento a discriminação e a subordinação as quais estão sujeitas.

Os discursos em torno do acesso a terra e da preservação ambiental, também somam para o fortalecimento do sistema simbólico de representação dessas mulheres, por lhes

oportunizar romper os limites da geografia do Território, ampliando relações com outros grupos no cenário nacional e internacional. Isto implicou na abertura de novos espaços e diálogos, nos quais estas podem se posicionar e reafirmar sua identidade numa dimensão que valoriza as atividades do extrativismo.

“[...] eu sou uma quebradeira de coco e essa é a minha identificação [...] então quando eu vou pra essas assembleias, eventos mundo a fora, eu vou pra defender as quebradeiras de coco [...] La fora, até que a gente é vista e valorizada.” (Neném, coordenadora interestadual do MIQCB, 2015).

A convicção que elas demonstram ao ressaltar sua identidade, tal como reafirmado na fala da coordenadora interestadual do MIQCB-PI são, também, por vezes, atravessadas pelos limites de regras institucionais estabelecidos nas esferas públicas como, o Conselho Territorial. Pois, para definir ações e projetos territoriais, nem sempre os conselheiros orientam-se pelas especificidades que cada grupo distintamente pode vir a apresentar. Em geral são orientações que priorizam como público alvo categorias mais amplas como a de agricultor familiar, numa tentativa de universalização das diversas identidades dentro de uma só categoria, o que promoveria o consenso. No território, por vezes, um sistema simbólico de representação social, dependendo do espaço onde se manifeste, pode significar reconhecimento e inclusão, porém, merece reflexão os custos que tal inclusão pode provocar às identidades e ao seu sistema simbólico de representação no grupo, visto que a este podem ser impostos sanções quanto ao que pode, ou não, ter visibilidade.

O reconhecimento de identidades coletivas, como a de quebradeira de coco babaçu, por exemplo, podem, ainda, estar sob ameaça de serem absorvidas por categorias mais amplas, como a de ser mulher, o que comprometeria ações e projetos de enfrentamento as desigualdades específicas sofrida por elas.

### ***3.3. As imbricações da diferença e da desigualdade do gênero nos espaços públicos de poder do Território dos Cocais-PI***

Utilizando-me dos argumentos teóricos de FOUCAULT (1993), especialmente na discussão sobre a microfísica do poder, analiso o Conselho, o MIQCB e o Comitê de Mulheres e, também os compreendo, não apenas enquanto espaços e esferas públicas de representação do poder centrados no enunciado da lei e no funcionamento da interdição com modos de dominação, submissão e sujeição que se reduzem a efeitos de obediência. Pois, são



instâncias de poder que não se baseiam apenas no modelo essencialmente jurídico. Para sustentar esse argumento relembro que as mulheres não estão representadas nos referidos espaços apenas por força de regras estabelecidas e normatizadas por estas mesmas instituições, mas por uma escolha que racionaliza os efeitos de representação do grupo e de seus interesses nesses espaços que, no geral, detém poder de definir ações e projetos que interferem diretamente sobre suas vidas.

Como procurei demonstrar no segundo capítulo, o Conselho, o MIQCB e o Comitê são instituições que surgiram com objetivos diferenciados. Ao que constatei têm boa aceitação na sociedade e beneficiam-se de uma série de alianças táticas (principalmente na relação entre governos e movimento social) para permanecerem atuantes, pois se apresentam como instâncias de delimitação de ordem, de representação identitárias, de distribuição do poder de acordo com as hierarquias estabelecidas na dinâmica do próprio Território.

Para teóricos como Michel FOUCAULT (1993), instituições nesses moldes não representam apenas grande edifício jurídico da lei, mas tal é a linguagem do poder e tal é a representação de si mesmo, que expressam as diversas formas de manifestação dos grupos sociais bem como sua aceitabilidade pela sociedade. Nesse sentido, o poder não estaria restrito as relações institucionais, mas atravessaria a teia das relações estabelecidas pelos sujeitos sociais no interior da sociedade.

Quando indagados sobre as instâncias colegiadas de poder no território, representantes institucionais dos governos reconhecem o trabalho de mobilização e organização dos agentes sociais em torno da proposição de políticas públicas, tanto por parte do MIQCB, como do Comitê e Conselho. Em geral, estes não são tratados como instâncias de poder opositoras, mas como espaços em que demandas de projetos são debatidas e qualificadas. Os Comitês Temáticos, tal como o de mulheres, são espaços em que temas específicos (como o de relações do gênero) são debatidos e aprofundados, o que aparece na forma de orientações e sugestões de projetos no Conselho.

A fala da representante do MDA durante a assembleia territorial de 2014 é reflexo não só do reconhecimento das “forças vivas” que se fazem representar de forma interventiva no território, mas também é uma forma de expressar que a proposição do governo em torno do incentivo à democratização do poder nesses espaços, tem avançado na medida em que se ampliam os agentes definidores das políticas.

“Nos Cocais temos o Conselho Territorial e o MQCB que expressam bem como é esse trabalho de mobilização, proposição e de monitoramento das políticas públicas.

Esperamos que as articulações do Comitê não se fragilizem, com o fim do convênio com o CF8 [...] Lá o movimentos de mulheres é bem articulado [...] Esse trabalho faz com que despontem e conquistem respeito, inclusive no cenário nacional” (Meirian Noronha, MDA/SDT, durante a assembleia territorial de 2014).

Mesmo tomando esses espaços como referência para perceber as diferenças e as desigualdades do gênero tenho a consciência de que, as questões das relações de poder não se restringem a estes, sejam, ou, não sejam eles, democráticos e representativos. Como argumenta FOUCAULT (1993), para escapar as representações jurídicas e negativas às quais, no geral são direcionadas posições hierarquizadas de poder, procurei não pensar o poder exercido pelas mulheres no interior do território como sendo concedido pelo Estado, representado em cargos ou mandatos eletivos. Mas, tentei demonstrar o concatenamento das ideias, das práticas, dos valores e das tradições presentes em toda a dinâmica de vida das mulheres, chamando a atenção, especialmente, para os momentos em que se encontravam ameaçadas nos seus direitos, bem como na sua vida cotidiana.

De forma geral, por si só, os elementos que trago da experiência vivenciada no Território dos Cocais, por mais simples que possa parecer o fato das mulheres ocuparem os cargos de direção nos espaços públicos de poder, cuja maioria tradicionalmente era ocupada por homens, já me possibilitou reflexão sobre os elementos constitutivos do privado que podem intervir e mediar situações nos espaços públicos, pois as mulheres testemunharam que não deixam de ser mãe, dona de casa, quebradeira de coco, por assumirem um cargo de direção em espaços públicos de poder. Daí, fui desconstruindo a ideia de separação entre eles como se apenas nos espaços públicos fossem notórias as relações hierarquizadas de poder e no outro (privado) estas não existissem ou, fossem tomadas como natural.

Segundo as próprias mulheres, ocupar cargos de direção nos espaços públicos de poder, aparece muito mais como consequência e não como fim em si mesmo estabelecido por elas. Mesmo despertando desconfiança, as mulheres não se negam a ocupar os cargos de direção, embora, com essa atitude passem a serem monitoradas por sistema de vigilância e punição quanto aos sucessos e fracassos nas responsabilidades que assume.

[...] Com todas as dificuldades, mesmo assim você consegue encaminhar 99% das políticas para o território, mas se você descuida de uma, você será lembrada por aquilo que você não conseguiu, pelo fracasso das mulheres. “Ah! Tá vendo? As mulheres não fizeram nada!” (Maria Inês, ex-presidente do STTR de Esperantina, ex-presidente do Conselho Territorial).

Reconheço que nos espaços públicos como, o MIQCB, o Conselho e o Comitê, a

organização das relações de poder, mesmo que em proporções diferenciadas, apontam para a existência de intencionalidade de reduzir as desigualdades entre homens e mulheres. Minimamente o protagonismo de lideranças femininas nestes espaços colabora para vincular a imagem das mulheres aos espaços públicos. Isso ocorre não somente pelo fato dos cargos de direção serem ocupados por elas, mas principalmente por ver manifesta as habilidades e as capacidades interventivas destas nos espaços de poder cuja visibilidade é ampliada.

Não interpreto as diferenciações que percebi entre as demandas de projeto dos grupos de mulheres e grupos mistos, como sendo obrigatoriamente relações de desigualdade, mas as compreendo como diferentes. Da mesma forma que não interpreto as práticas das mulheres na cadeia produtiva do babaçu como reduzidas a questão de sobrevivência, mas como estratégia na busca por reconhecimento e valorização da cultura e do saber que elas detêm pois, quando falam, reafirmam aquilo que fazem, da mesma forma que reforçam aquilo que são.

“... não estamos aqui apenas para dizer que existem coisas de homens e coisas de mulheres, mas para dizer que existem coisas de mulheres, que são diferentes [...], nós trabalha, nós produz [...], nós faz coisa [...]” (Quebradeira de Coco Babaçu, durante a assembleia de definição do PROINF/2012).

O fazer “coisas diferentes”, necessariamente, não implica estar em posições de superioridade ou inferioridade, mas que, o que fazem precisa ser visibilizado e valorizado como diferente, configurando desafio tanto para o Estado, pois requer mudanças na estrutura da política, como para os movimentos sociais, pois requer mudanças nas formas de reconhecimento do protagonismo das mulheres, afinal, estas demonstraram a necessidade de organização do movimento por não se perceberem nos sindicatos, igrejas e associações, já organizadas no território.

Ainda dialogando com FOUCAULT (1993), considero que as desigualdades nas relações de poder no território podem ser reconhecidas em discursos reproduzidos no interior das instâncias de produção e reprodução das relações de poder, como as apresentadas neste trabalho, pois, embora não tenham função repressiva são instâncias protagonistas e promotoras, ou não, de transformações sociais.

Teoricamente, o Conselho Territorial dos Cocais, como já relatado anteriormente é unidade de planejamento da ação governamental que visa à promoção do desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população do Estado do Piauí, através da democratização dos programas, das ações e da regionalização do orçamento, como já apresentado (Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007). Com a

lei, o governo pretende alcançar a heterogeneidade de representações dos grupos sociais no poder de decisão das políticas para os territórios. No que tange as questões da persistência das desigualdades do gênero, no Conselho Territorial, as mulheres que ocupam cargos de direção, como a presidência e a secretária, reconhecem que estes são espaços importantes para conquistar visibilidade e respeito enquanto sujeitos hábeis para lidar com as tensões inerentes às relações de poder nesse espaço.

“[...] Aqui no conselho as tarefas são bem divididas, há um respeito das companheiras por parte dos companheiros, são mulheres que já estão na luta há bastante tempo [...] já teve a Inês presidente, agora a Claudina [...] tem que respeitar o trabalho das companheiras, porque são mulheres de luta” (Daluz, coordenadora do CEEA, durante a assembleia territorial, no município de Batalha-PI, 2014).

Obviamente a constatação desse fato, dada pelo depoimento acima, não é por si só garantias de exercício de poder dentro do Conselho por parte das mulheres. A própria Inês, no seu depoimento (relatado anteriormente), quando estava na presidência do Conselho reconheceu ter sofrido preconceito por ser mulher.

Como já argumentado, percebi que há, por parte das mulheres que transitam pelo Conselho, interesses latentes por reconhecimento de seus esforços para mediar conflitos e encaminhar demandas, tal como argumenta a Coordenadora Interestadual do MIQCB, representante do movimento no Conselho Territorial. A questão é que esse procedimento pode, por vezes, reduzir ou potencializar as desigualdades do gênero, pelos riscos delas serem estigmatizadas, bem como excluídas do processo e, portanto, desprovidas da capacidade de exercer o poder.

“[...] No Conselho a principal discussão são os projetos, os recursos do PROINF, e lá a gente vai disputar, além dos espaços, os recursos para nossos projetos [...], respeitando o que os colegas querem também. Ninguém quer o mal de ninguém, mas apenas ser respeitada.” (Neném, MIQCB-PI, representante das quebradeiras de coco babaçu no Conselho).

Em geral, no Conselho, adotam postura reivindicativa das questões consideradas emergenciais sem ter as condições de refletir sobre o que motivou ou, as sujeitou a estarem em situação de vulnerabilidade. Já no MIQCB, grupo organizado que, intencionalmente, se ocupa em discutir e mudar a "condição feminina", as mulheres são mais reflexivas quanto a condição de subordinação, pois, ocupem todos os cargos de direção e conselho fiscal, como enaltece dona Maria do Socorro MIQCB-TO (durante o congresso de eleição da nova direção, em 2014, na FETAEMA de São Luís/MA). “[...] aqui quem manda é as mulheres, mas não

temos problemas com os homens não [...]”. Assim, no MIQCB, as tensões das relações de poder são deslocadas da polaridade das diferenciações e das desigualdades do gênero para outros marcadores identitários como, o lugar de pertença, o produto que fabricam, etc.. Durante a eleição para coordenação do movimento houve disputa para coordenação geral entre uma quebradeira de coco babaçu do Maranhão e outra do Piauí, acirrando as disputas entre os grupos destes estados. Porém, o formato de coordenação colegiada do MIQCB, em que são representadas todas as regionais dos quatro (4) estados onde o movimento atua, contribuiu para que a distribuição das responsabilidades e trabalhos perante o movimento não fossem centralizadas na figura de uma só mulher, o que amortiza as disputas internas por cargos.

#### ***3.4. Limites e possibilidades para interseccionalidade do gênero no Território dos Cocais-PI***

Através da manifestação identitária das quebradeiras de coco babaçu tornam-se visíveis questões relacionadas à subordinação, desigualdade e à violência do gênero sofrida pelas mulheres. Para as organizações do governo isso significa trata-las como sujeitos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade social<sup>56</sup>. Para o movimento social, isso implica em conflitos sociais que mobilizam e organizam grupos sociais na defesa do reconhecimento e garantias de direitos no campo das políticas públicas.

Para autoras como CRENSHAW (2002), a extensão total da vulnerabilidade interseccional das mulheres ainda permanece desconhecida e pouco fomentada no debate público. Exemplo concreto é a experiência das mulheres do Território dos Cocais, pois arrisco-me a dizer que são, até certo ponto, negadas. Quando o governo fomenta o debate sobre políticas públicas polariza as questões conflitantes em torno das diferenças entre poder público e sociedade civil, quando muito, nas desigualdades do gênero (homens e mulheres), e não na vulnerabilidade que os diferentes grupos sociais representados nos espaços públicos de poder podem acumular, como as mulheres extrativistas do babaçu. Portanto, concordo com CRENSHAW (2002), quando chama a atenção para a necessidade de dar visibilidade a extensão total da vulnerabilidade interseccional das mulheres, começando a partir do zero. Para esta, as garantias de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da

---

<sup>56</sup>Vulnerabilidade social compreendida no sentido sociológico que designa os grupos sociais e os locais dentro de uma sociedade que são marginalizados, aqueles que estão excluídos dos benefícios e direitos que todos deveriam ter dentro de um mundo civilizado. Refere-se então a condição em que se encontram as classes mais pobres e menos favorecidas da sociedade.

proteção dos direitos humanos baseados no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com determinada gama de outras identidades e, ao modo pelo qual essas intersecções se somam para aumentar a vulnerabilidade de diferentes grupos de mulheres.

Particularmente testemunhei as dificuldades inerentes ao reconhecimento da extensão da vulnerabilidade interseccional das mulheres quebradeiras de coco babaçu quando observei as mobilizações e as articulações dentro do Território dos Cocais. Em sua luta pelo “livre acesso aos babaçuais”, essas mulheres acionam marcações identitárias de acordo com os diferentes espaços em que estabelecem relações. Essas marcações, por vezes são consideradas ou não, produzindo, ou não, efeitos sobre seus interlocutores. No Conselho Territorial, não são reconhecidas por serem negras, analfabetas, idosas, ou mesmo, quebradeiras de coco babaçu, mas pela diferença do gênero/mulher, anulando, do ponto de vista da categorização da política, outras marcações e não interseccionando uma e outra.

Em princípio, quando estão no Conselho, não diferentemente de outras mulheres, as quebradeiras de coco babaçu são identificadas como agricultoras familiares. No limite, nesse campo de forças, não há permissão para que essas mulheres acionem outros marcadores de diferenciação social como, a raça, a geração, etnia etc. Em nenhum dos eventos observados ouvi mulheres, ou mesmo homens, proferirem discursos em defesa de alguma ação ou projeto evocando identidades que fizessem referência direta a cor, tais como: “nós as mulheres negras”; ou a geração: “nós, mulheres idosas ou jovens”, etc. No geral, os discursos fazem referência a categorias convencionais de agricultora familiar. De certa forma são falas que reforçam a orientação do governo para universalizar a todos dentro da categoria de “agricultor familiar”, como é prevista nas ações e projetos dentro da estratégia de desenvolvimento territorial. Em detrimento do recebimento dos benefícios públicos, os sujeitos sociais do lugar terminam por internalizar essa forma de identificação, porém, como já argumentei anteriormente, há marcadores de diferenças que inevitavelmente são evocados para que grupos identitários distintos tenham garantias de direitos, como foi o caso das mulheres extrativistas.

Para CRENSHAW (2002), uma das razões pelas quais a interseccionalidade se constitui em desafio é que ela pode colaborar para a percepção das diferenças e a desigualdade que ela pode produzir dentro da própria diferença e, não negá-la. Como o Conselho é a esfera pública de poder articulada e normatizada a partir da lei do Planejamento Participativo e da PNDRSS, nem sempre preveem que grupos minoritários distintos acionem

outros marcadores de diferenciação além dos estabelecidos na própria política. Pois o reconhecimento de identidades sociais que não estão previamente previstas na lei, incorreria em instabilidade no produto final das ações, projetos, programas e seus orçamentos já previamente definidos. Quando isso ocorre há discrepância entre o que as mulheres vivenciam na prática e, o tipo de proposição que a política pública prevê para enfrentar as desigualdades referentes a elas. No geral, pela própria condição de vulnerabilidade em que se encontram, são as mulheres que transformam suas formas de identificação a fim de garantir o recebimento do benefício público, e não a política que abre possibilidades para inserção de novos grupos identitários. Para que isto ocorra é necessário que os grupos identitários excluídos percorram um longo processo de mobilização, organização e luta por reconhecimento.

Na leitura de KIMBERLÉ CRENSHAW (2002), chama a atenção o fato de haver determinada visão tradicional da discriminação, atuando no sentido de excluir as sobreposições de discriminação racial. Assim, a autora propõe que a interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e, entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos, além de incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos.

Vejo que no Conselho, isoladamente, os diversos grupos sociais demandam suas questões específicas e sentem-se frustrados pelo seu não reconhecimento. Isso, quando não são sufocados pelo discurso unificador do Estado que sintetiza as diferenças argumentando que, o que está em jogo é o sucesso ou o fracasso da agricultura familiar. Esse procedimento aciona a solidariedade quanto ao enfrentamento de desigualdades partilhadas por aqueles que pertencem ao mesmo lugar (ou seja, todos são do ambiente rural), porém esta mesma solidariedade parece não sensibilizar os conselheiros quanto à discriminação racial, cujo debate não é explicitado nas plenárias, pois não presenciei situações de conflito, cujos enfrentamentos fossem explicitamente deflagrados pela diferença de cor. O que reforça a visão tradicional no sentido de excluir a sobreposição de discriminação racial, visto que das mulheres entrevistadas, oito (08) identificam-se como negras, o que poderia polarizar a discussão, pois estão diferentemente posicionadas nos espaços de poder.

Nesse espaço, as diferenças, ao mesmo tempo em que são instigadas a se manifestar são também controladas dentro da matriz que é comum a todos. Ou seja, as demandas de grupos particulares são fomentadas, mas muitas vezes são adiadas em detrimento da suposta identidade coletiva. O que faz com que grupos originalmente antagônicos entre si (como as

prefeituras, câmaras municipais e movimentos sociais, que disputam o poder local) passem a optar por fazer parte da mesma articulação, tendo em vista o fato contingente de se ter um inimigo comum entre os próprios inimigos. Nesse caso específico seria o isolamento do território rural, ou seu completo abandono por parte da PNDRSS. Evidencia-se, portanto, a identificação com o “nós somos do rural”, que aparece na fala das representações do poder público e da sociedade civil.

No Comitê de Mulheres é mais comum a percepção das diferenças com relação a identificação de cor, geração e lugar de pertencimento. Pois a orientação metodológica utilizada pelo CF8 durante os encontros do Comitê de Mulheres incentiva as mulheres a manifestarem aquilo com o qual se identificam ao longo de suas vidas. Isso faz com que seja externalizada, na reconstrução da história de desigualdade das mulheres, as combinações de diferentes formas de vulnerabilidade que se somam para excluí-las socialmente. Essa dinâmica metodológica de reflexão a partir da reconstrução da história de vida das mulheres permite que partilhem nos grupos de trabalho (através da construção da linha do tempo) as especificidades com as quais cada grupo de mulher (assentada, extrativistas, sindicalistas, dentre outras) vivencia no campo da ação coletiva. O que faz com que a teia de ligação entre elas seja estreitada e fortalecida por laços de solidariedade despertados com as identificações de indicadores de vulnerabilidade social partilhados por elas, tais como, a discriminação racial, subordinação e dominação masculina e, em alguns casos, violência. Portanto, não é difícil compreender porque mulheres de grupos diferentes apoiam as propostas de projetos uma das outras, como o apoio recebido pelas quebradeiras de coco no Conselho.

No MIQCB, embora a categoria geral de quebradeira de coco babaçu identifique e dê visibilidade às mulheres, observo que é comum que pautem suas reivindicações, inquietações e sentimentos, acionando várias outras marcações identitárias como, raça e geração, ou mesmo identificações com o fato de serem mãe, esposa e militarem em vários outros movimentos, com os quais também se identificam. Ao contrário do que poderia imaginar essa prática não enfraquece ou esvazia o movimento, ou, a própria identidade de quebradeira de coco babaçu, mas ao contrário, não só cria como fortalece as articulações em torno de questões mais amplas, como a defesa do meio ambiente e o combate à violência contra mulher. Porém, internamente nos eventos que observei é intrigante que estas outras formas de identificação não sejam polemizadas a tal ponto de criar instabilidades ou novas outras oportunidades de articulação para o movimento, deixando em aberto a compreensão dos tipos de deslocamentos que ocorrem ou a discriminação que sofrem no próprio movimento. Para



KIMBERLÉ CRENSHAW (2002), o desafio seria como enfrentar o duplo problema da discriminação em si e a invisibilidade dessa discriminação dentro dos movimentos políticos e das políticas intervencionistas.

As impressões que tive, ao conversar com algumas lideranças e observar a condução da discussão das ações e projetos no MIQCB é que, embora nem todas as mulheres que fazem parte do movimento e, que passam por um processo de formação (que segundo dona Toinha do MIQCB-MA é constante) estejam na condição de fazer reflexão sobre a existência de outros marcadores de diferenciação social que afetam suas vidas e que, portanto, mereceriam ser consideradas quando da discussão política do movimento. O MIQCB desenvolve ações como, o Projeto “PINDOVA”, demonstrando as preocupações que elas tem com relação as gerações futuras (filhos e filhas das quebradeiras de coco), muito embora as conexões com relação a interseccionalidade da discriminação geracional não estejam explicitadas nas metas do projeto. O projeto é uma estratégia de enfrentamento aos discursos dos pecuaristas, que não só inviabilizam as atividades do extrativismo com o cercamento da terra, como também acusam os governos de fazerem altos investimentos em povos e populações que, segundo estes, estariam em extinção. O que posiciona o projeto como instrumento de enfrentamento ao preconceito de geração e etnia.

De modo geral, a PNDRSS trabalha com várias ideias e imagens (figura 08) na divulgação das políticas públicas para as mulheres do rural que acabam refletindo a interseccionalidade entre raça, gênero e geração, o que caracteriza o reconhecimento do problema, por parte do governo, como ilustrado na imagem abaixo.

Figura 08: ilustração dos cartazes de divulgação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR.



Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2015).

Porém, as ações de enfrentamento às desigualdades sociais oriundas destes marcadores de diferenciação social (como o PNDTR), não refletem esta preocupação. O tratamento dispensado às mulheres é linear, afinal todas são agricultoras familiares, ou seja, as formas diferenciadas como as mulheres são afetadas por estas marcações não é considerada. O que conluo, chamando a atenção para a questão das intersecções que ocorrem entre uma identificação e outra, a depender do ambiente onde o sujeito esteja posicionado, por serem negociadas, no sentido da construção de consenso que nega os conflitos provocados pelas desigualdades ou, simplesmente são negadas.

### *3.5. As identidades territoriais e seus múltiplos apelos*

As identidades que se manifestam no território são fugidias, instáveis e tem múltiplos apelos, de forma que um mesmo sujeito pode ser percebido e atravessado por múltiplos e diferentes marcadores de diferenciação social com os quais se identifica.

Retomo o pensamento de HALL (2011), por compreender que o estudo apresentado está relacionado a questões de reflexões mais amplas sobre rupturas provocadas em pensamentos fechados. Que por sua vez tomam a identidade dentro de determinada matriz dicotomizada chamada pelo autor de, "crise de identidade", que faz parte do processo mais

amplo de mudança, deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos a ancoragem estável no mundo social. O argumento de HALL (2011) abordado também, por Kathryn WOODWARD (2012) e que me interessa se desenvolve da seguinte forma. Determinado tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também, mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Essa perda de "sentido de si" estável é chamada de deslocamento ou descentração do sujeito.

Em sentido complementar, em LACLAU (2011), esse deslocamento ocorre quando a sólida estrutura de identificação não consegue processar e semantizar algo novo, que lhe foge à significação anterior. O deslocamento é, portanto, o encontro com o real, o momento em que o discurso apresenta o seu limite de sentido, não tendo os termos que possam traduzir o que está ocorrendo dentro do novo processo. Nos termos sociopolíticos, a estrutura deslocada é aquela que experimenta um momento de crise, um momento em que ela é posta radicalmente em xeque. O deslocamento é anterior, é externo à significação, portanto, externo ao antagonismo; é uma experiência traumática que desajusta a estrutura, a qual precisa ser recomposta a partir de novos processos de significação. Assim, estamos falando de processos de significação que tentam substituir outros processos de significação, tendo em vista a falha estrutural provocada pelo deslocamento, ou seja, justamente pela impossibilidade de significação.

Fazendo reflexão a partir da realidade do território destaco os deslocamentos de sentido que ocorreram em pelo menos dois momentos distintos, mas não isoladamente, se complementando e se atravessando mutuamente dentro da dinâmica do processo. O primeiro está relacionado ao fato da maior instância de poder do território ser presidida por mulher, bem como serem as mulheres a maioria em sua composição, simbolicamente, esse fato, ilustra a mobilidade das mulheres nos espaços públicos e privado e desmistifica a máxima de que o poder estaria centrado na figura masculina do homem. Não posso reduzir o sentido real desse fato à desqualificação dessa esfera pública de poder (como o querem alguns prefeitos que se sentem ameaçados no seu poder de mando e com isso tentam esvaziar as assembleias do conselho para negociar ações e projetos diretamente com os poderes executivos estadual e federal, de acordo com seus interesses particulares), nem tão pouco ao discurso de que,

mesmo sendo maioria e ocupando o cargo de direção, não são as mulheres que mandam. Pois, vejo que são novas formas de relação de poder e de identificação dos sujeitos para as quais ainda não conseguimos produzir o sentido capaz de expressar o real.

O segundo deslocamento diz respeito a transitoriedade das identificações das mulheres, que ocorrem de acordo com os espaços em que estão diferentemente posicionadas. Não tomo esse movimento constante como experiência traumática para as mulheres. Não se prenderem a identificações fixas é uma experiência que desajusta as estruturas de significados passando a exigir inovações nos processos de produção dos dos mesmos.

Em uma e outra, a estrutura de sentido que sustentava e dava ancoragem aos procedimentos adotados e normatizados, ou seja, reconhecíveis e aceitos socialmente no território, parecem não comportar o real. Dessa forma, não conseguem traduzir novas formas de organização do poder que colocam o sistema vigente em crise.

O duplo deslocamento – descentração dos indivíduos, tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui a "crise de identidade" para o indivíduo. Como observa o crítico cultural, Kobena Mercer *apud* HALL (1990): "... a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza". Para HALL (2011), esse deslocamento oportuniza o surgimento de diversos grupos étnico/raciais, que passam a ser reconhecidos e inseridos na pauta do debate público por estarem organizados em novos movimentos sociais identitários.

Segundo HALL (1987), na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam somos confrontados com a multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente – como é característico das extrativistas do babaçu.

Reforçando o que já argumentei utilizando HALL (1987), para WOODWARD (2012), as identidades são fabricadas por meio das marcações da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação, quanto por meio de formas de exclusão social. Neste sentido, a identidade não é o oposto da diferença: a identidade depende das diferenças. A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições. A marcação da diferença é assim, a componente chave em qualquer sistema de classificação. A questão é que, no ambiente do território e nas políticas públicas voltadas para o ambiente rural, o reconhecimento das diferenças, que se manifestam em identidades historicamente excluídas,

necessariamente não tem significado que estas tenham produzido inovações quanto a forma e o conteúdo da PNDTRSS, pois há sempre a tentativa de enquadramento das diferenças em categorias sociais mais amplas que diluem os conflitos.

As diferenças identificadas nas quebradeiras de coco babaçu em relação ao “outro”, por exemplo, não permitem fechar o sistema simbólico de representação das mesmas, pois isso varia de acordo com os espaços onde estão, as relações que estabelecem, os subprodutos do babaçu que produzem, dentre outras questões.

Para ilustrar a questão sobre os perigos inerentes a julgamentos antecipados que podemos ser condicionados a fazer do outro a partir de características padronizadas, tomando como ilustração o caso das quebradeiras de coco babaçu, é comum nas produções vinculadas na mídia<sup>57</sup>, a caracterização delas como mulheres idosas, negras, desprovidas de vaidades e com uso de linguagem própria. Para colaborar no processo de desconstrução dessa ideia cito a situação que vivenciei em Codó-MA, em atividade onde estavam reunidas as representantes do MIQCB da regional do Território do Mearim-MA. Francisca Betânia é uma jovem quebradeira de coco babaçu, cujo testemunho abaixo permite fazer essa reflexão.

“[...] Muita gente não acredita que sou quebradeira de coco (referindo-se a sua juventude e vaidade, expondo as unhas pintadas, a roupa e os sapatos que usava), [...] porque agora que tô estudando, então aí é que não acreditam mesmo [...], mas também sou mãe, sou mulher, cuido de minha roça e ainda vou para a feira”. (referindo-se a feira de comercialização dos produtos da agricultura familiar que ocorre quinzenalmente em Codó). (coordenadora Regional do MIQCB, regional Mearim-MA, aluna do curso de Agronomia do PRONERA/UFMA/Bacabal-MA).

Mesmo dentro do MIQCB, não há possibilidade de homogeneizar ou estereotipar as quebradeiras de coco babaçu dentro do modelo padrão, pois diferenças de localização, geração e escolarização podem intervir nas caracterizações da vida material e subjetivas dessas mulheres que se diferenciam e se somam produzindo diferentes significados simbólicos entre elas, bem como do próprio movimento para com outros.

O testemunho de Francisca também ajuda a entender que as quebradeiras de coco babaçu não tomam determinadas marcações identitárias como fixas e imutáveis. O projeto PINDOVA, que desenvolve as atividades com jovens filhos/as das quebradeiras de coco babaçu valoriza e incentiva outras atividades além daquelas estritamente realizadas com a

---

<sup>57</sup>Vídeo das quebradeiras de coco babaçu de Penalva-MA. (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D0nxPmpgS4w>).

manipulação do coco babaçu, tais como a criação da rede física e virtual de jovens do projeto com outros jovens do Brasil e do mundo interessados em alternativas de produção com preservação dos recursos ambientais. Com isso o MIQCB não estabelece fronteira fixa entre quem pode ou não pode ser caracterizada como quebradeira de coco babaçu, ou quem pertence ou não pertence ao movimento, pois nesse campo, a identidade não é fixa, imutável ou ainda caracterizada apenas pelas atividades extrativas do babaçu.

HALL (1987) e WOODWARD (2012), não desconsideram que exista determinada associação da identidade da pessoa com o que ela faz. Considerando somente essa associação no Território dos Cocais seria relativamente fácil diferenciar as mulheres quebradeiras de coco babaçu das demais, inclusive pelas degustações, exposições dos subprodutos do babaçu, as cantorias, as místicas e as falas proferidas nos eventos por onde se fazem representar. Porém tive que considerar vários outros elementos que se somam em sua caracterização. Durante a Assembleia Territorial do Conselho em 2014, na cidade de Barras, dona Francisca Lera, representante do MIQCB no evento, ao pedir a palavra, antes de se pronunciar pegou seu cofo<sup>58</sup>, seu machado e seu chapéu de palha, cantou e dançou no centro do auditório, rememorando as cantorias e as tradições culturais das quebradeiras de coco babaçu. Dona Francisca faz parte das Encantadeiras do Babaçu<sup>59</sup>. Situações como essa são ilustrativas de que não somente os produtos do babaçu se tornam significante da diferença dessas com relação aos outros. Isso ancora a construção da identidade de quebradeira de coco babaçu em elementos simbólicos e materiais, que dependendo do ambiente onde estejam produz sentidos e consequências diferenciadas para suas vidas.

As atividades rotineiras desenvolvidas pelas extrativistas, que pude observar e analisar (rápida amostra pode ser vista no vídeo sugerido acima) também, põe em xeque o significante da identidade masculina como sendo o único sujeito ativo e produtivo no ambiente rural, pois a rotina de coletar, quebrar o coco, produzir carvão nas florestas de babaçu são atividades executadas majoritariamente pelas mulheres. (PAULA ANDRADE 2007, já chamou a atenção para a necessidade de considerar o trabalho da família

---

<sup>58</sup>Variedade de cesto alongado, feito com palha de palmeiras, com ou sem alça, usado para transportar produtos e objetos, muito usado na zona rural.

<sup>59</sup>As Encantadeiras são um grupo de mulheres engajadas em organizações sociais de quebradeiras de coco babaçu. Com músicas que traduzem suas vidas e trabalhos como mulheres, as quebradeiras de coco utilizam o seu canto e seus encantos para expressar o valor do seu trabalho na agricultura e extrativismo do babaçu e na luta pela terra e pelo livre acesso aos babaçuais. Assim, esse livro surge do desejo das mulheres quebradeiras de coco compartilharem suas músicas com crianças, jovens e adultos de suas comunidades tradicionais. Algumas das canções interpretadas pelas Encantadeiras são composições das próprias quebradeiras de coco de babaçu, outras são de domínio público e outras ainda são composições feitas em merecida homenagem às mulheres quebradeiras de coco. (MIQCB, 2014).

camponesa). Com isso não posso essencializar a figura da mulher dentro do conjunto cristalino e autêntico de características como fragilidade e docilidade, como sendo partilhadas por todas elas, restringindo-as ao espaço privado da casa, numa rotina que não se altera ao longo do tempo.

Pelo contexto social em que vivem as mulheres quebradeiras de coco babaçu, não há como essencializar sua referida identidade enquanto tal, baseando-me na noção do sujeito cartesiano, o qual possui uma identidade fixa e inalterável. Para WOODWARD (2012) é através da diferença (fronteiras demarcadas simbolicamente em relação a outros) que a identidade, numa perspectiva não essencialista, é concebida. As identidades adquirem sentido e se representam por meio de sistemas linguísticos e simbólicos que não podem ser tomados como fixos.

Outra questão que fortalece a importância dispensada pelas mulheres à identidade de quebradeira de coco babaçu está relacionada ao fato de que, a identificação de povo e comunidade tradicional aparece muito mais como marcação impressa pelo Estado, não produzindo grandes efeitos sobre as formas de organização e representação dessas mulheres no território. No meu ponto de vista, essa forma não explícita de manifestar primeiramente, sentimento de pertença à determinada comunidade tradicional, não significa que as mulheres extrativistas do babaçu não se reconheçam como tal. A pouca importância dispensada a essa identificação por parte delas pode ser reflexo da necessidade que elas têm de dar visibilidade às suas especificidades. Pois, quando as políticas públicas de governo se referem aos povos e comunidades tradicionais, o termo remete aos mesmos de forma genérica, sem possibilidade de pontuar as especificidades das mulheres.

Nos seus estudos LACLAU e MOUFFE (2001) argumentam que os sujeitos políticos são, até certo ponto, como qualquer outra identidade social, significantes flutuantes. Neste sentido, seria ilusão perigosa da minha parte pensar que as quebradeiras de coco babaçu, ao conquistarem a condição de sujeito político nos espaços públicos de poder a partir da manifestação dessa identidade, estariam seguras e amparadas nas suas reivindicações e, que o terreno que constituiu suas condições discursivas de emergência estariam em conflitos superados no passado, e, com isso, não correriam mais riscos de serem subvertidos. Ao contrário, as mulheres mostram-se vigilantes com relação aos retrocessos que podem ocorrer tanto nas políticas de inclusão das mulheres como nas ações, programas e projetos específicos conquistados por elas.

Na teoria do discurso de LACLAU (1995) *apud* MENDONÇA (2009), a única forma

de garantir avanços políticos consistentes está na constante renegociação entre identidades articuladas em discursos hegemônicos. Tomando como exemplo a situação das quebradeiras de coco babaçu, embora seu campo de atuação geográfica seja prioritariamente a região amazônica, na faixa onde há maior incidência de florestas de babaçu, de forma geral atuam politicamente em defesa do meio ambiente e da agroecologia. Para LACLAU (1995), não existem receitas normativas eficazes para serem estipuladas como regras antes da situação política dada, tudo depende do contexto de emergência e das próprias demandas políticas. Assim, não há fórmulas político-normativo prontas, não há um mundo para ser inventado antes da sua própria ocorrência. Toda insurgência da identidade e da organização dessas mulheres foi sendo construída e reconstruída de acordo com a dinâmica processual as quais suas vidas foram sendo submetidas ao longo da história. Assim, concebo que a atuação política das quebradeiras de coco babaçu não apresenta uma sobredeterminação em seu campo de atuação ou de temas a serem abordados, mas que se contrapõe dentro da dinâmica interativa do território, que está além dos limites geográficos e a diferentes formas de discriminação e subordinação.

### 3.6. *A dinâmica do território e as diferenças do gênero*

O Território dos Cocais é um campo de “forças vivas” diferentes e divergentes. Os atores e agentes sociais se relacionam, se mobilizam e se organizam de variadas formas, em variados espaços. São diferentes, porque manifestam identidades que os aproximam/distanciam de coisas com diferentes contornos e pessoas com diferentes motivações, tanto no campo material, como no subjetivo. São divergentes, porque têm interesses, opiniões e perspectivas que se diferenciam. De forma geral, trata-se da aproximação com aquilo que SEGATO (2007) considera como sendo fruto da experiência particular, histórica e culturalmente definida por cada grupo distintamente.

Nas últimas décadas do século XX, antropólogos como João Pacheco de Oliveira, se apropriaram do conceito de território utilizando-o como instrumento de análise etnológica dos grupos indígenas do Nordeste, à luz das contribuições teóricas de Fredrik Barth nos seus estudos sobre fronteiras étnicas em novas formas de abordagem. O interesse nesse estudo, aponta processos de *territorialização* para além dos limites geográficos determinados pelo Estado (tais como as determinações do MDA/SDT, 2005 e na Lei Complementar nº. 87 do Governo do Estado do Piauí, 2007), passando a significar a criação de nova unidade sócio cultural mediante o estabelecimento da unidade étnica diferenciadora com a constituição de



mecanismos políticos especializados; a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; e a reelaboração da cultura e da relação com o passado. O que apresenta o processo de territorialização como movimento pelo qual o projeto político-administrativo vem a se transformar numa coletividade organizada, formulando identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e representação e, reestruturando as suas formas culturais, que serão trabalhadas pelo próprio sujeito em um contexto histórico determinado. Esse aspecto por sua vez, contrasta com características de membros de outras unidades, deflagrando o processo de reorganização sociocultural de amplas proporções (OLIVEIRA, 1993). Através de tal concepção foi possível argumentar sobre o potencial da manifestação das identidades territoriais sem retrair as mudanças que as relações conflituosas entre elas produziram. Dentre as contradições características da PNRSS e da lei do Planejamento Participativo chamo a atenção para aquela que aparece no processo de sensibilização, mobilização e organização das institucionalidades territoriais por apresentar o modelo de organização (incluindo os limites geográficos), com o intuito de gerenciar as ações do território, já definido, sem a participação efetiva dos sujeitos sociais que seriam a posterior, inseridos no processo, sem saber destes se tal mecanismo seria a melhor forma de representação das forças vivas do território e de gerenciamento das ações.

Com relação as representações da identidade de gênero e considerando o fato das articulações dos espaços de poder orientadas pela PNRSS para gerenciar os território serem recentes (à partir de 2003), argumento ainda que, os depoimentos relacionados a igualdade do gênero são muito centrados na paridade da representação entre homens e mulheres. No entanto, no caso específico do Território dos Cocais, em que há uma mulher presidindo o Conselho, o debate é deslocado para o questionamento das habilidades e das capacidades desenvolvidas pelas mulheres para coordenar espaços de poder, como reconhece Inês.

No conselho a gente aprendeu junto, eu fui a primeira presidente, agora é a Claudina. A participação da mulher é muito boa, a maioria das representantes são mulheres. Algumas pessoas dizem que agora acabou tudo [...] As mulheres tomaram conta de tudo, mas não é que seja assim, nós apenas ocupamos um lugar que é da gente. A gente não quer tomar espaço de homem, muito pelo contrario, a gente quer ta junto, quer que o homem aplauda a luta das mulheres [...] Já me senti incomodada aqui no sindicato e no conselho, porque a gente escuta piadinha e isso lhe abala emocionalmente. Agora com o passar do tempo isso me fortalece ainda mais. Porque a gente tem que ser menos se a gente consegue realizar com sucesso tudo que eles conseguem realizar? (Maria Inês, ex-presidente do STTR de Esperantina, ex-presidente do Conselho Territorial dos Cocais, 2015).

O depoimento, além de registrar o fato das mulheres terem habilidade para lidar com

situações adversas demonstra que elas tomam com naturalidade a ocupação desses cargos em que o poder é hierarquizado, pelo fato de já assumirem o protagonismo nas suas instituições de origem, como é o caso de Inês e Claudina. Estas foram aclamadas para ocupação do cargo de presidente do Conselho, não tendo que passar por processos de disputa interna (eleição com mais de um candidato).

Como não identifiquei nenhum elemento que pudesse estabelecer relação entre o fato da maioria das representações dos grupos do território, no Conselho, ser de mulheres, com o fato do mesmo ser presidido por uma delas, argumento que essa constatação se deve a, pelo menos dois outros fatores: primeiro, ao reconhecimento da história de vida e de militância da Inês e da Claudina, presidente da gestão passada e atual, respectivamente; e, segundo ao reconhecimento público que o trabalho dessas duas mulheres, à frente de suas organizações de origem, as credenciou para ocupar o cargo de presidente do conselho. Durante minha primeira imersão no território, estabelecendo contatos iniciais da pesquisa de campo, sempre que informava aos meus interlocutores sobre a intencionalidade de trabalhar com a temática do gênero, havia a vinculação ao delas. Isso, também, me alertou para o fato de que a discussão e o debate público sobre gênero rotula determinadas mulheres, sem as quais a discussão não avançaria, ou mesmo, seria pautada.

O pressuposto de que poderia haver uma centralidade do debate sobre diferenças e desigualdades do gênero nas lideranças já citadas foi desconstruído quando da formação do Comitê de Mulheres, onde várias outras lideranças, como Helena, Daluz e Carminia despontaram, sendo estas indicadas para representar o Comitê em eventos do território e para além dele. Neste espaço, não houve determinação das falas a sujeitos pré-estabelecidos, pois a dinâmica potencializou a participação dos mais diferentes grupos representativos das mulheres do território, bem como o reconhecimento de suas lideranças. Até mesmo por parte dos interlocutores dos órgãos de Estado, cujo papel é assessorar os agricultores/as familiares.

Aquí no território você tem que saber negociar com as mulheres, elas são danadas. Tão pronta pra assumir responsabilidades para decidir sobre o que querem. A uma falta de atenção do governo com relação a isso, a essa diferença que elas têm. (técnico do EMATER, durante assembleia territorial de 2014, quando estava sendo discutido em plenária formas de acessar o crédito para produção).

A tensão das relações do gênero, por vezes, são deslocadas da hierarquia dos cargos de direção para sutilezas no reconhecimento de que elas cumprem papel de articulação política em espaços públicos. A articulação, a organização e as aproximações, por identificação, entre elas são levadas em conta cada vez que seus interesses são contrariados,

agrupando-as de tal forma que se fortalecem nos enfrentamentos do debate público.

Ninguém aqui quer ser inimiga de homem não, eles são parceiros, mas é que tem coisas que precisam ser respeitadas [...] nós estamos chegando lá também, então porque temos que ficar só ouvindo? A gente chegou onde chegou foi lutando, não foi ficando a sombra de homem não. (Carminia, STTR de Esperantina, membro do Comitê de Mulheres).

A fala de Carminia, embora faça referência ao respeito nas relações com os homens, deixa entender que as sutilezas nas diferenças e desigualdades entre homens e mulheres são de difícil superação, pois não aparecem de forma explícita durante os debates. São formas de opressão e de subordinação as quais estão sujeitas e desafiadas buscar alternativas de superação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de observação e análise da dinâmica de vida de mulheres que protagonizam histórias de luta contra as diferenças sociais que reproduzem desigualdades do gênero no Território dos Cocais, no Estado do Piauí, me oportunizaram compreender que as tensões e conflitos, aos quais estão sujeitas, cotidianamente, na rotina dos trabalhos domésticos, no acesso aos babaçuais, na militância nos movimentos sociais e nas esferas públicas de poder, quando ocupam ou não cargos de direção, ilustram a capacidade de mobilização e a transitoriedade destas mulheres. Ao longo deste processo adquirem identificações com as quais não apenas dão sentido a suas vidas, mas também vão se auto afirmando como sujeito social, reconhecidas e ambientadas socialmente, o que impossibilita quaisquer tentativa de enquadrá-las dentro de uma identidade única.

Num contexto de experiências vividas e acumuladas junto a comunidade, na militância política, na relação conflituosa com os que se auto intitulam proprietários da terra, com as agências estatais, e, também na família, com os maridos, as mulheres foram abrindo diálogos, estabelecendo relações e pactuações, que, interferiram não somente na desconstrução de relações hierarquizadas de poder entre homens e mulheres, espaços públicos e espaços privados, mas, também, diretamente na forma como são pensadas, discutidas e implementadas as ações e projetos que visam beneficiar, especialmente, as mulheres que habitam o ambiente rural, muito embora, ainda, enfrentem resistência quanto ao reconhecimento das habilidades e das capacidades que desenvolvem tanto na produção como na proposição e gerenciamento de recursos que financiam as políticas públicas.

Com base na realidade do território é possível afirmar que as mulheres interseccionalizam marcadores de diferença e desigualdade social como ser mulher, morar no ambiente rural, ser extrativista, dentre outros. Resgatando os momentos históricos de luta pela terra, pelo livre acesso aos babaçuais, e pelo engajamento político nos movimentos sociais foi possível ilustrar como estes marcadores posicionam as mulheres em relações hierarquizadas de poder, tanto em espaços públicos como privados, assim como, demonstra como constroem estratégias de superação de situações de invisibilidade e desigualdade, pois fazem uso das ações e projetos que reivindicam, no sentido de garantir os instrumentos que se somam a construção de sua autonomia como sujeito social independente do espaço em que esteja posicionada. O acesso à documentação pessoal, a capacitação para acessar crédito e a educação formal, por exemplo são elementos que se somam a construção da identidade das mulheres reposicionando-as em espaços de poder que necessariamente não podem ser

tomados como periféricos, a exemplo do espaço da casa, mas como espaços onde relações entre homens e mulheres passam por modificações quanto aos papéis historicamente determinados para cada um.

As mulheres extrativistas também dão demonstração de que a produção e reprodução de suas atividades, em torno da cadeia produtiva do babaçu, não estão relacionadas apenas as questões econômicas materiais (para garantir a sobrevivência da família), mas tem relação com o cultural, com suas formas de apreensão de valores, tradições e costumes, pois guardam em si o respeito a terra e tudo que ela produz e representa, como a palmeira do babaçu e a mística da floresta, respectivamente.

A ação do Estado através da implementação de políticas públicas, a ação dos movimentos sociais através da organização, formação e capacitação dos atores sociais, também, são alteradas em função da capacidade de flexibilização que as mulheres desenvolvem durante sua intensa dinâmica de vida. Pois são capazes de se reinventar de acordo com os desafios postos pelo contexto social em que vivem, com as relações que estabelecem e com os benefícios que vislumbram alcançar para melhorar as condições de vida da família. Para estas não há um receituário pronto para lidar com o poder, visto que não está centrado em uma única estrutura ou projetado em um único ator ou agente social, elas vão desenvolvendo estratégias de acordo com os acontecimentos, com as relações estabelecidas com os sujeitos envolvidos no ambiente onde estão.

Por não ser um movimento estanque, não tenho como analisar a dinâmica do território fora dos processos que modificaram o território. Novas identidades sociais obtiveram, especialmente nas duas últimas décadas, vem obtendo legitimidade por parte dos poderes públicos para auto afirmar e defender aquilo que são.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeiras de Côco Babaçu: identidade e mobilização**. São Luís: III Encontro Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu: 1995.

ALMEIDA, Álvaro (2007). **Economia Aplicada para Gestores**, Vila Nova de Gaia: Espaço Atlântico - Publicações e Marketing, Lda.

ALVARES, Sonia; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo. **O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos**. In: Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos. BH, UFMG, 2000, pp.15-57 (capítulo introdutório).

ALVAREZ, Sônia. 1988. **Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia**. In: STEPAN, A., ed. Democratizando o Brazil. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Ed. Abril Cultural e Brasiliense, 1985.

BEAUVOIR, S. (1949/1960). **O segundo sexo – a experiência vivida**. (S. Milliet, Trad.). Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1970.

BOGDAN, R; TAYLOR, S (1975). **Introduction to qualitative research methods: a phenomenological approach to the social sciences**. New York. J. Wiley.

BOURDIEU, P. (1990/1995). **A dominação masculina**. Educação e Realidade, 20(2), pp. 133-184.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BUTLER, Judith P. **Feminismos(s) Contemporâneos(s). Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-moderno”**. Cadernos Pagu (11) 1998: pp.11-42.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CAIXETA, Juliana Eugênia & Silviane BARABATO. **Identidade Feminina – um conceito complexo**. Universidade de Brasília. Paidéia, 2004.

CASTRO, E. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. In: DIEGUES, A.C. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção nos trópicos. São Paulo: Annablume/NUPAUB/HUCITEC: 2000. p. 165-182.

CEPAL – SERIE: Mujer y desarrollo, n.º.45. **As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil.** Org. Sonia Montaña, Jacqueline Pitanguy, Thereza Lobo. Santiago de Chile, junho de 2003. Coordenadoria Especial da Mulher, Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo, 22 e 23 de Difusão Européia do Livro.

CHAUÍ, Marilena. **“Participando do Debate sobre Mulher e Violência”**. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política.** *Revista Gênero*. Universidade Federal Fluminense. Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. sem. 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de Raça e Gênero.** *Revista Estudos Feministas*, n.º1, 2002, sob a coordenação de Luiza Bairros, da Universidade Católica de Salvador.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais.** Publicado pelo MDA/SDT. 2005.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Guia para o Planejamento.** Publicado pelo MDA/SDT. 2005.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil.** Publicado pelo MDA/SDT. 2005.

ELIAS, Norbert, **Escritos & ensaios I: Estado, processo, opinião pública**/Norbert Elias; organização e apresentação, Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort; tradução textos em inglês, Sérgio Benevides; textos em alemão, Antônio Carlos dos Santos; textos em holandês, João Carlos Pijnappel. — Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2006.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas na esfera local de governo.** São Paulo: NPP/FGV-EAESP, 1998. Relatório de pesquisa n.18/1998.

FARAH, Marta. **Palestra apresentada no Seminário o governo da cidade do ponto de vista das mulheres – trabalho e cidadania ativa, Mesa “Estado e políticas públicas: a construção da igualdade”**. Organizado pela Coordenadoria Especial da Mulher, Prefeitura do Município de São Paulo, na URBIS – Feira e Congresso Internacional de Cidades. São Paulo, 2003.

FARIAS, Maria Dolores Mota. **Nem caladas, nem silenciadas: as falas das mulheres trabalhadoras e a desconstrução de sujeitos políticos tradicionais.** In: FERREIRA Mary (org) *Os poderes e os saberes das Mulheres: a Construção do Gênero*. Salvador: Redor, 2001.  
FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 11a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FRANK, André Gunder & Frank e Marta FUENTS. **Dez teses a cerca dos Novos Movimentos Sociais**. Tradução: Suely Bastos. Revista Lua Nova, São Paulo, 1989, Nº.17.

GEYMONT, L.; GIORELLO, G. **As razões da Ciência**. Lisboa: Edições 70, 1986.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: 1993

GOETZ, Anne Marie. **National women's machineries: structures and spaces**. In: RAI, Shirin M. (org.). *Mainstreaming gender, democratizing the State? Institutional mechanisms for the advancement of women*. New York: Manchester University Press, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. 6. vol.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2001.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Cartografias do desejo**. Ed. Vozes. 4ª. ed. 1996.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. **Gênero, o que é isso?** Psicol. cienc. prof. vol.15 no.1-3 Brasília 1995.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall; tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. ed.,1. reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HONNETH, A. (2003). **Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Editora 34.

KINZO, M.D.G. **A DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo Perspec. vol.15 no.4. São Paulo Oct./Dec. 2001.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: Toward a Radical Democratic Politics**. London: Verso, 2001.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011, p. 222.

LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero**. In Hollanda, H. (org.). *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEININGER, M. (1995). **Qualitative research methods in Nursing**. Orlando. Grune &



Stratton.

LOURO, G. **Gênero, História e Educação: construção e desconstrução**. Educação e Realidade. Vol.20 (2), jul/dez. 1995a.

LOURO, G. **Produzindo sujeitos masculinos e cristãos**. In Veiga-Neto, A. (org.). Crítica pós-estruturalista e Educação. Porto Alegre: Sulina, 1995b.

LOURO, G.L. (1995). **Gênero, história e educação: construção e desconstrução**. Educação e Realidade, 20(2), 101-132.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **CONFLITOS AGRÁRIOS E MEMÓRIA DE MULHERES CAMPONESAS**. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 445-451, maio-agosto/2007.

MDA. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Documentos Institucionais, n. 01. Brasília: MDA/SDT, 2005.

MELO, Denise. **A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MENDONÇA, Daniel de. **Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp. 153-169.

**Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania** / Andréa Butto, Nalu Faria, Karla Hora, Conceição Dantas, Miriam Nobre, orgs. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1993. **As Sociedades Indígenas e seus Processos de Territorialização**. Conferência realizada na 3ª Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. ABA/UFPA, Belém, Pará, 1 de junho.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Conflitos Agrários e Memória de Mulheres Camponesas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história - operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

**Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP : síntese executiva : Território dos Cocais / Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. – Brasília, DF : TDA Desenhos & Arte Ltda., 2006. 68p. : il. – (Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP ; v. 2).**

PINTO, Celi Regina Jardim. **Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político.** In: COSTA, Albertina Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

ROCHA-COUTINHO, M. L. (1994). **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares.** Rio de Janeiro: Rocco.

RUTHERFORD, A. **O Feminismo precisa da Psicologia? Reconstruindo a história de uma relação.** In: F. T. Portugal & A. M. Jacó-Vilela (Orgs.). Clio-Psyché: Gênero, psicologia, história (pp. 23-41). Rio de Janeiro: NAU Editora, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa, organizador. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. – (Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos; v.3).

**São Paulo. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do Governo Municipal. Políticas públicas e igualdade de gênero /** Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

SCHIMIDT, B.B. (1999). **Anita Xavier da Costa: memórias da filha de um pioneiro do socialismo no Rio Grande do Sul - da fogueira das lembranças ao álbum de recordações.** Horizontes Antropológicos, 5(12), 167-182.

SCOTT, J. (1995). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, 20(2), 101-132.

SCOTT, J. (1999). **O enigma da igualdade.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, janeiro-abril/2005. p. 11-30.

SEGATO, Rita Laura. **A FACCIÓNALIZAÇÃO DA REPÚBLICA E DA PAISAGEM RELIGIOSA COMO ÍNDICE DE UMA NOVA TERRITORIALIDADE.** Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 99-143, jan./jun. 2007.

SELLTIZ, Claire ET alii. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** Tradução de Maria Marta Hubner de Oliveira. 2ª edição. São Paulo: EPU, 1987.

SOF-SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Feminismo e Luta das Mulheres: análise e debates.** Miriam Nobre; Nalu Faria; Maria Lúcia Silveira. SOF: São Paulo, 2005. 70 p.

SOUSA, M. S. R. de. **Política e Planejamento Regional – Uma Coletânea** / Rainer Randolph e Hermes Magalhães Tavares, organizadores. Brasília: Gráfica Movimento, 2013.  
SOUZA, Marcelo José. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. C. ; CORRÊA, R. L. (Orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

VIRGINIA GUZMÁN, **Los azarososaños 80 aciertos y desencuentros Del movimiento de mujeres em Latinoamérica y el Caribe** (Lima: Red entre mujeres Dialogo sur-norte, 1994). 17-18.

YOUNG, I. M., **Representação Política, Identidade e Minorias**. Tradução de Alexandre Morales. Lua Nova. São Paulo, 67: 139-190, 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: a agricultura familiar no Nordeste: dívida social e potencial econômico**. Brasília: IICA, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/UFRRJ.

WOODWARD, Kathryn. **“Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”**. In: Tomas Tadeu da Silva (org.). Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

VÉRAS, Roberto. **“Governo Lula, pacto social e ação sindical”**, em coletânea organizada por Vérias, Roberto et al, Relações laborais e sindicalismo em mudança: Portugal, Brasil e o contexto transnacional, Coimbra: Quarteto, 2004.

## **ANEXOS**

Anexo A

**TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMANTES**

NOME	DÉCADA (Nascimento)	COR	LUGAR	MOVIMENTOS QUE PARTICIPA
Helena Gomes da Silva	70	Parda	Território dos Cocais-PI	Coordenadora da CIMQCB
Francisca da Silva Nascimento (Neném)	70	Parda		MIQCB-PI; coordenadora Geral do MIQCB Interestadual
Francisca Machado	50	Negra		MIQCB-PI; STTR de Morro do Chapeu
Francisca Lera	40	Parda		MIQCB-PI; STTR de Esperantina
Carminia Rodrigues dos Santos	80	Negra		STTR Esperantina PI
Maria Inês	70	Parda		STTR Esperantina PI
Maria da Luz Fonseca de Sousa (Daluz)	60	Parda		Centro de Educação Ambiental e Assessoria – CEAA - PI
Francisca Maria Pereira		Parda		Tocantins
Maria do Socorro Teixeira Lima	60	Negra		MIQCB-TO
Maria de Jesus Ferreira Bringelo (Dijé)	50	Negra	Maranhão	MIQCB-MA
Antônia Maria Bezerra (Toinha)	50	Negra		MIQCB-MA ASSEMA
Francisca Betânia	80	Negra		MIQCB-MA Estudante de Agronomia
Berenice Silva	70	Negra	Maranhão	Coordenadora de Desenvolvimento Humano da SDT/MDA
Meirian Noronha	70	Negra	Piauí	Articuladora Estadual da SDT no Piauí
Maria Claudina dos Santos Oliveira	70	Parda	Piauí	Presidente do Conselho Territorial; OBRA KOLPING de Pedro II

## Anexo B

**TABELA DE EVENTOS OBSERVADOS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO.**

<b>EVENTO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>LOCAL</b>
Assembleia Territorial de Definição do PRONAF Infraestrutura	Abril/2010 Março/2011	Território dos Cocais, município de Esperantina.
VII Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	Setembro/2014	São Luís-MA
Reunião de Planejamento Estratégico das Ações do MIQCB	Fevereiro/2014	São Luís-MA
Reunião do Comitê de Mulheres	Março/2013	Território dos Cocais, município de Batalha
Reunião da Coordenação do Conselho Territorial	Março/2013 Fevereiro/2014	Território dos Cocais, município de Esperantina
Assembleia do Conselho Territorial dos Cocais (definição dos projetos de POINF)	Março/2013	Território dos Cocais, município de Esperantina
Reunião do MIQCB Regional do Maranhão	Maio/2015	Regional Mearim, na cidade de Codó-MA
Reunião do MIQCB Regional do Piauí	Janeiro/2014 Novembro/2015 Janeiro/2016	Território dos Cocais, município de Esperantina
Feira de exposição e comercialização dos produtos da agricultura familiar do Território dos Cocais-PI	Setembro/2014 Outubro/2015	Território dos Cocais, município de Esperantina

## Anexo C

**TABELA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS NA PESQUISA DOCUMENTAL**

DOCUMENTO	PERÍODO DE REFERENCIA	RESUMO
Relatório das Assembleias Territoriais dos Cocais.	2010, 2011 e 2013.	Apresentação a discussão, a votação e a relação dos projetos aprovados para o território.
Relatório das reuniões do Comitê de Mulheres dos Cocais.	2010 e 2011.	Apresenta os principais temas discutidos, as políticas públicas prioritárias para serem demandas ao governo, bem como a composição e o papel do comitê.
Relatório das atividades do Projeto Mulheres e Autonomia	2011	Relata as principais atividades realizadas, o público participante, os resultados e encaminhamentos.
Relatório da 1ª Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	2008	Temas discutidos, público participante, políticas prioritizadas, diretrizes para ações e projetos.
Relatório da 2ª Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	2013	Temas discutidos, público participante, políticas prioritizadas, diretrizes para ações e projetos.
Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	2013	Principais diretrizes das políticas públicas para o rural brasileiro.
Documentos Institucionais do MDA/SDT	2005	Marco conceitual de referencia.
Plano de Desenvolvimento Territorial dos Cocais	2013	Principais ações e projetos territoriais.
Resolução nº 52 do CONDRAF	2005	Aprova as normativas para as institucionalidades territoriais.
Resolução nº 80 do CONDRAF	2011	Apresenta as principais orientações para as políticas públicas voltadas para as mulheres.
Decreto Presidencial nº. 6.040.	2007	Sobre territórios tradicionais.
Lei Complementar nº. 87 do Governo do Estado do Piauí	2007	Institui o Planejamento Participativo Territorial do Piauí.

Lei Estadual do Piauí nº. 3.888	1983	Legislação estadual sobre o babaçual.
Lei Estadual do Piauí nº. 6.669	2015	Dia estadual das quebradeiras de coco babaçu.
Manual do PROINF	2010	Orientações/critérios para aprovação de projetos territoriais.
Projeto Mulheres e Autonomia	2008-2010	Ações e projetos para as mulheres do rural.





## Anexo D

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

### **PROJETO DE PESQUISA DE DOUTORADO: 2012-2016**

**TÍTULO:** IDENTIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO EM MOVIMENTOS NO TERRITÓRIO DOS COCAIS-PI.

**LINHA DE PESQUISA:** Produção Social da Diferença: minorias nacionais, questões étnicas, raciais e de gênero.

**ORIENTADORA:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra Maria Nascimento Sousa

**ORIENTANDA:** Jascira da Silva Lima

### FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMANTES

**NOME:** \_\_\_\_\_

**ANO DE NASCIMENTO:** \_\_\_\_\_

**COR:** \_\_\_\_\_

**ESCOLARIDADE**

**(?):** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO**

**(completo):** \_\_\_\_\_

**INSTITUIÇÕES QUE**

**REPRESENTA:** \_\_\_\_\_

**MOVIMENTOS QUE**

**PARTICIPA:** \_\_\_\_\_

**CARGO QUE**

**OCUPA:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## **APÊNDICES**

Apêndice A



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**PROJETO DE PESQUISA DE DOUTORADO: 2012-2016**

**TÍTULO: IDENTIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO EM MOVIMENTOS NO TERRITÓRIO DOS COCAIS-PI.**

**LINHA DE PESQUISA: Produção Social da Diferença: minorias nacionais, questões étnicas, raciais e de gênero.**

**ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra Maria Nascimento Sousa**

**ORIENTANDA: Jascira da Silva Lima**

ROTEIRO DE ENTREVISTA 1

1. Como você se identifica?
2. Quais movimentos participa e porque?
3. Quando e como começou a participar dos movimentos sociais de mulheres?
4. Como esta organizado o movimento de mulheres no território?
5. Quando e como começou a participar do movimento de mulheres?
6. Quem participa?
7. Quem apoia as iniciativas das mulheres?
8. Que políticas defendem?
9. Participam de espaços públicos de poder? Quais? Por que?
10. Como é a relação com os homens nos movimentos que participa?
11. Como é a relação com os homens no Conselho Territorial?
12. Há discussão sobre gênero nos movimentos que participa? Como e em que momento ocorre? Quem participa?
13. No campo de sua atuação política que desafios enfrenta? Quais são as conquistas?

Apêndice B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**PROJETO DE PESQUISA DE DOUTORADO: 2012-2016**

**TÍTULO:** IDENTIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO EM MOVIMENTOS NO TERRITÓRIO DOS COCAIS-PI.

**LINHA DE PESQUISA:** Produção Social da Diferença: minorias nacionais, questões étnicas, raciais e de gênero.

**ORIENTADORA:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra Maria Nascimento Sousa

**ORIENTANDA:** Jascira da Silva Lima

ROTEIRO DE ENTREVISTA 2

1. Como você se identifica?
2. Quais instituições você representa?
3. Quando e como começou este trabalho?
4. Como é discutido gênero nessa instituição? Quais programas, ações e projetos desenvolvem nessa área? Quais os parceiros?
5. Qual o público alvo? Como é a relação?
6. No campo de sua atuação política que desafios enfrenta? Quais são as conquistas?

Apêndice C



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**PROJETO DE PESQUISA DE DOUTORADO: 2012-2016**

**TÍTULO:** IDENTIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO EM MOVIMENTOS NO TERRITÓRIO DOS COCAIS-PI.

**LINHA DE PESQUISA:** Produção Social da Diferença: minorias nacionais, questões étnicas, raciais e de gênero.

**ORIENTADORA:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra Maria Nascimento Sousa

**ORIENTANDA:** Jascira da Silva Lima

ROTEIRO DE ENTREVISTA 3

1. Como você se identifica?/Qual a sua identidade?
2. Quais movimentos participa e porque?
3. Quando e como começou a participar dos movimentos sociais de mulheres?
4. Como esta organizado o movimento de mulheres no território?
5. Quando e como começou a participar do movimento de mulheres?
  - a. *Como e quando surgiu o MIQCB?*
6. Quem participa?
7. Quem apoia as iniciativas das mulheres?
8. Que políticas defendem?
9. Participam de espaços públicos de poder? Quais? Por que?
10. Como é a relação com os homens nos movimentos que participa?
11. Como é a relação com os homens no Conselho Territorial?
12. Há discussão sobre gênero nos movimentos que participa? Como e em que momento ocorre? Quem participa?
13. No campo de sua atuação política que desafios enfrenta? Quais são as conquistas?